



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

João Augusto Ramos

“Queremos Deus Homens Ingratos”

Estratégias disciplinares e biopolíticas diante de práticas e discursos sobre dignidade e justiça
social no meio rural Sulcatarinense
(1955-1965)

Florianópolis
2024

João Augusto Ramos

“Queremos Deus Homens Ingratos”

Estratégias disciplinares e biopolíticas diante de práticas e discursos sobre dignidade e justiça social no meio rural Sulcatarinense
(1955-1965)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Dr. Rogério Luiz Klaumann de Souza

Florianópolis
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Ramos , João Augusto
Queremos Deus Homens Ingratos : Estratégias
disciplinares e biopolíticas diante de práticas e discursos
sobre dignidade e justiça social no meio rural
Sulcatarinense (1955-1965) / João Augusto Ramos ;
orientador, Rogério Luiz Klaumann de Souza, 2024.
129 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Catolicismo. 3. Biopolítica. 4.
Agricultura. 5. Reforma Agrária. I. de Souza, Rogério Luiz
Klaumann . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

João Augusto Ramos

“Queremos Deus Homens Ingratos”

Estratégias disciplinares e biopolíticas diante de práticas e discursos sobre dignidade e justiça social no meio rural Sulcatarinense (1955-1965)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Rogério Luiz Klaumann de Souza
(Universidade Federal de Santa Catarina)

Profa. Dra. Bruna Marques Cabral
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Edison Lucas Fabrício
(Universidade Regional de Blumenau)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História atribuído pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Coordenação do Programa de Pós-graduação em História

Prof. Dr. Rogério Luiz Klaumann de Souza

Orientador

Florianópolis
2024

Aos meus pais, João e Teresa.

A Priestus e Delfos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, João e Teresa, seu zelo e amor me deram forças durante todo o processo das disciplinas e escrita da dissertação. Essa pesquisa é resultado dos seus incentivos e apoio sempre aos meus estudos e escolhas, afinal só eles enxergaram o que muitos não conseguem por detrás dessa etapa que é o mestrado.

A minha companheira, Bárbara, em sua ternura sempre me dando forças e incentivo nos dias de fraca inspiração, fazendo enxergar o meu valor como pesquisador e escritor.

Ao meu orientador, Rogério Luiz Klaumann de Souza, que desde minha chegada a UFSC no ano de 2018, depositou confiança e paciência no pesquisador do interior, que chegava a Florianópolis achando que seria impossível se inserir naquele meio. Sou muito grato e saio desse processo certamente melhor do que cheguei pelos direcionamentos da sua experiência.

Ao Padre Lino Brunel, coordenador diocesano da Diocese de Tubarão. Disponibilizou-me sempre os arquivos da cúria, nunca me recebeu com “má vontade”, inclusive demonstrando interesse em que continuasse com as pesquisas.

À Márcia Benedetti Ingrácio, do Arquivo Público e Histórico Amádio Vetoretti no município de Tubarão. Igualmente sempre disposta a me auxiliar no encontro das fontes, deste que possui um dos melhores acervos do sul do estado de Santa Catarina.

À Audrey Rosenbrock Filho, por tamanha gentileza e abertura ao fazer a ponte de ligação com seu pai, Osny Rosenbrock. Sou grato de coração pelo modo como fui tratado ao entrar em contato com a família, os quais, não mediram esforços para que nosso encontro ocorresse.

A ex-colegas de profissão e ex-alunos, que durante os dez anos no Ensino Básico, me fizeram enxergar que eu poderia subir maiores degraus em minha caminhada como historiador.

A Nelson, Clarice e Patrícia. Ainda que os animais de estimação não possam interpretar o que aqui afirmo e relembro. A presença deles ao meu lado me aqueceu e deram forças e carinho para seguir no projeto.

Ao mundo espiritual, às potências cósmicas, que se apresentam das mais diversas formas no intuito de cumprirmos nossas etapas e nos conhecermos diante das nossas qualidades e falhas.

À Universidade Federal de Santa Catarina e o Programa de Pós-Graduação em História. Quão privilegiado fui em cumprir essa etapa em uma das melhores instituições do país, orientado por grandiosos professores e professoras.

RESUMO

Busca-se analisar a implantação/consolidação da diocese de Tubarão/SC (1955) como ato delimitador de um projeto biopolítico de Segurança, Território e População. Munida de *estratégias disciplinares e biopolítica*, influencia na mudança de ética, conduta, produção e consciência fundiária do trabalhador e trabalhadora rural do sul catarinense dos anos de 1955 a 1965. Os primeiros dez anos do episcopado Tubaronense são marcados por um zênite dessa intervenção, ápice ali materializado nas suas *Semanas Ruralistas (1955-1959)* e nas atividades da *Frente Agrária Catarinense (FAC) – 1962-1965*. Logo, é possível materializar interferência religiosa no meio agrícola e a valorização do homem do campo diante da produção voltada ao nacional-desenvolvimentismo. Todos estão estruturados por uma ética de segurança alimentar, prezando o abastecimento urbano. Por outro lado, há um processo de resistência ao projeto diocesano, desenvolvendo-se uma espécie de antecipação da “Igreja dos Pobres”, do “santo moderno-social”, fundamentada na dignidade humana, na justiça social, nos discursos referentes a Reforma Agrária. É o episódio conflituoso a 3 de novembro de 1963 no chamado “*Campo de Pirituba*” que demonstra a existência ativa do homem e mulher do campo, uma intensidade factual nos timbres que ecoaram da canção “*Queremos Deus*”. A realidade é que em meio a radicalização política do país no ano de 1964, a prisão e expulsão de *Padre Osni Rosenbrock* – líder, mediador da instituição católica junto aos agricultores – tornou-se inevitável. Conclui-se assim da FAC, uma excepcionalidade perante os sindicatos cristãos do sul do Brasil, formalizando pesquisa inédita e relevante em meio acadêmico.

Palavras-chave: Catolicismo; Biopolítica; Agricultura; Produção; Litígio.

ABSTRACT

This study aims to analyze the establishment/consolidation of the Diocese of Tubarão/SC (1955) as a defining act of a biopolitical project concerning Security, Territory, and Population. Equipped with *disciplinary and biopolitical strategies*, it influences the change in ethics, behavior, production and land consciousness of rural workers in southern Santa Catarina from 1955 to 1965. The first ten years of the Tubarão episcopate are marked by a zenith of this intervention, manifested notably in its “*Semanas Ruralistas*” (*Rural Weeks - 1955-1959*) and the activities of the “*Frente Agrária Catarinense*” (*Catarinense Agrarian Front - FAC – 1962-1965*). Thus, it is possible to observe religious interference in agricultural settings and the valorization of rural workers in the context of national-development-oriented production. These efforts are structured around an ethic of food security, prioritizing urban supply. On the other hand, there is resistance to the diocesan project, which leads to an anticipation of the "Church of the Poor," of the "modern-social saint", based on human dignity, social justice and discourses related to Agrarian Reform. The contentious episode on November 3, 1963, in the so-called "*Pirituba Field*", demonstrates the active presence of rural men and women, a factual intensity in the tones that echoed from the song "*Queremos Deus*" (*We Want God*). In the midst of the country's political radicalization in 1964, the arrest and expulsion of *Priest Osni Rosenbrock* – leader and mediator of the Catholic institution among farmers – became inevitable. Thus, it can be concluded that the FAC represents an exceptionality compared to Christian unions in southern Brazil, formalizing original, unpublished and relevant research in academic circles.

Keywords: Catholicism; Power; Agriculture; Production; Dispute.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.....	29
Figura 02.....	30
Figura 03.....	31
Figura 04.....	33
Figura 05.....	35
Figura 06.....	36
Figura 07.....	36
Figura 08.....	61
Figura 09.....	62
Figura 10.....	63
Figura 11.....	92
Figura 12.....	92
Figura 13.....	93
Figura 14.....	103
Figura 15.....	104
Figura 16.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 01.....	74
----------------	----

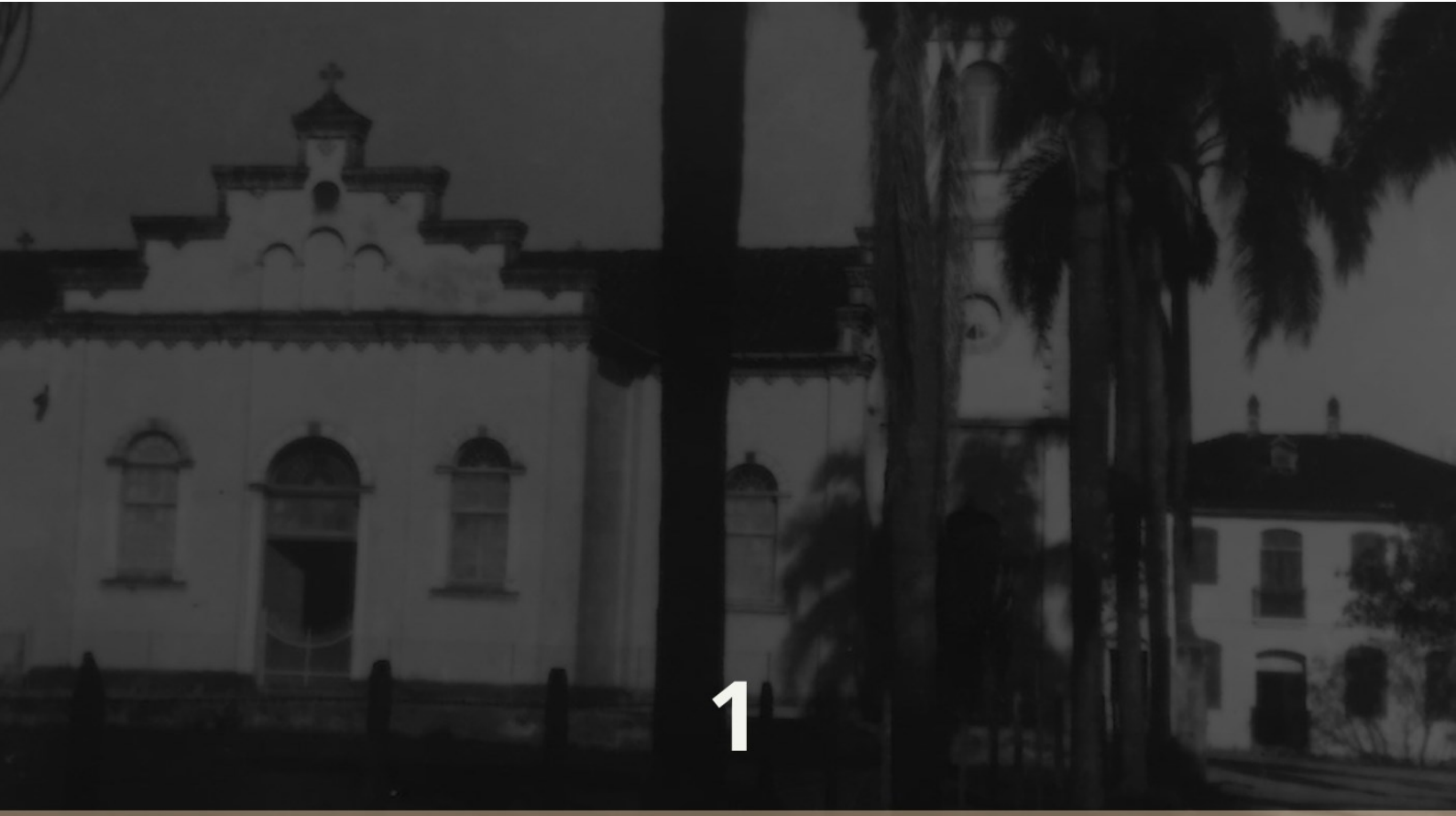
LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Frente Agrária Catarinense
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FAP	Frente Agrária Paranaense
IRASC	Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
ISRB	I Semana Ruralista do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
JFK	John F. Kennedy
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OPA	Operação Pan-Americana
SAI	Serviço de Informação Agrícola
SAAT	Sociedade dos Amigos de Alberto Torres
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
STAN	Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados
SOTELCA	Sociedade Termo Elétrica de Capivari
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO CIRCUNDA O SUL CATARINENSE....	27
2.1 DO SOLIDARISMO ECONÔMICO AO ANTICOMUNISMO CATÓLICO	37
2.2 AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL E A PREOCUPAÇÃO COM O MEIO RURAL.....	42
2.2.1 Desenvolvimentismo e Vulnerabilidade Agrícola.....	42
2.2.2 Semanas Ruralistas – Projeto de Extensão Rural.....	46
2.2.3 Preocupação Católica com o Agricultor e Agricultora.....	49
2.3 DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E AS ENCÍCLICAS PAPAIS.....	51
2.3.1 Produção de Subjetividade no Campo Religioso.....	51
2.3.2 Mater et Magistra (1961)	52
2.4 IGREJA CATÓLICA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	54
2.4.1 Reforma Agrária no Brasil: Anos de 1950 e 1960.....	54
2.4.2 Ligas Camponesas e a Preocupação do Clero Brasileiro.....	56
2.5 IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE TUBARÃO/SC: ESPAÇO DISCIPLINAR E BIOPOLÍTICO.....	59
3 DIOCESE DE TUBARÃO: DISCIPLINA E BIOPOLÍTICA PARA O CAMPO (1955-1965)	64
3.1 SEMANAS RURALISTAS DA DIOCESE DE TUBARÃO (1955-1959)	65
3.2 FRENTE AGRÁRIAS NO RS, PR, SC.....	77
3.2.1 Frente Agrária Gaúcha (FAG).....	78
3.2.2 Frente Agrária Paranaense (FAP).....	81
3.2.3 Frente Agrária Catarinense (FAC).....	83
4 QUEREMOS DEUS HOMENS INGRATOS: FAC E O “HOLOCAUSTO” DE PADRE OSNI	89
4.1 PIRITUBA: CAMPO DE GUERRA – ABERTURA DE UMA CANCELA.....	90
4.2 EBULIÇÃO NA FAZENDA REVOREDO.....	95
4.3 O CALVÁRIO DA FRENTE AGRÁRIA CATARINENSE (1962-1965)	100
4.4 FAG, FAP E FAC – UM EXERCÍCIO COMPARATIVO	114

5 CONCLUSÃO	118
6 REFERÊNCIAS.....	122



INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Na formação como historiadores, costumeiramente somos alinhados ao pensamento científico e impessoal ao nosso ofício. O caráter investigativo de nossas pesquisas e escrita é fundamentado por uma linguagem mais técnica e empírica diante dos resultados que alcançamos com as fontes disponíveis. O que é justo levando em consideração – ainda que não seja uma regra – a busca da “verdade” de determinado evento histórico. Aqui não entraremos em profunda discussão, no entanto, frisa-se até certo ponto a exclusão de um exercício apaixonado nesse intento (ainda que historiadores famosos, possuam uma escrita que elucide ao leigo e ao douto). Porém, é de conhecimento amplo na área: aquele que pratica a análise de determinado evento ou eventos históricos, é inclusive, um reflexo sociocultural de seu tempo, de seu período. Por mais que pareça óbvio, há certa relutância em deixar isso claro, como se o ato do “viver” devesse ser neutralizado pelo ato do “observar” e “contemplar” de braços cruzados o fluxo, desvios e estratos da temporalidade. Meu breve percurso pessoal para chegar a essa pesquisa, pode auxiliar ainda que minimamente na coloração vivificada dos fatos analisados, esmiuçados e expostos nas próximas páginas.

São Ludgero¹, município brasileiro no sul de Santa Catarina, 182km da capital estadual, Florianópolis. Pode ser uma importante chave de explicação para os meus anseios e buscas na produção de conhecimento histórico. Afinal, estar ao longo de três décadas inserido nesse meio, sem sombra de dúvidas aprofunda marcas em qualquer indivíduo. A cidade de colonização alemã, situada na microrregião de Tubarão, teve seus imigrantes provenientes da colônia Teresópolis (atual município de São Pedro de Alcântara/SC), ali chegaram na década de 1870 trazendo uma forte religiosidade, materializada no catolicismo. Aparentemente essas sementes foram bem plantadas pois a cidade ficou conhecida como “celeiro” de sacerdotes², sendo cidade origem de sacerdotes, bispos e filósofos, entre eles o certamente mais reconhecido

¹ O nome da cidade surgiu em função de dois padres devotos de São Ludgero que trouxeram sua imagem para a região. Conta-se que São Ludgero foi um guerreiro santo da região de Utrecht, na Alemanha. Há na cidade, um prédio de 1900 construído como Colégio São Ludgero, mas hoje ele abriga a prefeitura, sendo um marco do município. O ano de 1900 marca um passo importante da vida do município. A fundação do modelar Colégio São Ludgero, idealizado pelo Monsenhor Tombrock, onde estudaram, inclusive, homens públicos ilustres. (PREFEITURA DE SÃO LUDGERO).

² O catolicismo de São Ludgero deve muito às Irmãs da Divina Providência, chegadas de Münster no dia 12/10/1899. No ano de 1918 foi fundado o seminário, o primeiro de Santa Catarina, pelos Pes. José Zumdrupp e Huberto Ohters. A casa funcionou por dois anos apenas, mas fez os quatro primeiros sacerdotes da terra. São eles: Bernardo Fächter, Nicolau Gesing, José Locks e Huberto Rohden. Em 1943 começou a funcionar o Pré-Seminário São Joaquim. Foi fechado em 1968 e vendido em 1977. São filhos de São Ludgero cinco ilustres bispos: Dom Afonso Niehues, Dom Gregório Warmeling, Dom Tito Buss, Dom Vito Schlickmann e Dom Juventino Kesting. (DIOCESE DE TUBARÃO).

internacionalmente Huberto Rohden³ – criador de um pensamento filosófico-místico, precursor do pensamento esotérico no Brasil, sua obra envolve áreas da matemática, metafísica, ciência, além dos estudos comparados relacionando o Taoísmo, Budismo, Cristianismo e Hinduísmo.

Relembrar a infância a uma primeira impressão pode parecer um exercício saudoso, mas não é a intenção-essência do nosso texto introdutório. O intento é dar forma e colorir as motivações da investigação que se segue. Passar pelo batismo nos primeiros meses de vida era uma obrigação cultural, sendo malvisto em certas conversas e diálogos o ignorar dessa prática por determinada família. Tendo a hora do Angelus (06:00, 12:00, 18:00), é costume comum ouvir os sinos da Igreja Matriz Católica e das capelas dos bairros em alto e bom tom até os dias atuais – mesmo que a população católica do município tenha levemente diminuído – essa é uma forte recordação viva. As orações em família nos dias festivos e na rotina, ainda que eu não estivesse em uma considerada propriamente de cunho conservador, foram presentes – poderia eu considera-la uma espiritualidade muito viva e não artificial ou de aparências. Acompanhar aos pais na missa era algo comum, ainda que não fosse algo com frequência assídua ou em moldes de horário industrial-escolar, com local de assento numerados e confirmados.

Início dos anos 2000, chegar à idade dos oito ou nove anos, era possuir o conhecimento que se iniciaria um processo de catequização de cerca de 4 anos a fins de participar do sacramento da Eucaristia e posteriormente ao Crisma. Minha assiduidade e empenho nas atividades semanais catequéticas, era considerada um exemplo beatificado diante de uma grande maioria de crianças que ali estavam por meras obrigações socio-familiares. Não há muito tempo recebi em mãos o livreto de atividades da época pela própria catequista, que jocosamente afirmou utilizá-lo para facilmente localizar as respostas aos seus alunos em todos esses anos. Decidi naquele tempo estar mais ativo ao exercer o cargo de sacristão/coroinha dos nove aos treze anos de idade – era de tamanho orgulho estar a fazer parte daquele mundo, afinal, envolver-se no serviço religioso junto ao sacerdote e bispo nas ocasiões de visita eram de grande significado, assim, contemplava toda a estrutura na sacristia, as indumentárias do serviço religioso, e tudo isso foi de grande paixão e influência a minha formação. Me traz fortes lembranças a predisposição do pequeno João Augusto, que subia ao grande sótão da Igreja Matriz de São Ludgero onde não lhe era permitido, e antes das solenes missas visualizava materiais antigos e centenários, fontes históricas e missais em latim que lá estavam arquivados

³ [...] trabalhou como professor, conferencista e escritor. Publicou mais de 65 obras sobre ciência, filosofia e religião, entre as quais, várias traduzidas em outras línguas, inclusive o esperanto; algumas existem em braile, para institutos de cegos. (ROHDEN, 2019, p.251).

dos fins do século XIX e primeiros decênios de 1900. Um prelúdio da vocação dessa pesquisa histórica?

Soma-se a isso estar inserido na vivência com os avós octogenários, os quais juntamente aos meus pais, relembavam a vida difícil no interior das comunidades vizinhas (municípios de Braço do Norte, Grão-Pará), entre os anos de 1940-1960 – cresci em um meio majoritariamente ocupado por pessoas com média etária de mais de 55 anos. Envolvidos no trabalho da agricultura e da pecuária, tinham a sua disposição poucas terras, passavam constantemente por crises ou reservas de alimentos em disparidade com as famílias mais abastadas. Devido ao número de familiares (Entre dez e doze irmãos), era prática comum o abandono da escola, afinal os mais velhos auxiliavam no cuidado e vigilância dos mais novos, logo os incentivos para mim aos estudos foram constantes. Todas essas histórias de interior do sul catarinense são dignas de serem aglutinadas em pesquisas ou basear-se na fundamentação de um romance quem sabe em um futuro não muito distante?

Ainda que tenha vivido a vida toda em áreas urbanas, estar rodeado desses relatos sobre o campo, traçaram meus interesses juntamente a constante convivência com a prática do catolicismo em minha infância na cidade de São Ludgero. Aos dez anos iniciaram-se minhas buscas intelectuais, frequentador assíduo da Biblioteca Pública Municipal Huberto Rohden, puder ter uma antecipação literária com biografias de grandes personalidades, entre os quais me marcaram Albert Einstein, Charles Chaplin, Mahatma Ghandi juntamente a outros, que posteriormente deram lugar a história de “*rockstars*” e suas trajetórias, ponto importante a um adolescente suave e romântico que buscou nos pesados acordes um renascimento e sonho. Começava assim um profundo amor pelas biografias, história, literatura e artes.

O que se obtém nas próximas páginas é o resultado da junção dos vários meios no qual um indivíduo esteve e está envolvido – Participação ativa em uma cidade majoritariamente católica, o envolvimento com as letras e as mais diversas histórias sobre a realidade do campo.

“[...] em 1945, o mundo havia sido remodelado pela destruição e pela convulsão social. A Alemanha e o Japão estavam vencidos e ocupados, e os velhos impérios europeus encontravam-se à beira da desintegração.” (YERGIN, 1990, p.5 *apud* MUNHOZ, 2020). O sistema anterior, fundamentado na balança de poder havia se desintegrado, restando apenas as nações dominantes-antagônicas, os Estados Unidos e a União Soviética.

A aliança entre EUA, Grã-Bretanha e URSS durante a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), promovia finalidade comum: derrotar as forças do fascismo, salvo que ambas mantivessem seus objetivos a médio e longo prazo – As antigas rivalidades ideológicas e políticas já não eram o foco. “[...] aqueles eram tempos complexos e difíceis, a situação cambiava de forma célere e os *policymakers* eram instados a tomar decisões no calor da hora e, regra geral, com informações parciais e imprecisas dos acontecimentos.” (MUNHOZ, 2020). Deve-se levar em consideração que muitas dessas rivalidades retornam com maior intensidade quando os motivos que as unia deixa de existir ao final do período bélico. Costuma-se denominar o período “Guerra Fria” (1945-1991), quando União Soviética e Estados Unidos buscam empurrar o seu projeto político e global ao outro. Sidnei J. Munhoz (2020) ainda complementa que os agentes públicos, já mental e fisicamente cansados, foram alcançados por perspectivas distorcidas, vislumbrando atos agressivos do inimigo que se reconstruía, quando na realidade eram simples ações defensivas.

“assim que não houve mais um fascismo para uni-los, capitalismo e comunismo mais uma vez se preparam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais”

(HOBSBAWM, 1995, p.177 *apud* MUNHOZ, 2020).

Por fim, Munhoz e Rollo (2015) nos informam que se por um lado o conflito da Guerra Fria alarga os conflitos no globo terrestre, após um momento inicial de posturas exageradas, do outro conformou-se num sistema de padrões toleráveis e previsíveis de confronto. Evitava-se o embate direto entre as duas forças, não impedindo factualmente os belicismos regionais. A importância estava no controle a se evitar guerras mundiais. (*apud*, Munhoz, 2020).

A população mundial do pós-Segunda Guerra (1939-1945) havia sido confrontada com uma mudança intelectual e ética, em proporções até antes não vistas. De historiadores a cientistas sociais, economistas e geógrafos, religiosos e leigos, trabalhadores urbanos e rurais, o cenário era de uma profunda reflexão. Souza (2001), define que de frente com os escombros do conflito, havia a necessidade de se adotar medidas que pudessem abarcar esses problemas imediatos, resolvê-los do modo mais ágil possível. De um lado o pensamento existencial, mergulhado no profundo vazio das destruições e mortes em proporções até então não vistas. Já do outro, um viés de cunho positivo, ideal-utópico, buscando soluções para as feridas sociais e econômicas, somatizadas ao longo da história. Quais seriam as resoluções para esses traumas?

Seriam novos modelos econômicos, objetivando o tão sonhado progresso e a

modernização dos países considerados subdesenvolvidos? Era o capitalismo que vinha em crise desde o fim dos anos de 1920 e precisava de um novo impulso. As políticas desenvolvimentistas com bases essencialmente Keynesianas se tornaram mais intensas, agora, com um apelo internacionalista e assistencial em meio a Guerra Fria (1945-1991). Projeto modernizador aplicado com sucesso por alguma potência hegemônica, era garantia de maior área de influência? No caso estadunidense/capitalista, entendia-se que deveriam agilizar os processos de apoio e modernização nos países que ainda não haviam alcançado o status de capitalismo pleno, essa ajuda viria por meio de assistência técnica e financeira

Abordando as duas primeiras décadas da Guerra Fria (1945-1964), as Operações Pan-Americana, Point 4, e Aliança para o Progresso são exemplos conhecidos de financiamentos modernizadores e anticomunistas a partir das potências ocidentais para o Brasil. Antes desses apoios monetários e assistenciais, a Igreja Católica Brasileira já fazia um esforço de conscientização dos fiéis que eram majoritários na população nacional, embasando-se na sua Doutrina Social. Influenciados por um fértil campo religioso, contra as ideias subversivas e materialistas tendo como raiz o que poderíamos chamar de “Solidarismo Econômico” sua atenção foi notável aos espaços rurais pela Ação Católica. Notavelmente há um entrecruzamento de assistencialismos e o medo da ameaça comunista que acabou ditando muitos caminhos socioeconômicos que o país veria nos anos seguintes.

Há de se pensar que essa pressão internacional se reflete diretamente no meio do catolicismo que vinha empregando os discursos a fins da sua Doutrina Social⁴ oficialmente desde fins do século XIX por meio de encíclicas e publicações. A espiritualidade da instituição não deveria ficar relegada apenas ao meio privativo ou intimista, deveria transformar o meio social. Suas contribuições foram das mais diversas ao diálogo coletivo na contemporaneidade – problematizam manifestações recorrentes segundo Messias (2021), ao desrespeito com os direitos humanos e a dignidade dos povos, exploração e inferiorização por critérios de gênero, raça, condições socioeconômicas, as corridas armamentistas e os estados totalitários. São críticas ao desenvolvimento exclusivamente voltado a economia, além das suas implicações ambientais. Existem um bom número de religiosos que em seu ascetismo desdenhavam e

⁴ENCÍCLICAS SOCIAIS: Rerum Novarum (Das Coisas Novas), Leão XII, 1891; Quadragesimo Anno (Quadragesimo Ano), Pio XI, 1931; Mater et Magistra (Mãe e Mestra), João XXIII, 1961; Pacem in Terris (Paz na Terra), João XXIII, 1963; Populorum Progressio (O Desenvolvimento dos Povos), Paulo VI, 1967; Laborem Exercens (Sobre o Trabalho Humano), João Paulo II, 1981; Sollicitudo Rei Socialis (A Solicitude Social da Igreja), João Paulo II, 1987; Centesimus Annus (Centésimo Ano), João Paulo II, 1991; Evangelium Vitae (O Evangelho da Vida), João Paulo II, 1995; Deus Caritas Est (Deus É Amor), Bento XVI, 2005; Caritas in Veritate (A Caridade na Verdade), Bento XVI, 2009. (MOVIMENTO LAUDATO SI', 2022).

desdenham da Doutrina Social Católica. Expressam a sua desnecessária função justificando como um desvio de foco quando deveria a igreja estar se planejando exclusivamente em meios litúrgicos e espirituais, o que na prática, torna-se incabível, afinal os reflexos sociais do campo religioso estão sempre permeando diferentes manifestações em maior ou menos incidência.

Diante das breves pesquisas conforme as encíclicas sociais, torna-se notável os discursos referentes a dignidade humana e aos seus direitos no geral – discussões tão em alta no pós-1944. Não há dúvidas, horrendos períodos de guerras mundiais, corridas bélicas, inferiorização moral em relação a vida do outro, abriram os olhos da humanização a muitos e tendeu a visão da obscuridade a outros. Basta um holofote na *Pacem in Terris* de 1963, publicada alguns meses anteriores ao fim do pontificado aclamado de João XXIII⁵. “logo no cabeçalho desse seu texto apresentou como seus destinatários não somente os católicos ou os crentes em geral, mas “todas as pessoas de boa vontade”. Isso foi inédito na história das encíclicas sociais da Igreja.” (MESSIAS, 2021, p.34). É reafirmado o dever de uma contribuição solidária e colaborativa entre todos, independente de credo, país ou estado. Toda essa reflexão, alinha-se ao pensamento de Jacques Maritain⁶, filósofo que esteve diretamente envolvido na discussão e elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ou seja, o diálogo afim da dignidade humana e sobre o que a fundamenta é um ponto fulcral e preponderante ao entender o cruzamento do contexto ocidental e os pensamentos institucionais. Como esse pensamento referente a dignidade humana seria melhor aplicado? Nas áreas urbanas? Rurais? Exclusivamente pela força do Estado, pelas instituições e seus poderes simbólicos? Como ocorreria sua aplicação prática?

A partir da análise dos discursos e das factuais, majoritariamente em fontes escritas busca-se analisar a relação da implantação/consolidação da diocese de Tubarão (1955) e a sua influência na mudança de ética, conduta, produção e consciência fundiária do trabalhador e trabalhadora rural no sul catarinense entre 1955 e 1965. Os primeiros dez anos do episcopado

⁵ João XXIII não teve um pontificado longo, mas isso não significa que o seu trabalho como pontífice da Igreja Católica não tenha sido marcante. Como se sabe, foi ele quem convocou o Concílio Vaticano II e o presidiu em seu primeiro período8 [...] O Concílio Vaticano II ocorreu de 11/10/1962 a 08/12/1965, dividido em 4 grandes períodos, com o total de 9 sessões, mais a celebração de encerramento. Produziu ao todo 16 documentos: 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações. João XXIII presidiu e participou da sua primeira sessão. Os demais períodos se deram já sob o pontificado de Paulo VI. (MESSIAS, 2021, p.36).

⁶ afirmava, à luz do humanismo integral cristão e da ideia de lei natural – temas herdados da tradição teológica da Igreja e tão presentes na *Pacem in Terris* –, que existem coisas que pertencem por direito ao ser humano pelo simples fato dele ser um ser humano. (MESSIAS, 2021, p.51-52).

Tubaronense são marcados por um zênite dessa intervenção, ápice ali materializado nas suas Semanas Ruralistas (1955-1959) e nas atividades da Frente Agrária Catarinense (FAC) – 1962-1965. Intensidade que perdura até a prisão e expulsão do principal representante e mediador da instituição católica junto aos agricultores no ano de 1965, como consequência da invasão de propriedade comunitária em litígio. Resultado da política proveniente do golpe e intervenção militar no ano de 1964, é fato histórico que marca a conclusão cronológica da nossa pesquisa.

Mostra-se a atuação da diocese de Tubarão a partir do controle dos corpos e da biopolítica da população rural em seu entorno. Firma-se a elaboração do projeto nas práticas pedagógicas de eventos e seminários. Logo, torna-se possível materializar interferência religiosa no meio agrícola, a valorização do homem do campo dentro do projeto nacional-desenvolvimentista e da discussão referente a Reforma Agrária. Ou seja, há um projeto biopolítico de “Segurança, Território e População” sendo ativamente aplicado com a implantação do episcopado em 1955 e seu arregimento aos fiéis no campo religioso. Essa estratégia delimita o território do sul do estado de Santa Catarina, objetivando facilidade na administração da segurança alimentar e o abastecimento do meio urbano, para isso, o agricultor ou agricultora precisa de uma mínima estrutura para a sua produção e sobrevivência, aqui entram questões relacionados ao cuidado com a alimentação, higiene e etc. Toma lugar um processo de resistência inesperado a esse projeto biopolítico, e o mesmo sai da própria organização sindical norteadada pela igreja na região. É o ecoar de “Queremos Deus Homens Ingratos” – na impossibilidade de mudança de vida por esse meio institucional, os agricultores se levantam em indignação na perda de suas terras com a força de Padre Osni Rosenbrock.

Metodologicamente nos propomos nas tecnologias de poder biopolítico e disciplinar de Michel Foucault, embasando-nos majoritariamente nas obras “Segurança, Território e População” (2008), “Vigiar e Punir” (2014) e “Em Defesa da Sociedade” (2005). Tratamos também em muitos momentos do Campo Religioso, descrito principalmente em “A Economia das Trocas Simbólicas” (2011) de Pierre Bourdieu. Frisa-se aqui também, que o conceito foucaultiano de poder promove um novo aporte teórico, afinal esse núcleo fundamenta não só o poder como um elemento repressivo e judiciário, mas também como emancipatório e libertador, afinal ele é produtor de conhecimento, de saber.

Enquanto no âmbito do poder soberano há uma materialização na figura do rei, no poder disciplinar há a incidência das suas técnicas nos corpos dos sujeitos. Na presente pesquisa os sujeitos são os agricultores e agricultoras em trocas de poder/saber com o clérigo tubaronense. Analisados igualmente pela biopolítica, aplica-se em suas vidas e regulamentação populacional por ordens das técnicas de projeção ao “falar de si ao bem viver” nos eventos,

reuniões, assembleias, demonstrações práticas, documentos e etc. Assim, objetivamente alinhamos nessa dissertação os dois conceitos, buscando rechaçar o equívoco acerca de disciplinarização e biopolítica, que na realidade não são separados e sim funcionam conjuntamente, tendo claro pontos de aplicação e finalidade específicos.

Há, portanto, um elemento em comum que transita entre o poder disciplinar e o biopoder, entre a disciplina e a regulamentação, e que possibilita a manutenção do equilíbrio entre a ordem disciplinar do corpo e a ordem aleatória da população. Esse elemento é a norma, “que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999, p.302 *apud* POGREBINSCHI, 2004, p.197).

A presente pesquisa possui como fontes históricas, as majoritariamente escritas. Encontradas na imprensa do período (1955 – 1965), nas anotações do bispo Dom Anselmo Pietrulla, localizadas no “Livro do Tombo” da Diocese de Tubarão/SC, acessadas na Cúria Diocesana e o uso de fontes orais como material auxiliar.

Quanto à imprensa local, foram localizadas no “Arquivo Público e Histórico Amádio Vettoreti”, uma diversidade de fontes relacionadas ao problema de pesquisa, principalmente nos periódicos “A Imprensa” e “Correio Sulino”. Ambos jornais possuem caracteres cristãos, sendo frequente a publicação de discursos, notícias e entrevistas com autoridades ligadas à diocese e aos movimentos de agricultores e agricultoras. Igualmente no Arquivo Público de Tubarão foi possível deparar-se com o Sumário de Culpa referente à Invasão da Fazenda Revoredo na tarde de 3 de novembro de 1963, fonte essencial para essa escrita.

Na “Cúria Diocesana” de Tubarão, tivemos acesso aos diários episcopais dos primeiros dez anos da diocese: as anotações do “Livro do Tombo”. Constam o dia-a-dia institucional e burocrático, as visitas pastorais nas comunidades e as distintas realidades condizentes a cada uma delas, eventos diocesanos e viagens por parte do clero. Opinião referentes a fatos políticos, fiéis e sua produção cultural, profissional. Na Cúria, tivemos ainda acesso as primeiras edições do Jornal “Diocese em Foco”, impresso exclusivo sobre as ações do clero e bispado na Região Sul de Santa Catarina.

Quanto a fontes orais fomos privilegiados com dois momentos. 1) O breve diálogo com Tereza de Medeiros Miguel no mês de setembro de 2018, nos auxiliou na compreensão da visão dos agricultores e a influência das Semanas Ruralistas na região (1955-1959). Conversamos quanto aos planos para a alimentação e higienização visando a qualidade de vida dessas populações rurais, materializando e relacionando poder disciplinar e biopolítico, instaurado pelos párocos nas mais diversas comunidades do interior da região tubaronense. 2) Após

procura exausta – foram mais de três semanas em ligações e e-mails endereçados a prefeituras e rádios da região de Blumenau e Gaspar, contatos com familiares em diferentes municípios – finalmente conseguimos uma entrevista importantíssima com Osny Rosenbrock no mês de maio de 2022. o ex-líder, ex-sacerdote, propulsor da Frente Agrária Catarinense, dono de brilhante intelectualidade, na tranquilidade de seu lar e família, tratou de responder com atenção todas as perguntas e questionamentos importantes a essa investigação. Lúcido no caminhar dos seus 93 anos, encerrou sua caminhada vindo a fazer sua passagem espiritual, cerca de dez meses depois, em março de 2023.

Basta um simples levantamento histórico-bibliográfico para nos depararmos com pesquisas exemplificadas nas obras de Amadio Vettoreti (1992) e em outras duas, não menos ricas de Walter Zumblick (1987) e Claudino Biff (1996). Projetos amplos, que cobrem os três últimos séculos da história desse município do sul do estado e que infelizmente não são levados a frente pelos grupos intelectuais da cidade – Focamos o município de Tubarão bibliograficamente pela localização da sede episcopal na cidade, mas não ignoramos o processo de desenvolvimento que estava ocorrendo igualmente na vizinha Criciúma. – Diante de uma realidade rural e das cidades pertencentes à diocese regional, ainda não há um estudo abundante. A pesquisa de Soratto (2001) vai abordar a disputa pela criação do episcopado sulino do estado, exemplificada por Tubarão e Criciúma, porém, sua abordagem é notavelmente institucional e urbana, levando em consideração as questões burocráticas e dos grupos elitistas (políticos e religiosos). A autora faz uma análise documental a respeito das comunicações desses grupos e os motivos para a não implantação da diocese em Criciúma. Ao final, trata brevemente de alguns casos de dispositivo disciplinar e igreja, que são pertinentes para este processo dissertativo.

A Tese de Souza (2001), com o título “A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)”, é ampla e oportuna, pois contribui com o pressuposto interpretativo que esta dissertação vem a seguir: a relação da economia rural e religiosidade. Com o guiar da CNBB e dos projetos desenvolvidos pelo catolicismo neste período, há a fomentação do projeto nacional-desenvolvimentista legitimado pelo poder eclesiástico. O recorte regional conferido pelo autor no Estado de Santa Catarina abrange a arquidiocese de Florianópolis e sua influência no restante do estado, a partir de discursos e publicações visando a disciplina dos corpos dos fiéis. Nesse material, ainda se fazem breves citações à força agrícola da região de Tubarão, que começa a contar a partir de 1955 com uma diocese, trazendo de modo mais difuso os incentivos com uma liderança regional, e reforçada pela hierarquia do clero mundial.

“Queremos Deus Homens Ingratos”, vem contribuir essencialmente com as investigações das estratégias biopolíticas e disciplinares aplicadas em grande atividade na Diocese Sul de Santa Catarina dos seus primeiros dez anos (1955-1965), algo ainda não investigado. Com o fundo do nacional-desenvolvimentismo, batem na tecla da segurança alimentar norteada pela produção rural. Essas estratégias estão materializadas nas Semanas Ruralistas (1955-1959), e com a criação da Frente Agrária Catarinense (1962-1965). Porém, seu grande diferencial investigativo se encontra na antecipação de uma Igreja dos Pobres, diante de uma região que sempre foi considerada essencialmente conservadora e de cunho direitista. Esse processo de resistência as estratégias, está composto de um discurso de justiça social e dignidade, assim, quem acaba fazendo a frente é o próprio sacerdote designado pelo bispo. Enfim, temos um cruzamento de fronteiras, o controle institucional não é forte o bastante para segurar humildes agricultores e agricultoras, ativos em sua construção histórica e na busca de redenção das suas misérias e dramas – Se assim pararmos para pensar, a pesquisa está dividida (1) parte institucional: exposição e análise do projeto biopolítico para o homem do campo e (2) o norteamento popular, tomando lugar no escrito o estudo do movimento de resistência.

No primeiro percurso do estudo, “**Nacional-Desenvolvimentismo Circunda o Sul Catarinense**”, tenta-se ilustrar as condições econômicas e estruturais nos municípios de Tubarão e Criciúma dos anos de 1950, localizando o recorte territorial de nossa proposta. Ali ponderam-se algumas plausibilidades a implantação do bispado junto das factualidades do dia da posse. Diante de uma estratégia maior de “Segurança, Território e População”, a diocese com a sua consolidação vem organizar o sul do estado de Santa Catarina, delimitando-o dentro dos ditames do ideal Nacional-Desenvolvimentista, focando na segurança alimentar, produzindo para o abastecimento dos centros urbanos – considerados centro do progresso. No decorrer do percurso se faz um grande apanhado histórico para se compreender todo o baluarte de ideias em dinâmica na igreja do século XX, principalmente no que confere a figura do trabalhador e da trabalhadora rural, passando pelas reflexões econômicas baseadas no viés do Solidarismo Econômico, Anticomunismo Católico. Em seguida se faz um estudo sobre o processo de modernização nas áreas agrícolas e como a figura do sacerdote se insere com a prática no Brasil das Semanas Ruralistas. Na continuidade do apanhado histórico se faz uma reflexão das encíclicas sociais da igreja, abordando o contexto da Reforma Agrária e terra para todos, em alta no país desse recorte.

O segundo trajeto da investigação chega ao seu núcleo em “**Diocese de Tubarão: Disciplina e Biopolítica para o Campo (1955-1965)**.” Nele, vemos as estratégias biopolíticas de “Segurança, Território e População”, sendo colocadas em prática. Abordando as Semanas

Ruralistas da Diocese de Tubarão, visa-se a maior produção racional, incentivando a permanência nas comunidades, direcionando a higiene, profilaxia e conselhos alimentares, a parceria entre a Igreja e os técnicos agrônomos se materializa nesses eventos de caráter essencialmente pedagogizante e disciplinar, além do estímulo a prática do ensino pelo biopoder e o falar de si. Visualiza-se também a realidade dos municípios naquele momento, o que se torna um exercício histórico e interessantemente curioso. *Estratégia Reformista Católica no sul do Brasil: Frentes Agrárias no RS, PR, e SC*, possui caráter comparativo ao rever a trajetória dos sindicatos cristãos – respostas às ligas camponesas – embasados na Doutrina Social Católica. Comenta-se um breve histórico dos movimentos no Rio Grande do Sul e Paraná, finalizando ao investigar com caráter exclusivo e inédito a Frente Agrária Catarinense (1962-1965), entrecruzando suas ações disciplinares e biopolíticas por parte da Diocese de Tubarão e dos próprios agricultores.

“Queremos Deus Homens Ingratos: FAC e o Holocausto de Padre Osni” é o passo antítese da nossa investigação, ponto fulcral na exclusividade da temática com participação do exercício micro-histórico. É onde observa-se processo de resistência popular da população agrícola diante do projeto nacional-desenvolvimento da Diocese de Tubarão. Uma oportunidade de materializar os atos da Frente Agrária Catarinense. A ligação entre o “micro” do episódio do conflito no Campo Pirituba – Fazenda Revoredo – em 3 de novembro de 1963; a atuação inflamada de Padre Osni Rosenbrock na liderança do movimento juntamente a seus discursos e o “macro” das políticas agrárias e os conflitos no Brasil do período é o foco. *Pirituba: Campo de Guerra – Abertura de uma Cancela* traz a narrativa do episódio da tarde de novembro de 1963 baseada no Sumário de Culpa da Comarca de Tubarão. *Ebulição na Fazenda Revoredo* vem tratar dos antecedentes conflitantes ao evento fatídico. Em *O Calvário da Frente Agrária Catarinense (1962-1965)* busca-se compreender o processo de desenvolvimento, perseguição, prisão e expulsão de Padre Osni Rosenbrock, conseqüente a situação no Campo de Pirituba, coincidindo assim com a diminuição das atividades da FAC. Entende-se ali uma antecipação da “Igreja dos Pobres”, uma igreja social que preza pela justiça e dignidade. Por fim em *FAG, FAP e FAC – Um Exercício Comparativo*, busca-se entender qual o grau de contribuição e exclusividade da versão catarinense para os estudos e amplitude dos sindicatos cristãos, comparando-as com os outros dois movimentos na Região Sul.

2 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO CIRCUNDA O SUL CATARINENSE

Santa Catarina, ano de 1955. Nesse momento a influência do pós-guerra ainda se fazia fortíssima, com seus efeitos culturais, emocionais e principalmente os efeitos econômicos. “[...] inscreve-se no *continuum* democrático, incluindo os governos Dutra com o aprofundamento da substituição das importações, Vargas e Café Filho [...]” (VILLELA, 2005, p. 45). Essa continuidade pressupõe condições principalmente políticas, da maleabilidade e instabilidade, mas principalmente da caracterização do nacional-desenvolvimentismo que alavanca as profundas transformações deste momento. A questão do desenvolvimento, segundo Thomas E. Skidmore (1985), vai gradativamente ocupar a atenção dos políticos. Para o autor:

A era de Dutra havia presenciado os começos de um vigoroso debate sobre a estratégia do desenvolvimento. Surgiram três fórmulas principais: a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical. A segunda fórmula estava apenas em fase preliminar de formulação; [...] partiam da suposição de que o Brasil se defrontava com uma necessidade imperiosa de industrialização [...] Passar da fase de transição de uma economia agrária para uma economia industrial moderna requeria uma nova estratégia de desenvolvimento. (SKIDMORE, 1985, p. 118-119).

No padrão de economia mista, o setor privado recebia novos incentivos e ao mesmo tempo, o Estado intervinha através das indústrias estatais. Nesse caso, o país aceitaria o investimento estrangeiro, mas com uma peculiar burocracia regulamentada. A intenção era a industrialização, e o segundo governo Vargas (1951 – 1954) segundo Skidmore (1985), estava mais próximo disso norteador por uma política nacional-desenvolvimentista, afirmando sua continuidade principalmente nos governos herdeiros de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart (1956 – 1964) – características ainda mais nítidas na chamada “Era de Ouro” do primeiro governante citado. O país estava passando por uma fase de transição, afirmava Kubitschek. O território estava entre um passado agrário e um futuro industrial que seria o representante da alvorada objetivada.

Seu plano de governo – cujos principais elementos ele publicaria em 1955 sob o título Diretrizes Geral do Plano Nacional de Desenvolvimento – falava explicitamente em acelerar o desenvolvimento econômico, como forma de transformar o país estruturalmente. [...] esse sinal de atraso econômico que JK se empenhou em reverter, valendo-se para tanto, de pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infra-estrutura econômica, reunidos em seu Plano de Metas. Com ele o país viveria o apogeu do desenvolvimentismo. (VILLELA, 2005, p. 47-48).

Esse desenvolvimentismo gera uma influência em todo o território brasileiro. Visto os planos nacionalistas e centralizadores que vinham sendo projetados na população brasileira

naqueles últimos anos, acabam resultando em uma comunicação e proliferação mais difusa, principalmente nos grandes centros urbanos e no litoral. Dentro desse pressuposto, qual seria a inserção de Tubarão, Criciúma [Sul de Santa Catarina] nesse ideal, entendendo-se majoritariamente o estado de Santa Catarina – naquele momento com uma economia agrária?

Figura 01: Mapa do estado de Santa Catarina, ano de 1955. Destaque Tubarão e Criciúma pelo autor.



Fonte: Arquivo Nacional

Caracterizadamente a região sul do estado elenca um diferencial. Na segunda metade dos anos de 1950, contém 11 municípios e uma zona vasta, abriga quase 316.000 habitantes conforme reportagem de Jarbes Garcia, no periódico *Correio Sulino* a 17/03/1956. Soratto (2001), descreve Tubarão naquele instante com água tratada, boas escolas, aeroporto, estradas, ferrovia e outras características que atraem empreendimentos. Um indício claro desse desenvolvimento urbano se dá com a implantação no longínquo ano de 1880, da Ferrovia Tereza Cristina, tornando-se mola propulsora para a estruturação de uma série de pequenos núcleos urbanos em localizações limítrofes, é o “[...] caso típico da influência da via férrea na formação do espaço-urbano das cidades [...] Além do carvão passa a transportar mercadorias diversas e

peças [...]. ” (MEDEIROS, 2006, p.5). ⁷ A extração carbonífera criciúma e sua respectiva exportação denota seu grande destaque, ficando a cargo de Tubarão, a produção e transformação desse potencial mineral em energia elétrica.

Figura 02: Mina de Carvão em Criciúma. Fim dos anos de 1950.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

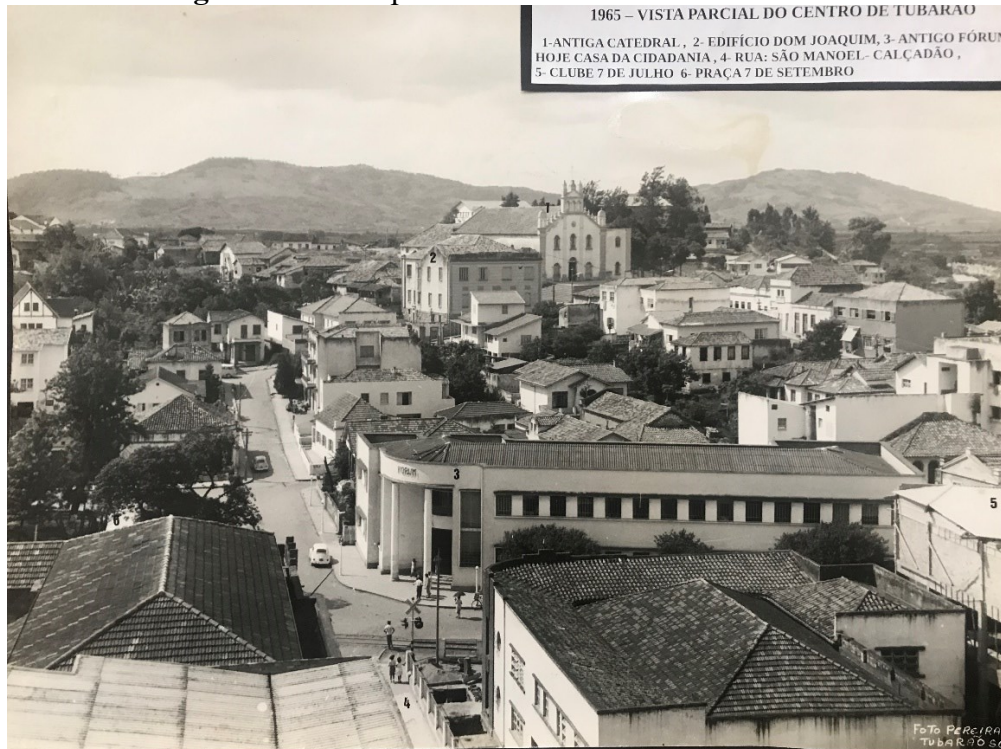
Criciúma e Tubarão se firmaram como cidades polo. Concentrando a maior parte da estrutura econômica regional, transformaram-se em centros geradores de emprego, atraindo vasto contingente imigratório das cidades vizinhas e de outras regiões, fato que colaborou para acelerar o processo de expansão urbana e consolidá-las como áreas industriais no Sul catarinense. (LOCH, 1991, p.72).

É notável a exaltação do progresso e desenvolvimento das cidades e região na imprensa local, destacando-se em edição festiva da implantação diocesana na região a capa “Mais uma Etapa”, denotando essa estratégia biopolítica e desenvolvimentista. “É que, com o passar dos anos, marcos indelévels de progresso foram fincados em nosso meio, plantados ao nosso lado,

⁷ p.94: Em 1951 é inaugurado o Aeroporto Anita Garibaldi, a 300 metros da ferrovia, em frente à área onde se instala a Indústria de Cigarros Souza Cruz no ano de 1955 [...] a década de 50 foi de transformações e investimentos que permitiram um grande desenvolvimento social e econômico e a população urbana aumentou mais de 100%. Este aumento significativo da população só é possível, especialmente falando, com o aumento proporcional da malha urbana e suas funções componentes. [...]

cada qual como degrau por onde fomos subindo [...] que, em tão pouco tempo, nos colocou onde atualmente nos achamos.” (A IMPRENSA, 1955, p.1).⁸

Figura 03: Vista parcial do centro de Tubarão. 1965.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Se for levado em consideração um prólogo desenvolvimentista regional nas cidades de Tubarão e Criciúma, há uma notória construção já no primeiro período Vargas, década de 1940. Promove-se uma sistematização do uso de seu potencial energético, percebendo-se como a maior produtora de carvão do país naquele momento⁹, criando-se o Lavador de Capivari, este, pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional¹⁰. Posteriormente a implantação na década seguinte da SOTELCA¹¹ (Sociedade Termo Elétrica de Capivari), e a Companhia de Cigarros

⁸ MAIS UMA ETAPA! PARABÉNS, TUBARÃO: A construção da ponte, além da poética figura do <abraço de cimento> por sobre o nosso rio, muitos tem a seu favor na história desta terra; A Usina de Capivari de Baixo tem para si, também, um mérito inegável, um quinhão valioso que fomentou a nossa expansão tão sensível; Quando construímos o nosso ginásio, era um grande livro que abria diante da nossa inculta juventude; O aeroporto, que muitos julgavam uma figura meramente decorativa, foi outro marco que despojou em Tubarão grande parcela em nosso progresso. (A IMPRENSA, 1955, p.1).

⁹ (FILHO; MORAES, 2003, p.4).

¹⁰ ISTO É TUBARÃO: [...] Empregando grande soma com empregados e material, a Cia. Siderúrgica tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento econômico de nossa cidade. Instalada com sua usina de Beneficiamento de carvão e de energia elétrica em Baixo Capivari, distrito desta cidade, a Siderúrgica Nacional mantém também ali, seus escritórios, estando nesta cidade, apenas as casas residenciais de seus engenheiros. (A IMPRENSA, 1956, p.1).

¹¹ A INSTALAÇÃO DA TERMO ELÉTRICA: Segunda-feira próxima, terá lugar nesta cidade a solenidade de Instalação da Sociedade Termo-elétrica de Capivari (SOTELCA), de 100 mil KW. A assembleia se reunirá no

Souza Cruz, coloca o município como polo econômico regional. Assim, Goulart Filho e Moraes (2003, p.14 e 15) ajudam a reafirmar sobre a Jorge Lacerda (nome posterior da SOTELCA):

Antes da privatização, a Jorge Lacerda era o maior empreendimento estatal em Santa Catarina e um dos pilares da economia de Tubarão e região. Além da Jorge Lacerda, também se localizavam em Tubarão o Lavador de Capivari, a Usina Termoeletrica de Capivari da CSN, o escritório central da EFDTC (Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina) e um entreposto de beneficiamento de fumo da Souza Cruz. Estes quatro empreendimentos estatais e a Souza Cruz constituíram-se na base econômica e os maiores indutores da renda em Tubarão até recentemente.

O potencial energético aliado a produção termoeletrica, é uma nítida evidência da riqueza em carvão mineral no sul do estado, e bem, a também abundância do solo em argila trouxe igualmente, fortes resultados iniciais a esse processo urbano-industrial na região entre os anos de 1940-1960. Observa-se ali o período mais intenso de expansão do setor cerâmico, tendo durante todos esses anos essa mesorregião, concentrado a maior parte da produção e lucro catarinense conforme Jesus (2018). O acúmulo de capital proveniente do ramo carbonífero leva os empreiteiros a investirem na cerâmica, podendo pontuar o surgimento da (1) CESACA (Cerâmica Criciúma – 1947), (2) Cerâmica Cocal (1954) que falindo acaba sendo comprada e dando lugar a (3) Cerâmica Eliane S/A Revestimentos Cerâmicos (1959). Aqui nos atemos ao recorte histórico da pesquisa, porém, observa-se que o setor se desenvolveu ainda mais nos anos seguintes com a criação da Cecrisa nos idos de 1970 e o apoio do estado:

“[...] pode-se observar que o setor cerâmico era dominado por uma base bastante dispersa e pouco articulada. O que existiam eram indústrias de pequeno ou médio porte [...] careciam de uma máquina estatal que fizesse possível seu crescimento. [...] há, a partir de 1962, uma mudança no caráter do Estado, que agora se tornaria o propulsor do crescimento econômico, auxiliando no processo de centralização de capital. Em substituição do capital pulverizado, emerge o capital concentrado nas mãos de poucos grupos empresariais.” (JESUS, 2018, p.14 e 26).

Todos esses elementos, criam um cenário regional definitivamente gerador de empregos, atraindo trabalhadores e investidores externos. Reforça-se nesse sentido principalmente a imagem de Tubarão e região como “[...] desenvolvimentista, em sintonia com os planos de Governo das décadas de 1940 e 1950.” (SORATTO, 2021, p.22). Além de todo esse desenvolvimento urbano que estava em grande proliferação, há de se lembrar que o êxodo da população do meio rural às cidades ainda estava em intenso movimento nos anos de 1950 -

Clube7, com o comparecimento do exmo. sr. Dr. Governador do Estado [...] Nas vitrines da Casa Mussi desta cidade estão expostas as plantas da futura Usina Termo Elétrica [...] Trata-se de um trabalho grandioso da engenharia italiana e que merece ser apreciado por todos. (A IMPRENSA, 1957, p.1).

1960, e o fenômeno não foi diferente na região sul do estado de Santa Catarina. Esses grupos que chegam as cidades, precisam ser realocados em novas funções, havendo ainda necessidade de promover aos que continuavam nas áreas agrícolas, um profundo ideal tomado certamente de áspera paixão a produção não só para si, mas também a nação e ao seu hábil desenvolvimento comum.

Figura 04: Rua Coronel Collaço, centro de Tubarão, 1965.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Tendo em comum a questão do crescimento populacional – característica geral do país nos idos do auge desenvolvimentista, a região não é destoante nesse quesito. Fazendo-se um comparativo conforme IBGE (2005) é perceptível esse desenvolvimento nos anos correspondentes a pesquisa, levando em consideração as cidades polo, Criciúma e Tubarão. No caso de Tubarão, em 1940 pode ser percebido com uma população total de 26.869 habitantes, distribuindo-se 12.093 no meio urbano e 14.776 no rural. Já na próxima década [1950], o número absoluto da população passa a ser de 30.498, desses um pouco mais de 12.500 no perímetro urbano e 17.989 rural, interessante perceber essa alta no meio rural antes da sua derrocada e êxodo. O ano de 1960 chega junto a uma população de 45.892 habitantes, finalizando em 1970 nosso recorte com um total 66.786 habitantes. No município de Criciúma não é diferente:

Criciúma passou por um processo de crescimento da população geral do município ao mesmo tempo em que a população urbana crescia a um ritmo mais acelerado. Destaca-se a década de 1950, com um crescimento da população urbana de 250%. De fato, todo o crescimento populacional do município na década de 1940 confluiu para um crescimento na década seguinte. Em 1970 a população de Criciúma saltou de 54 mil para 93 mil. (CRICIÚMA, 2015).

É de se frisar que em grande força estava a produção agrícola na região, munida de caráter familiar e em sua maioria configurada em latifúndios diante dos números de Loch (1991). Numera-se naquele espaço temporal que o município de Tubarão “[...] é um grande produtor de cereais, (1) O arroz, (2) o trigo, (3) a cebola, (4) o fumo¹² em folha, (5) o feijão, (6) o milho, (7) a batata, (8) a farinha de mandioca” (A IMPRENSA, p.13, 1956). Criciúma¹³ e região conforme Loch (1991), seguem o mesmo parâmetro dentre as culturas desenvolvidas, tendo o foco na produção essencial da farinha de mandioca. A Pecuária também possui destacável posição nesse âmbito, representando já naquele momento a força que a criação de animais viria caracterizar ao estado principalmente no setor suinocultor. Nas palavras de Villela (2005), “O Plano de Metas também agravou a concentração regional da produção além de ter sido praticamente omissa em relação à agricultura e à educação básica” (2005, p.64). Levando em conta essa omissão, há de se pensar na necessidade e formulação de um território, organizado institucionalmente, que padronize e organize a segurança alimentar¹⁴ na região – É o complementar processo do meio rural fornecendo a alimentação necessária em prol do projeto nacional-desenvolvimentista, voltado para o meio urbano, ambiente do progresso consolidado e firmado. Nesse viés, a manter o plano, evitando:

[...] escassez alimentar, um fenômeno cujas consequências imediatas e mais sensíveis aparecem, claro, inicialmente no meio urbano, porque afinal de contas a escassez alimentar é sempre relativamente menos difícil de suportar – relativamente – no meio rural. (FOUCAULT, 2008, p.40-41).

¹² [...] Agora, com o nome Souza Cruz, após a incorporação da Cia. Brasileira de Fumo em Folha, nome este, que muitas pessoas trazem entre os dedos indicador e médio quase dia e noite, torna-se muito mais fácil. O resultado magnífico da segunda safra – a corrente – é a prova da nossa certeza, na aceitação incondicional da lavoura do fumo, no sul catarinense. (A IMPRENSA, 1956, p.1)

¹³ [...] é empregada, na alimentação de animais, na fabricação de farinha, de fécula e de raspa. A produção da farinha desta zona é de 1.300.000 sacos, sendo que os municípios de Araranguá, Turvo e Sombrio, são os principais produtores. *Idem*.

¹⁴ Coincide esse momento histórico da pesquisa, com a discussão mais aprofundada afins do conceito de Segurança Alimentar até antes não visto. Observando-se o momento crítico da Segunda Guerra Mundial “[...] A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, estabeleceu um indicador de Segurança Alimentar, que mede a disponibilidade calórica *per capita* de cada país. A questão sobre o acesso das pessoas aos alimentos necessários à sua sobrevivência e bem-estar passou a ser fortemente discutida a partir do trabalho de Josué de Castro na FAO.” (MARDEGAN, p.1, 2014).

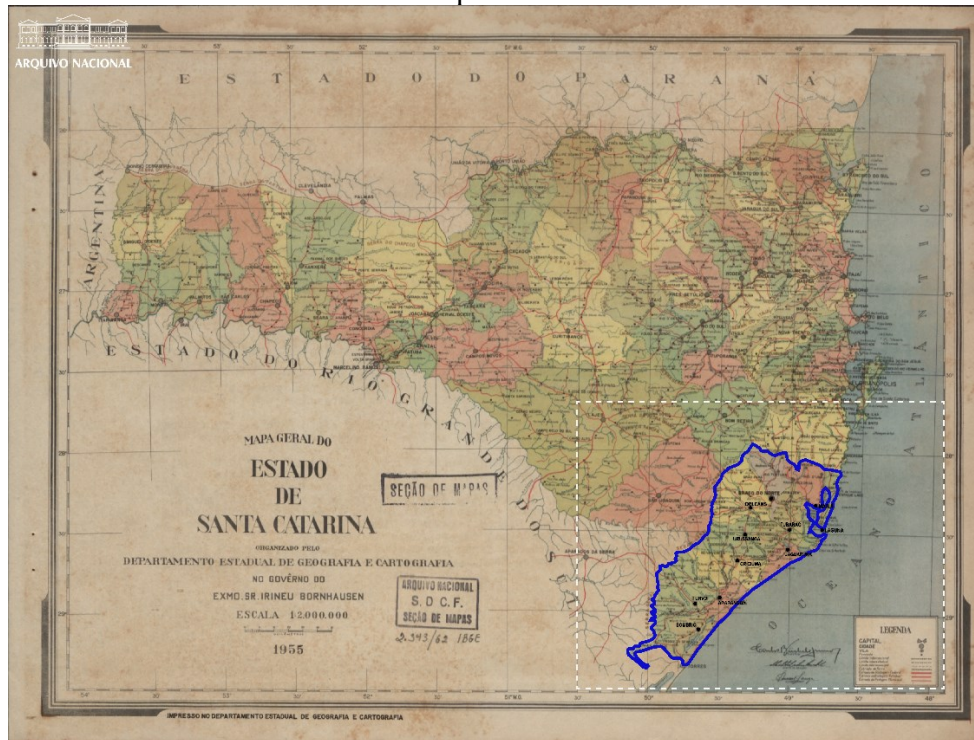
Figura 05: Vista aérea parcial de Tubarão. 1965. É possível notar o crescimento urbano, tendo ao fundo os campos agrícolas.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Diante da possibilidade desse esgotamento, ainda que em um primeiro momento fosse um prognóstico impossível no sul de Santa Catarina, Foucault (2008) norteia esse processo de pesquisa, fazendo um exercício a fim de possíveis estratégias na possibilidade desse impacto da carência alimentar. Levando para o contexto aqui, seria a aplicação de um projeto de desenvolvimento nacional visando a harmonia urbano-rural. Em “Segurança, Território e População” analisa e descreve a utilização de um “dispositivo de segurança cerceador”, ou seja, a delimitação de um espaço no qual os poderes e seus mecanismos funcionarão plenamente, ilimitados. Esses poderes são assertivos com relação as práticas do viver de maneira a representar esse processo harmônico e ideal, são conforme Foucault (2005) uma práxis do viver – estratégia biopolítica. Na falta de uma entidade organizadora em moldes públicos que alinhasse o sul do estado junto a força do seu potencial, consolida-se assim uma forma de assegurar territorialmente todo esse desenvolvimento, produção e segurança nutricional em prol de um ideal nacional – nesse caso, será firmado oficialmente por uma instituição:

Figura 06: O Território delimitado da Diocese de Tubarão em 1955. Destaque do autor.



Fonte: Arquivo Nacional

Figura 07: Os municípios pertencentes ao território diocesano no momento da sua implantação. Destaque do autor.



Fonte: Arquivo Nacional

2.1 DO SOLIDARISMO ECONÔMICO AO ANTICOMUNISMO CATÓLICO

Notável é o fortalecimento centralizado da Igreja católica no Brasil, seguindo aos anos do Governo Vargas – deve-se a isso a sua participação no projeto nacionalista e centralizador de Getúlio (1930 – 1945)¹⁵. Chegava-se a um novo patamar na questão do seu poderio contemporâneo no país. Rogério Luiz Klaumann de Souza (2001), define que mais do que legitimar a ação do Estado, ela se apresentou como redefinidora do estado, buscou penetrar na realidade brasileira com a intenção de transformá-la e de orientá-la dentro de um plano de reformas pautado na Doutrina Social da Igreja, consequência das mudanças sociais. A Tese de Souza é pertinente, reforçada quando colocada ao lado de Romano (1979), pensando a instituição católica como um “Corpo Místico”, que possui seu próprio projeto teológico-político – não pode ser interpretada apenas por uma lente estatal e de cunho temporal, subserviente e dependente do estado.

Comparando o que vislumbram outras abordagens analíticas do catolicismo no país, Souza e Romano contrariam o que se consolida no pensamento de Thomas Bruneau (1974). Bruneau descreve uma igreja enfraquecida após a definição da laicidade do Estado (1891), enxergando-a como dependente e fragilizada, isso tudo seria oriundo do temor da influência política que desgastaria o nortamente social da religião, havendo a necessidade de mudanças internas objetivando a sua manutenção. A verdade é que:

Uma aliança entre Igreja e Estado também precisava ser formalizada, visando o desenvolvimento da Nação e o equilíbrio econômico das famílias brasileiras. E foi com este objetivo que a igreja se fez presente nos Ministérios da Agricultura e da Educação, nos órgãos de desenvolvimento regional e nas Secretarias dos governos de Estado. (SOUZA, 2001, p.94).

Se fazer presente nos ministérios que regiam a nação, tornava-se um meio eficiente para ambos os lados, ao Estado e a religião. Em nossa linha de pensamento, o catolicismo brasileiro não demonstra-se organicamente fragilizado, afinal está inserido em acordos de poderio com benefícios mútuos. Scott Mainwaring (1989), define esse processo de mudanças em uma etapa de modernização e transformações de novos vínculos, tendo um viés de proteção ao seus interesses naquele momento. E bem, o social nesse campo acaba tomando forma

¹⁵SOUZA, Rogério Luiz de. **A Construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)**. 1996. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112194>.

preponderante.

A Doutrina Social da Igreja (que será melhor especificada nas próximas seções), possuía entre seus pontos norteadores: “harmonia das classes sociais, defendidos com constância [...]” (CITINO, 2012, p.18). A partir desse fator harmônico, se “sustentava a necessidade de uma reforma nacional, apoiada no solidarismo econômico internacional e voltada para o bem comum. Assim toda a ação produtiva deveria ter uma finalidade social, exigindo-se do indivíduo o empenho pelo todo comunitário.” (SOUZA, 2001, p. 90). Esse todo comunitário e ambiente harmônico resultaria em uma prática arraigada espiritualmente, estaria nivelada a solidariedade coletiva.

No aspecto de uma decepção com o capitalismo mundial pós Segunda Guerra, Souza (2001) alude que as nações capitalistas buscavam reestruturar o regime produtivo visto naquele momento, como falho por muitos. Os países mais abastados deveriam ajudar os mais pobres e destruídos pela guerra, configurando-se como a formação de uma nova ordem burguesa, e uma harmonia sem limites.

[...] a presença marcante dos movimentos cristãos traduzia o estado de ansiedade das nações que visavam a renovação das suas estruturas, baseadas numa ética capaz de manter o justo equilíbrio econômico entre os povos a partir da ajuda mútua, da organização do trabalho solidário e de uma imensa rede de cooperação internacional. (SOUZA, 2001, p.16).

Deveriam unir-se sob um plano de :

[...] cooperação internacional com uma proposta de desenvolvimento e disseminação dos ideais católico-cristãos de sociedade moderna, como elementos que convergiram na proposta da Igreja Católica para a constituição de um mundo de paz e equilíbrio baseado numa profilaxia e na integração dos países vistos como subdesenvolvidos na dinâmica do capitalismo ocidental [...] processo histórico de formação de ideal de Doutrina Social da Igreja sob a égide da liberdade, da solidariedade, do indivíduo e sua responsabilidade com o bem comum.” (FRANZEN, 2018, p. 13-15).

Destaca-se a força do catolicismo nessa mudança estrutural, empreendendo uma verdadeira batalha na purificação do sistema capitalista, combatendo e negando a alternativa do socialismo. Entre os dois sistemas deveria haver uma terceira via que satisfizesse os anseios da humanidade toda. Douglas Orestes Franzen (2018, p. 33) ajuda a reforçar essa compreensão de uma terceira via: “[...] diante da bipolaridade da Guerra Fria, o alinhamento do catolicismo se ajustou entre a compreensão capitalista de desenvolvimento e a corrente socialista/comunista de esquerda.” Ainda em Souza (2001, p.96-97):

O catolicismo assumia a responsabilidade de transformar e ordenar o desenvolvimento da nação brasileira, vinculando os seus propósitos doutrinários aos interesses de um capitalismo em franca expansão. Além do mais, admitia-se que o impulso econômico de uma nação dependeria das suas forças morais e culturais. [...] somente a soma de valores de toda ordem – morais, culturais, políticos e econômicos – é que serviria como elemento de correção contra os desvios do capitalismo individualista e do comunismo ateu.

O Solidarismo Econômico, que atinge seu apogeu nos anos de 1950 e 1960, vem de encontro a uma sociedade brasileira fragilizada e subdesenvolvida. Basicamente, um terreno muito fértil e profícuo para ideologias revolucionárias, subversivas ou materialistas conforme visão da Igreja e de grupos mais conservadores. Contra isso, o objetivo da maior influência do campo católico era de trazer reflexões e planos que pudessem tratar da mudança da realidade material, não apenas questões essencialmente ao meio espirituais. Isso se manifestará no “[...] enquadramento dos povos sob a égide capitalista da democracia cristã que se pretendeu cosmopolita.” (FRANZEN, 2018, p. 25). A realidade é que Souza (2001) igualmente confirma que a Igreja se revela uma instituição identificada com os projetos econômicos dos países capitalistas, adequando os regimes políticos com os interesses da ética cristã. O intuito é a reforma social enquadrada na transformação das condutas e a conversão do envolvido na existência material. Não bastava apenas um novo limiar reflexivo, precisava-se combater as teorias e ideologias nocivas implantadas no interior dessas nações e das massas, essa condução se daria igualmente pelos líderes religiosos.

Embasado na Doutrina Social da Igreja em busca da terceira via de desenvolvimento – naquele pós 1945, convém afirmar a presença de um anticomunismo linear pela Instituição Católica, visto que possuía uma estrutura fortalecida hierarquicamente, oriunda do século XIX. Era o embate contra inimigo e o “perigo vermelho”, a favor das áreas e populações menos favorecidas. Oficialmente em encíclicas papais tais como a *Rerum Novarum* (1891) – codificou o surgimento da Doutrina Social Católica, e a *Quadragesimo Anno* (1931), fica bem clara em determinados momentos, predileção por uma espécie de capitalismo humanizado, ainda que obviamente não representassem a prática católica no mundo todo. Menciona Franzen (2018), que o discurso combativo à expansão da União Soviética nos países do chamado Terceiro Mundo, era uma diretriz consentida pelo Vaticano.

[...] Riolando Azzi, assim percebeu a situação da hierarquia católica no Brasil, no período, com relação ao comunismo. — Outra característica importante da

mentalidade católica nesse período [1922-1961] foi o combate ao comunismo e a tudo o que pudesse significar de alguma forma, conscientização e promoção das classes populares [...] (CITINO, 2012, p.243-244).

Creio que não se deva pensar nessa atitude como uma prática de abandono das classes populares, e sim, a falta de uma reflexão consciente, modificadora estrutural, que objetiva a harmonia dos antagonismos vigentes (ainda que pela escolha majoritária do “capitalismo humanizado”). Carla Simone Rodeghero (2002), afirma que dentre as instituições brasileiras que mais se destacaram no combate ao comunismo, foi a Igreja Católica. A Historiadora faz um apanhado interessante do anticomunismo católico no Brasil, passando pelas décadas de 1940, 1950 e 1960, essas tendo como base os anos mais intensos da Guerra Fria. Informa ainda que esse era um processo de expansão religiosa, e das próprias formações dos religiosos e dos leigos:

Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, locuções radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. (RODEGHERO, 2002, p.466).

No período posterior ao Estado Novo – pós 1945, o anticomunismo católico se manifestava em discursos inflamados, lembravam aos seguidores os perigos da perda de liberdade naquele momento que ocorreria no caso da implantação do comunismo. O povo brasileiro ali teria uma mínima parcela de autonomia. Perderiam seu direito de ir e vir para a tirania do sistema ateu. Por mais que houvessem críticas ao capitalismo, afinal buscava-se a terceira via de pensamento, os discursos anticomunistas eram muito mais persistentes e insistentes. O que não exclui o fato de grupos e membros com viés comunista comporem igualmente a instituição, algo mais constante nos anos seguintes.

Do início dos anos de 1950 até o golpe de 1964, setores da Igreja ligados a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a Ação Católica, passaram a apoiar as reivindicações populares, o que fez com que as críticas ao capitalismo em aspectos como secularização e laicismo dessem espaço ao avanço contra injustiças sociais. Pode-se afirmar que o que se inicia é um processo de aparecimento juntamente, de uma esquerda católica, que todavia, não era majoritária dentro da instituição. Nesse sentido, Franzen (2018) afirma a importância de destacar que não devemos compreender o catolicismo como um corpo unívoco e homogêneo, afinal, a influência marxista irá gerar muitas compreensões entre os leigos e intelectuais da Igreja referente as causas sociais:

[...] o posicionamento da Igreja Católica em relação às ideologias do século XX não era unicamente contra o comunismo. A crítica ao liberalismo como modelo excludente e perverso também era veemente, como podemos ver nos estudos de Zanotto, que afirma que a postura da Igreja Católica no século XX foi de combate às tendências do positivismo, do liberalismo como expressão do capitalismo perverso, do materialismo, do comunismo, do ateísmo e outros “ismos”. (FRANZEN, 2018, p.93-94).

Nota-se que ao longo do século XX, uma das principais bandeiras levantadas pela Igreja Católica, foi o combate ao comunismo, permitindo a reserva de um espaço importante de participação nas discussões dos rumos políticos do Brasil segundo Rodeghero (2002). Convém frisar que essa não era a discussão exclusiva, pois, voltavam-se também ao liberalismo e seus extremismos de uma prática egoísta e desumana – Ainda que, contando com um movimento majoritário envolvendo a abertura da instituição católica e sua modernização de tendências capitalistas. Pensamos que conforme a análise de Mainwaring (1989), os projetos da instituição não ficam limitados apenas as condições de classe, afinal o amparo de interesses de alguns grupos em detrimento de outros, depende de uma diversidade de razões extrínsecas e sociais juntamente a questões teológicas-internas do “Corpo-Místico” que Romano (1979) define. Passando-se a discutir juntamente a inserção das classes sociais e suas funções num organismo coletivo, ela envolveria os trabalhadores e trabalhadoras do meio urbano e do ambiente rural.

2.2 ACÇÃO CATÓLICA NO BRASIL E A PREOCUPAÇÃO COM O MEIO RURAL

2.2.1 Desenvolvimentismo e a Vulnerabilidade Agrícola

Analisado por muitos como o apogeu do desenvolvimentismo no país, o período Juscelino Kubitschek (1956-1961) é notável por um incentivo à industrialização em território nacional, ainda que desigual. Villela (2005) enfatiza que sob as Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento, falava-se que a aceleração econômica seria a chave para reverter os problemas do Brasil, fazendo-se com pesados investimentos públicos e privados na infraestrutura e no setor industrial. “Mas, o projeto de desenvolvimento para o Brasil, embasado em um pacto populista e nacional, retoma a cena política com o governo João Goulart e sua aliança com os trabalhadores e as reformas de base.” (GELINSKI, FILIPPI, 2016, p.38).

A industrialização brasileira entre os anos de 1930 e 1980 está ligada ao êxodo rural, era a fuga de um campo pobre e ligado a subnutrição. Diferente do que costumeiramente se pensa, a agricultura familiar majoritária no país estava fora de cogitação – poderíamos dizer que seria na verdade “uma agricultura caracterizada de poucas famílias”. Ao longo das cinco ou seis primeiras décadas do século XX, a agricultura familiar, tal como a conhecemos hoje, não existia – o que havia era o modelo camponês de produção rural, mais voltado para a produção agrícola de subsistência do que para o mercado¹⁶. Cabral (2016) afirma que o governo JK, na prática, não solucionou as desigualdades e os problemas sociais, muito menos elevou o modo de vida do agricultor, afinal, mantendo laços com ruralistas, a possibilidade de aplicar uma reforma fundiária, era nula. Nesse sentido, a modernização do campo se mostrava necessária, mas fazia parte de um pacote, no qual não era colocado como um objetivo primordial – no fim das contas, almejava-se exclusivamente a industrialização do país. Como já citado anteriormente, o elemento agrário no país funcionará como uma mola propulsora para a segurança alimentar do processo urbano.

Ramon Felipe Souza (2020), descreve que nesse contexto de transformações e com o alinhamento do Brasil ao bloco capitalista liderados pelos EUA, as relações entre os países se consolidaram por meio de acordos que se consolidaram em cooperação técnica. Abramos um pequeno parêntese:

¹⁶ (GELINSKI, FILIPPI, 2016, p.36).

Ainda que o contexto não seja preponderante para analisar a realidade em sua totalidade, torna-se interessante percebê-lo como um plano de fundo que promove o despertar para fins didáticos. Assim, diante da bipolaridade mundial (1945-1991) e das disputas em campo ideológico e econômico no pós-segunda Guerra, há uma corrida entre as potências hegemônicas EUA e URSS, grosso modo, uma maratona ideológica no globo terrestre.

Há um despertar do chamado “terceiro mundo” que se coloca “neutro” diante do enfrentamento na espera da melhor proposta:

A ascensão desses países ratificou o desejo de emancipação política e de autonomia econômica, inaugurando uma nova etapa na história das relações internacionais. [...] não mais se apresentavam como objetos públicos de compra e venda, mas, agora, na condição de países independentes, como sujeitos de diplomacia, que exigiam estabilidade econômica a partir do desenvolvimento industrial e da modernização do meio rural. (SOUZA, 2001, p.18).

Neste caso, países aliados, na América, Europa, África, Ásia, Oceania, estariam estrategicamente recebendo apoio – oriundo das potências hegemônicas a frente do conflito. Financiamentos voltados a planificações econômicas, de um determinado ponto iriam garantir o enfraquecimento do lado oposto.

Segundo Munhoz, de uma ótica estadunidense (2020, p.203):

[...] entendiam que os Estados Unidos deveriam agilizar esse processo de apoio a modernização dos países em que o capitalismo ainda não havia se realizado plenamente, por meio da ajuda externa, da aceleração dos planos de desenvolvimento e da assistência técnica de forma a impedir que os comunistas se aproveitassem dessas oportunidades em momentos de grande vulnerabilidade da sociedade.

A supressão da realidade subdesenvolvida e vulnerável nesses países, dos quais as nações hegemônicas tinham como um alvo de cooperações, seria um ponto chave, afinal caso tivessem sucesso “[...] o comunismo perderia a sua capacidade de atração ideológica e deixaria de representar uma ameaça ao mundo democrático-capitalista (LATHAM, 2010, p.263 apud MUNHOZ, 2020, p.202).” Claramente é observada essa guinada “modernizadora” nos parágrafos seguintes, tendo como recorte a América Latina, especificamente o caso do Brasil.

Aplica-se no Brasil posterior ao Estado Novo Vargasista (1945) e na América Latina, a “Aliança para o Progresso”, juntamente a ações que sinalizavam a continuidade nas relações diplomáticas e agora ainda mais econômicas com os EUA. Estar próximo a potência ianque, visaria facilidades:

“O projeto nacional-desenvolvimentista da fase redemocrática brasileira caminhava em busca de um lugar privilegiado na comunidade internacional. No entender de Vizentini, “estar perto deste mercado significava a obtenção de capitais e tecnologia, que só poderia ser lograda incrementando-se a cooperação econômica com a potência hegemônica do mundo capitalista, os Estados Unidos.” (SOUZA, 2001, p.86-87).

Sem dúvidas o maior destaque e referido sucesso nos planos e acordos firmados, se dá na Aliança para o Progresso (1961). Sua influência naquela escalada anticomunista, é definida historicamente em José Victor de Lara (2019, p.5):

O programa, porém, só chegou em 1961, em Punta del Leste, quando o governo de John F. Kennedy (JFK) apresentou aos países da América Latina a Aliança para o Progresso. O objetivo do programa era promover o rápido crescimento econômico – fundamentado na construção de acordos regionais de comércio de commodities e na integração econômica regional com financiamento de fontes de capital estatal e privado. A Aliança consistia na aplicação de cerca de 20 bilhões de dólares em 10 anos, destinados à construção de hospitais, portos, estradas, moradias, usinas de energia e escolas.

Esta planificação chegaria a América Latina, suas intenções assistenciais possuíam objetivos influenciadores nítidos, nada lá digamos uma atitude inédita, visto o histórico da “Política de boa vizinhança” nos anos de 1933-1945. Convém igualmente, o lembrete a experiências financiadoras passadas, ao exemplo do Point 4 (1948) e a Operação Pan-Americana (1958), visando entender as justificativas que já vinham sendo construídas, anteriormente a Aliança para o Progresso (ainda sem a roupagem da Guerra Fria).

Quando Harry Truman foi eleito em 1948, em seu discurso de posse destinou um tópico aos países que não tinham sido contemplados pelos 12 bilhões de dólares do Plano Marshall. Antonio Pedro Tota chama de um “prêmio de consolação” aos chamados países subdesenvolvidos. [...] Winterhalt se apoia em uma historiografia feita por historiadores como William Appleman Williams, Charler S.Rist Meier e Gilbert para afirmar que a prioridade era manter os interesses econômicos dos EUA em âmbito global [...] (LARA, 2019, p.25)

Havia a compreensão de que a pobreza era uma das bases principais da desigualdade social e para isso, objetivavam o aumento da prosperidade e do padrão de vida dessas sofredoras nações. Criaria-se um terreno de liberdades para longe de uma sedução comunista. Torna-se destaque em muitas das relações externas ao exemplo da Operação Pan-Americana, a proposta de investimentos e empréstimos estatais, diferente de outros programas assistenciais que visavam o exercício do capital privado nos países latinos:

Sua idealização começou a partir de uma troca de cartas entre JK e o presidente Eisenhower, entre 28 de maio e 5 de junho de 1958. O objetivo era reformular um ideal pan-americanista que, por intermédio da cooperação econômica, reuniria a população do hemisfério em direção ao desenvolvimento e formaria um escudo de proteção contra o comunismo [...]. (LARA, 2019, p.28-30)

Francisco das Neves Alves (2003) fazendo um comparativo da OPA¹⁷ com a Aliança para o Progresso: descreve a primeira fundada no caráter econômico, apresentando uma finalidade política; a segunda voltada primordialmente para as garantias políticas, consideradas como elementos indispensáveis à manutenção e expansão do poderio econômico ocidental. Refletir sobre essas planificações é essencial para entender o campo político e doméstico em que se encontrava o Brasil e América Latina principalmente nos anos 1950 e 1960 do século XX em meio a bipolaridade das grandes potências hegemônicas do pós- guerra. A melhoria da infraestrutura (construção de hospitais, estradas, moradias) que seria materializada em uma intenção contra o perigo do comunismo era consolidado na Aliança para o Progresso – define-se assim, o interesse pela influência ideológica por parte dos estadunidenses, principalmente após a Revolução Cubana. Todavia, diante de nosso foco de pesquisa, o catolicismo brasileiro já estava aplicando esse plano modernizador e anticomunista anterior as decisões estatais, era por meio dos seus fiéis, faixa majoritária da população nacional. Citando Carla Simone Rodeghero (2002, p.464):

[...] os católicos sempre foram a maioria da população. Mesmo depois da separação, entre Estado e Igreja, essa manteve uma posição social e um peso político muito grandes. Ela não tinha competidores à sua altura e mesmo as críticas inspiradas no positivismo não tiveram força para marginalizá-la. Desde o final do século XIX, a Igreja Católica no Brasil conseguiu se adaptar aos novos tempos, se reorganizar, promover importantes reformas internas, e manter-se como interlocutora importante.

Tendo concluído a contextualização, volta-se ao cenário agrícola pensando-se nos métodos modernizadores. Ali estavam as políticas públicas da década de 1950 para o campo, norteadas por uma base envolvida em sistema de créditos para os agricultores, buscavam agilizar as debilidades do meio agrícola. “[...] a conjuntura internacional contribuiu para que no novo período prevalecesse a preocupação com o aumento da produção agrícola e com as

¹⁷ Operação Pan-Americana

questões relativas à concessão de crédito rural para pequenos lavradores.” (SOUZA, 2020, p.252).

Estamos em 1956. Juscelino Kubistchek assina o convênio com o presidente norte-americano Dwight Eisenhower com o objetivo de criar um Escritório Técnico de Agricultura - ETA, no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, destinado a coordenar a execução de projetos de desenvolvimento rural nas áreas de agricultura, pecuária, conservação do solo, irrigação, mecanização de lavouras e de extensão rural, este último nos moldes da Acar. A tese, válida até os dias atuais, era de que com crédito e assistência técnica era possível promover o desenvolvimento rural. (OLINGER, 2020, p.35).

Gelinski e Eduardo (2016) *apud* PEIXOTO (2018, p.18) ajudam a frisar a existência dos Escritórios Técnicos de Agricultura em vários estados:

[...] criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs), foram criados em cada estado, nos anos seguintes [...].

Os estadunidenses enviariam recursos financeiros e materiais envolvendo automóveis e ferramentas para o trabalho no campo, além do fornecimento de técnicos agrícolas, refletindo em maiores níveis de produção. Visava-se a modernização do campo, juntamente com um processo que buscava “[...] incorporar novos territórios à dinâmica capitalista, remodelando as regiões insalubres e não produtivas do país e potencializando o seu desenvolvimento agrícola. [...]. (SOUZA, 2020, p.250)”. Porém, a chegada de agrônomos e de novas tecnologias nem sempre eram bem vistas por agricultores em seu meio, nesse sentido eram comuns eventos que envolvessem paróquias e comunidades. Foram as “Semanas Ruralistas”, aliando a instituição do estado com a chancela da Igreja Católica e sua influência majoritária no meio agrícola¹⁸.

2.2.2 Semanas Ruralistas – Projetos de Extensão Rural

As Semanas Ruralistas, projetos de extensão rural que foram desenvolvidos no país ao longo do século XX, possuíam a intenção de dialogar sobre os mais diversos aspectos, no qual envolviam as populações do meio rural, durando em média sete dias. Ainda que as primeiras edições das semanas nos anos de 1930 tenham sido organizadas por instituições privadas,

¹⁸ SOUZA, Ramon Felipe. AS SEMANAS RURALISTAS DO BRASIL: igreja católica e desenvolvimento. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S.L.], v. 17, n. 30, p. 244-267, 13 out. 2020. Universidade Estadual do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i30.809>.

verifica-se nos anos de 1940 e 1950 uma guinada desse movimento estando em consoante com a Igreja Católica. Podemos dizer que as paróquias foram utilizadas pelo Estado no projeto de modernização e integração das áreas agrícolas? Ou teria a Igreja utilizado o Estado para a manutenção de suas intenções pastorais, criando espaços de desenvolvimento técnico?

Em julho de 1934, foi promovida pela SAAT (Sociedade dos Amigos de Alberto Torres)¹⁹, no Sul de Minas Gerais, em Itanhadu, a I Semana Ruralista do Brasil (ISRB). Através de cooperação com Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Viçosa e a Prefeitura do município:

Na I Semana Ruralista do Brasil, assim como nas posteriores, esse objetivo se perpetuou e se concretizou por meio da promoção de palestras, aulas técnicas, distribuição de material impresso, exibição de filmes e, também, por meio de exposições de produtos e tecnologias voltadas ao campo [...] (SOUZA, 2020 p.247).

Os objetivos das Semanas Ruralistas se focavam a partir de um cunho pedagógico, eram perpetuados através de ministrações, consolidavam a tão alçada modernização. Definiu-se na segunda edição ocorrida em 1935 os cursos aos agricultores. Teriam duração de uma hora de aulas práticas, estariam estruturadas na ligação direta com o solo²⁰. Essa composição influenciará diretamente a prática dos anos seguintes, decorrentes nos eventos ao redor do país. Gradativamente, saindo do programa proposto pela SAAT, expandiram-se a outras regiões e estados, tal qual a Semana de Jatobá, município pernambucano de Tacarutu ainda no ano de 1935 e a Semana de Piracicaba de 1936, no estado de São Paulo. Não se criticava a estrutura da propriedade nem das terras, os problemas eram resultado do abandono em que se encontravam as populações rurais, quanto as questões sanitárias, pedagógicas e técnicas. Todos esses fatores em débito, contribuíam para a falta de produtividade no meio agrícola.

Com a chegada dos anos de 1940 e o pós-Segunda Guerra Mundial, as Semanas Ruralistas passam a ser promovidas pela Serviço de Informação Agrícola (SIA) – Foi o órgão responsável por orientar e divulgar o Ministério da Agricultura no país. O movimento passa a obter maior expansão em nível nacional:

é importante enfatizar que a autoimagem que buscavam para o país representava um ideário burguês, pois constantemente eram destacadas as preocupações com o aumento da produção e acerca do crédito rural, ao passo que as grandes propriedades não foram criticadas e nem os direitos (ou ausência destes) dos trabalhadores rurais. (SOUZA, 2020, p.253).

¹⁹ Souza (2020), informa: A SAAT (Sociedade dos Amigos de Alberto Torres), fundada em 1932 no estado do Rio de Janeiro, obteve entre suas principais realizações, as Semanas Ruralistas e os Clubes Agrícolas.

²⁰ a) preparo do solo, roçada, deslocamento, aração, gradagem e nivelamento; b) adubos c) sementeiras; d) viveiros; e) tratamentos culturais; f) colheitas; g) seleção; h) beneficiamento; i) defesa vegetal. (SOUZA, 2020, p.248).

A proximidade no Ministério da Agricultura com o homem interiorano, se dava por meio das Semanas Ruralistas, utilizando a estruturação das aulas e encontros já firmados nos anos 1930. Porém, essa relação não se dispunha de modo recíproco. Como seria colocar em pé de igualdade, o conhecimento de técnicos e lavradores? Os primeiros caracterizados costumeiramente pelos agricultores e agricultoras com ego elevado. A situação modifica-se, conforme Souza (2020), na realização das semanas agrícolas a partir de 1950, conjuntamente entre as Dioceses Católicas e o SIA (Serviço de Informação Agrícola). Essa união, garantiu melhor funcionamento estratégico do movimento. Afinal, o espaço rural no Brasil pertencia, e por que não afirmar, pertence tradicionalmente ao domínio simbólico-católico.

Caxambu, Estado de Minas Gerais, foi o palco da Primeira Semana Ruralista sob a cooperação das dioceses. Tendo ocorrido entre 3 e 10 de setembro de 1950 sob a liderança do bispo Dom Inocêncio Elgenke, contou com a presença de fazendeiros, professores e professoras rurais, religiosos e religiosas. Discutindo o bem-estar do povo ligado a área do campo, pode-se compreender o evento como estratégia direta do Serviço de Informação Agrícola, visando a aproximação com a população do meio. Nos anos seguintes, 1951 e 1952, as Semanas Ruralistas tomam lugar igualmente nos estados do Rio Grande do Norte e do Pernambuco. Quanto ao caso pernambucano no município de Surubim:

[...] procuraram examinar os problemas de ordem técnica, social e espiritual que atingia o homem rural. foram realizadas 19 aulas e demonstrações que contaram como uma presença média de 400 pessoas, sendo distribuídas em 196 proprietários, 98 trabalhadores rurais, 188 professoras e 21 sacerdotes. Nas reuniões noturnas do evento compareceram cerca de 1.500 pessoas, e no dia do encerramento compareceram 3.000 semanistas. (SOUZA, 2020, p.259).

Conforme relatórios da SIA, entre 1946 e 1955, centenas de semanas ruralistas foram promovidas, e apenas nos anos de 1954 e 1955, já levando em consideração o apoio da Igreja, foram produzidas cerca de 32 semanas. Padres, bispos e arcebispos “trabalharam em articulação com autoridades e técnicos do Ministério da Agricultura nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e do Norte, Amazonas, Alagoas, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Pará e Maranhão.” (SOUZA, 2020, p.265).

Nota-se que as Semanas Ruralistas desenvolveram-se mais proficuamente a partir da cooperação com a Igreja Católica no Brasil. Essa cooperação promoveu ligação e proximidade dos técnicos agrícolas com as lavradoras e os lavradores, intensificada pela mediação dos religiosos. Porém, qual era a base e teorias desse interesse rural por parte da instituição religiosa?

2.2.3 Preocupação Católica com o Agricultor e a Agricultora

A Ação Católica Brasileira – resultante da Doutrina Social da Igreja, iniciou seus trabalhos em 1935 no Brasil, já tendo nos seus estatutos seções importantes quanto a confrontação da igreja com a solução dos problemas em meio urbano: “Juventude Estudantil Católica (JEC), para a mocidade do curso secundário; Juventude Universitária Católica (JUC), só para universitários; c) Juventude Operária Católica (JOC), para a mocidade operária.”(CABRAL, 2016, p.31). Importante frisar que esse processo destaca-se no catolicismo da década de 1930, consolidando-se ainda mais a cooperação com o Estado, afinal sua participação é intensa no processo centralizador e nacionalista de Getúlio Vargas²¹. Com a realização do I Congresso Nacional em 1946, se estabeleceu um objetivo para reestruturações nacionais nos âmbitos econômicos, sociais, políticos e espirituais:

Em cada paróquia do Brasil deveria haver postos de puericultura, hospitais e ambulatórios e em cada capela uma escola. Em parceria com os governos de Estado, os bispos deveriam empenhar-se na melhoria das condições do homem do campo, dos serviços de saúde, da organização do trabalho e da educação técnico-profissional. (SOUZA, 2001, p.93).

Essa ação integrada no meio social por parte da Igreja, ainda que em constante diálogo, se dará somente no ano de 1952 com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Liderando o órgão estava Dom Hélder Câmara, frisando assim Souza (2020), que a organização representando a hierarquia católica, consolidou maior unidade em seus objetivos e norteamentos políticos, refletindo ao exemplo da questão social. Decisões passam do nível regional para um cunho mais amplo e institucional. Aos olhos do Estado e do projeto desenvolvimentista em cooperação com a instituição católica, a condição dos trabalhadores rurais estava atrasada, logo seria necessário um padrão de assistência para essa classe. Uma harmonia comum entre o rural e o urbano, visando o desenvolvimento mútuo.

[...] exigiam uma relação de complementaridade e de interdependência entre a atividade agrícola e industrial, entre o meio rural e o meio urbano, a fim de gerar um processo produtivo racionalizado e rentável. [...] o desenvolvimento industrial brasileiro dependeria de uma estrutura agrária racionalizada e altamente produtiva, com vistas ao estabelecimento de um mercado interno que se transformava aos poucos em urbano. (SOUZA, 2001, p. 88).

²¹ SOUZA, Rogério Luiz de. **A Construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)**. 1996. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112194>.

Já citado na sessão anterior, as Semanas Ruralistas foram a materialização dessa ligação do Estado e da Igreja no Brasil pós-Segunda Guerra oriundas de documentos oficiais. Unem-se a esse fator, as discussões que vinham ocorrendo em prol da Ação Católica e a fundação da CNBB. No ano de 1955, foi assinado o convênio de cooperação entre a Conferência e o Ministério da Agricultura – tal acordo teve conclusões aprovadas, entre os signatários “[...] estavam Dom José de Medeiros Delgado, presidente do secretariado da Ação Social da CNBB, e Otávio Aguiar, delegado da Ação Católica Rural e José Vieira, então diretor do SIA.” (SOUZA, 2020, p.262). Com o nome de Conclusões Básicas, o documento expõe que a vida rural, estava nas esferas do Estado e da Igreja, afinal, os problemas eram de ordem religiosa, moral, material e técnica.

O Papa João XXIII aprofundou as discussões sobre o Estado e a produção agrícola: “Naquele momento, a doutrina social percebia que o progresso econômico harmonioso necessitava da ação forte de uma política econômica agrícola. Ou seja, uma atenção ao crédito, à previdência social, à defesa dos preços, reajuste fiscal, fomento de indústrias complementares e modernização dos estabelecimentos “(CITINO, 2012, p. 55).

As lideranças religiosas entendiam que manter as pessoas no campo, promovendo melhoras em sua qualidade de vida e colaborando na geração de renda, evitaria o inchaço dos espaços urbanos, considerados subversivos e excludentes. Mas para conseguir esse objetivo, a opção mais pragmática foi incentivar a modernização das relações produtivas e inserir o homem do campo às novas tendências da agricultura mundial. (FRANZEN, 2018, p.133).

Diante do êxodo rural comum nas mais diversas nações, havia uma preocupação por parte do clero, com o esvaziamento das populações do campo. Afinal, precisava-se ter um equilíbrio objetivando o desenvolvimento pleno do trabalhador urbano e lavrador. Muito desse pensamento da CNBB advinha das mudanças pastorais do catolicismo internacional, pela Doutrina Social da Igreja. “Essas mudanças interagem com as orientações de encíclicas papais que vinham chamando atenção da Igreja para questões da modernidade.” (SOUZA, 2020, p.260). Alguns desses conteúdos documentais encíclicos, merecem uma breve análise a fins de entender os escritos teóricos norteadores desse interesse do qual a instituição religiosa estava voltando seus esforços.

2.3 DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E AS ENCÍCLICAS PAPAIS

2.3.1 Produção de Subjetividade no Campo Religioso

Em busca das soluções dos problemas econômicos tendo em vista os ditames da igreja, compreende-se que as promulgações das encíclicas papais promovem mudanças consideráveis no âmbito religioso e por que não, secular? Desde fins do século XIX com a *Rerum Novarum* (1891) – que estabelece o norte da Doutrina Social Católica, a conciliação e harmonização de classes tornam-se máximas dentro do discurso para os fiéis. Se reflete sobre práticas cristãs e mudanças que tivessem uma inserção direta e profunda na realidade material, não apenas em uma condição isoladamente espiritual.

Estavam sendo geradas correntes teológicas, que encabeçavam novas orientações voltadas à filosofia moderna e as ciências sociais. Completa Cabral (2015), foi nos pontificados de João XXIII (1958 - 1963) e o Concílio Vaticano (1962-1965) que estas orientações se legitimaram e ganharam força. Através de quais dispositivos torna-se possível interpretar essas legitimações e influências advindas da Santa Sé/Vaticano?

[...] Bourdieu ao levar em contato o posicionamento de Durkheim, diz que “a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio [...] apresenta-se como estrutura natural-sobrenatural do cosmos. (BORDIEU, 1999 *apud* SOUZA, 2001, p.22).

Tal estrutura natural-sobrenatural do cosmos, materializa-se no “campo religioso”, seus líderes e leigos inseridos simbólica e culturalmente, podem nos ajudar a interpretar a força de documentos oficiais tais como as encíclicas, afinal, os saberes não estão ligados somente a ciência e formas de conhecimento – discursos considerados verdadeiros ou inverídicos por grupos detentores da produção intelectual. Estão também a: “[...] regulamentos e discursos políticos, em mapas, imagens e poemas [...] o lugar no qual surgem as orientações que, ao mesmo tempo, direcionam e criticam a vida prática e dão a base, o solo, de onde as teorias podem partir.” (JUNIOR; GUARACY, 2016, p.47-48). A partir do momento que esses pressupostos se achegam em diferentes locais do planeta, elas modificam-se conforme a recepção cultural e a consciência do leigo com a comunidade religiosa, porém, permanecem mantendo seu ideal estrutural de certo modo, preservado pela hierarquia papal e seu poder legitimador.

Juntamente, o conceito de episteme de Michel Foucault, pode nos ajudar a entender a inserção desses novos saberes (produção e subjetividade), advindos das encíclicas e sua influência sob os corpos que estão inseridos ao campo religioso²² – isso se dá na maioria das vezes, de modo inconsciente sobre os indivíduos, reforçando-se o poder legitimador da instituição católica²³. Esse poder não só oprime, ele produz saber e verdades. Essa conceitualização provém da necessidade de investigar a história não como um processo linear, gradual e progressivo, ele é descontínuo perante as peculiaridades e miríades estruturais ali envolvidas. Assim, essa episteme “define as condições de possibilidade de todo o saber. (...) uma vez que consideram que a mudança – novos paradigmas, rupturas epistêmicas – é gerada a partir de dentro do campo cultural” (CONRAD, 2019, p.129).

Dessa forma, é possível entender essa integração de membros da Igreja Católica no mundo. Derivam de suas mudanças sistêmicas referenciadas dos documentos oficiais, tendo como lugar a centralidade da Santa Sé e o Vaticano, ainda que em cada país ou localização, frisando aqui, possam ser recebidos de diferentes formas, com aceitação, recusas e resistência. Nesse sentido, objetivando as mudanças de saber para a resolução do subdesenvolvimento em âmbito rural, se faz necessário uma breve análise sobre a encíclica *Mater et Magistra* (1961). Bruna Marques Cabral (2015) comenta que, observa-se uma igreja encarando os problemas sociais, principalmente as questões ligadas à desigualdade do capitalismo. Entre seus destaques: 1) agricultura, 2) o conforto material-populacional, 3) a propriedade privada como um direito natural e de todos, e 4) economia regida pela harmonia entre poder público e privado.

2.3.2 Mater et Magistra (1961)

O Papa João XXIII destaca nessa encíclica de modo pertinente, a defesa dos direitos dos trabalhadores e o bem-comum, tendo como alvo o crescimento do atraso no setor agrícola, tanto no modelo produtivo como na qualidade de vida dos agricultores. “[...] a doutrina social percebia que o progresso econômico harmonioso, necessitava da ação forte de uma política econômica agrícola. [...] atenção ao crédito, à previdência social, à defesa dos preços, reajuste fiscal, fomento de indústrias complementares e modernização dos estabelecimentos” (CITINO, 2012, p. 55). O holofote encaminha-se para a função do estado, sendo protagonista além dos

²² BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.

²³ É válido destacar que, para Foucault, o poder não é algo estático, presente apenas no estado, mas são práticas e mecanismos presentes na sociedade que favorecem a construção de certos discursos que visam o controle e a disciplinarização de corpos, portanto de sujeitos. (COSTA; CAMARGO, 2019, p.134)

ditames individuais – para um aprofundamento do chamado bem-comum. Não que esses ditames já não viessem causando calorosas discussões desde a promulgação da “*Rerum Novarum*” no ano de 1891. Possibilitava-se a consolidação da Doutrina Social da Igreja, encorpada com uma postura “antiliberal” e “anticomunista” – A Terceira Via conciliadora. Paulo D. Machado²⁴, escreve no jornal “*Correio Sulino*” (1963, p.5): “O Estado, legitimamente constituído, não é mero espectador das atividades individuais. Cabe-lhe a missão de intervir sempre que o interesse social for ameaçado ou perturbado pelos interesses individuais.” Parafrazeando ainda o pontífice, o colunista descreve que as relações de trabalho deveriam ser igualadas perante a justiça e equidade, não lesando o corpo e nem a alma, mantendo a dignidade humana. Dignidade essa, que, deveria ter a tutela pública, preocupando-se de maneira especial com as classes “fracas” e “indigentes”. Convém lembrar que a classe rica possui seu sustentáculo material, mas necessitaria em pontos cruciais do “tato” público.

Segundo Joana Rita Ferreira Veigas (2014), na terceira parte da encíclica há alguns pontos dedicados à reflexão do papa sobre a agricultura. No número 120, afirma que não parece que a população rural do mundo tenha diminuído absolutamente, mas que é notável o deslocamento de rurais para o espaço urbano. Já no número 121, explica que o êxodo rural para outros setores da produção, deve-se à vontade de escapar de um cenário que não é promissor. Por fim no número 128, descreve que só haverá um desenvolvimento harmonioso de todos os setores produtivos, a seguir de uma política econômica ágil em modernização de estabelecimentos. Há um incentivo para a permanência das populações ao campo, desenvolvendo-se ali, no processo mútuo com o ambiente das cidades. Na “*Pacem in Terris*”, de abril de 1963²⁵: A ideia papal avança nos labirintos do direito social e prega que “a pessoa tem também, o direito de ser amparada em caso de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, de desemprego forçado, e em qualquer outro caso de privação dos meios de sustento, por circunstâncias independentes de sua vontade.” A partir de breve análise de encíclicas anteriores da Doutrina Social Católica, e da própria “*Mater Et Magistra*”, observa-se que João XXIII, vê a agricultura não apenas como execução de um trabalho e sim como uma espécie de vocação, merecendo a partir disso os mesmos direitos dos centros urbanos.

²⁴ A Encíclica “*Mater Et Magistra*”: O Estado e o Bem Social. *Correio Sulino*. Tubarão, 19 de janeiro de 1963.

²⁵ A Doutrina da “*Pacem in Terris*”. Comentários de Gilsiluz. *Correio Sulino*. Tubarão, 4 de maio de 1963.

2.4 IGREJA CATÓLICA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

2.4.1 Reforma Agrária no Brasil: Anos de 1950 e 1960

O início dos anos de 1950 despontavam aos mais progressistas com esperança. Pensar no Brasil e nos ventos que chegavam após o conflito mundial, trazia de certo modo um renovo de consciência junto ao pessimismo, ainda que, aliado aos velhos blocos ianques e da Europa Ocidental. Paulo Bassani (2018), descreve o período além das mudanças burocráticas com as transformações no caráter produtivo. Ianni (1975) *apud* Bassani (2018), define que enquanto o universo cultural dos agricultores estava impregnado de padrões comunitários, esses trabalhadores geralmente não formulavam reivindicações políticas – padrões esses que se definem em misticismo, relação de compadrio, técnicas de engano, coronelismo. Não que essa sistemática tenha acabado de uma hora para a outra, afinal o tradicional e o novo acabam de algum modo constantemente entrelaçando-se.

Conforme o capitalismo se adentrava nas áreas rurais, redefinía a condição social dos agricultores, que agora passavam a existir como trabalhadores assalariados, tornando-se evidentes as relações de classes antagônicas. Começam a movimentar-se buscando inserção nessa sistemática e no próprio cenário político. “Com a expansão dos eleitores depois da Segunda Guerra mundial, a politização dos trabalhadores rurais virou algo de valor para muitas forças políticas, dos comunistas até os coronéis” (WELCH, 2006, p.62). As discussões tomam formas políticas por interesses envolvendo pautas de alcance eleitoral, mas de teor ainda assim, importantes. Promovem-se iniciativas tais como a sindicalização e a distribuição de terras, promovendo novas oportunidades aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. É importante definir qual era a discussão econômica, principalmente com seus holofotes sobre o meio rural e a Reforma Agrária.

Vale ressaltar que a contextualização aqui frisada (a mobilização agrícola a partir dos anos de 1950), não deve ser levada ao pé da letra quanto a mobilização inicial dos agricultores. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais não eram absolutamente passivos em detrimento da autoridade dos fazendeiros – suprimindo suas demandas. Esse é um erro que conforme Welch (2010), precisa ser revisado, afinal sementes já haviam sido plantadas anteriormente no campo em âmbito nacional.

O nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, traz em seu plano de metas, desde a corrida presidencial no ano de 1956, os números e percentuais da produção de energia

e transportes necessárias – visando um aumento planejado desses índices ao país. Além das metas de energia elétrica e deslocamento, o investimento da infraestrutura alcançou resultados positivos. “[...] a ampliação do parque industrial multiplicou os empregos para os trabalhadores urbanos e ofertou às camadas médias, novos produtos de consumo, antes pouco acessíveis, pois caros e obtidos pela via da importação.” (LOSADA, 2003, p.160). A realidade, é que não houve melhoria na distribuição de renda ou questões sociais. Fazia-se isso, ao ignorar 70% da população nacional que vivia em pequenas cidades com menos de 2 mil habitantes e no campo. Essencialmente, o fator rural nesse indicativo acaba sendo um fornecedor para o meio urbano, abrindo brechas para discussões na tentativa do findar de suas problemáticas. Vânia Lousada (2003), igualmente afirma que o projeto ruralista, aquém das mudanças sociais mantendo o latifúndio, previa o desenvolvimento na modernização do campo, integrando agropecuária e indústria. O resultado, era a exclusão da maioria, formada por pequenos produtores e trabalhadores sem-terra. No campo, apesar disso, as discussões a fins da reforma agrária eram objeto de destaque. A manutenção das boas relações com os ruralistas, tornou nula ações estatais em prol da reforma, sobrava-se uma simples e mera reação omissa.

Em fins dos anos de 1950 e inícios dos anos de 1960, a polarização política se intensifica no país, fortalecida pelos fatores majoritários da Guerra Fria no ocidente e o “medo do comunismo”. Isso fica ainda mais claro no contexto nacional com a recusa parlamentar, fazendo-se contra a posse de João Goulart à presidência no ano de 1961 – tendo apenas no plebiscito do caótico 1963 assumido oficialmente. Conforme Melissa de Miranda Natividade (2011, p.15) “O governo Goulart apresentava uma proposta tímida de reforma agrária, alinhada aos preceitos do capital, mesmo assim sofreu forte oposição de amplos setores da classe dominante do país.” Seu viés claramente desenvolvimentista, calcado por uma política governamental de industrialização, seguia segundo Delgado *apud* Cabral (2015), a Doutrina Social da Igreja e ideias socialistas, com distributivismo social, juntamente a defesa patrimonial da cultura e economia nacional.

O governo Jango não conseguiu acelerar a Reforma Agrária no país, visto sua tímida prática quanto a isso. Autorizações relacionadas ao Estatuto da Terra foram aprovadas no pós-golpe – ou seja, previstas ainda no projeto do presidente deposto pelo regime. Porém, é notável a aceleração da sindicalização dos trabalhadores rurais no período:

A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus, para se converter em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação. Cada dia que passava, multiplicavam-se, no território nacional, os congressos, através dos quais o povo discutia seus principais problemas: congressos

contra o elevado custo de vida; congressos pela defesa das riquezas minerais do país; congressos de estudos dos problemas municipais etc. (STEDILE, p.38, 2006).

“A partir de 1960, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e políticos populistas entraram na concorrência para ser identificados como representantes autênticos dos trabalhadores rurais” (WELCH, 2006, p.62). Diante do expressivo número de congressos e movimentos no campo – havendo maior liberdade no que condiz a expressividade no período (1954 – 1964), Bassani (2018) menciona de modo mais específico, dentre as organizações mais importantes no cenário nacional: As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião; O Partido Comunista representado no Nordeste por Miguel Arraes e Prestes; o Partido Trabalhista Brasileiro, que organizou o MASTER no Rio Grande do Sul, com Brizola; E a Igreja Católica que, atuava no sul por meio da orientação de Dom Vicente Scherer, com a Frente Agrária Gaúcha (FAG). Nesse sentido, convém brevidades quanto às Ligas Camponesas e as Frentes Agrárias para o trabalho proposto. Tendo a primeiro causado temor aos dominantes latifundiários, aos reformistas do Partido Comunista Brasileiro e aos grupos conservadores da Igreja Católica. Já a segunda, como uma contraproposta de caráter cristão-reformista.

2.4.2 Ligas Camponesas e a Preocupação do Clero Brasileiro

As Ligas Camponesas tiveram um importante papel entre os anos de 1955 e 1964, favorecendo a criação de uma consciência nacional condizente a Reforma Agrária. Foram criadas no engenho Galileia, cidade de Santo Antônio, estado de Pernambuco, em 1955. Autodenominadas, Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Segundo Stedille (2006), o movimento se penetrou organizado, além do estado origem, em Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Guanabara (extinto), São Paulo, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Acre e no Distrito Federal (Brasília), tendo como base a mobilização de massas. Ocupação de engenhos a grandes manifestações urbanas, chegaram a reunir em Recife mais de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras do campo. O ápice das Ligas se deu nos primeiros meses de 1964, podendo-se afirmar nacionalmente falando, a composição de 70 a 80 mil pessoas em sua frente.

Agindo essencialmente em favor da Reforma Agrária, as Ligas Camponesas foram também precursoras, no Brasil, “[...] da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira.” (STEDILLE, 2006, p.71). Partindo da análise aqui proposta, qual a recepção de intelectuais católicos conservadores quanto a atividade das ligas? Bruna Marques

Cabral (2015), utilizando como referência a Revista Eclesiástica Brasileira²⁶, elucida os pontos de vista com o escrito “A Ofensiva das Ligas Camponesas”, escrita por Dom Antônio Moraes para o fascículo, à 03 de setembro de 1961:

(...) o problema era gravíssimo e que, não tomadas providências a tempo, o Brasil haveria de assistir a dramas sangrentos de violência e vandalismo iguais às cenas dantescas de que foram teatro os países dominados pelos agentes comunistas. Tinham as Ligas Camponesas como chefe o Deputado Francisco Julião, homem maneiroso e astuto, preparado carinhosamente por Moscou, Pequim e Havana, nos diversos cursos de aperfeiçoamento a que se submeteu no estudo aprofundado da doutrina comunista. [...] É preciso que agricultores e homens do campo não se iludam com a finalidade desses Congressos, que recebem nomes pomposos e exibem atraentes programas, mas que não passam de verdadeiros engodos para os incautos e desprevenidos colonos, que vivendo, não raro, em condições intoleráveis de miserabilidade, se lançam numa aventura perigosa, com esperanças de dias melhores e mais compensadores. Atrás de tudo isso, porém, está a mão refalsada de inimigos da Pátria, da Família e da Religião.

Francisco Julião, líder do movimento, é descrito nessa assertiva como um “sedutor do comunismo”, buscando atrair massas sofredoras e miseráveis para a execrável ideologia. Isso devidamente representa o pensamento do clero conservador da Igreja Católica no Brasil. Preocupados, temendo perder os camponeses de vista, passam a envolver-se nas questões do meio rural. João Pedro Stedille (2006), descreve a divisão para organização rural-católica, com os cristãos de direita e de esquerda, e isso define que não havia uma homogeneidade entre os religiosos. Paulo Bassini (2018), define a práxis dos religiosos, ora defendendo a ordem social, objetivamente favorecendo as classes dominantes, ora, lutando pelas transformações sociais, colocando-se ao lado das classes subalternas. Pois bem, torna-se claro o incentivo da Igreja ao Sindicatos Rurais e ao Serviço de Assistência.

Os sacerdotes direitistas Melo e Crespo encabeçaram a sindicalização rural numa área que antes era de exclusiva penetração das Ligas (Pernambuco). O padre Lages, do Movimento Político “Ação Popular” (AP, esquerda católica), impulsionou a sindicalização rural em vários Estados. O bispo Eugênio Sales (centrista) encabeçou a sindicalização rural no Rio Grande do Norte e em outros Estados do Nordeste. (STEDILLE, 2006, p.59).

Levando-se em consideração esse grande arcabouço dos anos de 1955- 1965:

- (1) Acordos cooperativos-técnicos Brasil x EUA.
- (2) Vulnerabilidade da produção agrícola em contexto produtivo e estrutural.

²⁶ O periódico foi fundado pelo Frei Thomas Borgmeier, no ano de 1941, com o intuito de ser um elo entre o clero brasileiro, que se encontrava disperso pelo território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação. A revista serviu, especialmente, como um espaço de debates, no qual padres, freis e teólogos expuseram suas reflexões acerca de diversos temas atinentes à vida da Igreja, tais como teologia, espiritualidade e realidade sócio religiosa. (CABRAL, 2015, p.12).

- (3) Semanas Ruralistas e demais projetos extensivos ocorrendo no país.
- (4) Reforma Agrária e o problema da distribuição fundiária brasileira.
- (5) Encíclicas Sociais como Episteme, compreendendo esse processo cultural globalizante.
- (6) Preocupação do clero com as Ligas Camponesas e o movimento de classes.

Há a possibilidade de materializar as condições para a aplicabilidade do projeto da Diocese de Tubarão, compreendendo aqui a fragmentação de elementos que compõe esse quebra-cabeças, tais são determinantes para o culminar de tamanha circunscrição gerida pela Catholicismo no Sul de Santa Catarina nas mais diversas estratégias de modernização e biopolítica para o campo.

2.5 IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE TUBARÃO/SC: ESPAÇO DISCIPLINAR E BIOPOLÍTICO

O espírito religioso de Tubarão e região define-se facilmente pela colonização, juntamente do fortalecimento doutrinário e disciplinador das instituições educacionais, podendo-se observar na imprensa local: “Tubarão foi sempre uma cidade católica. Mais de 99% da sua população pertence ao catolicismo.” (A IMPRENSA, 1958). Ainda, dentre entrevistas com os que conviveram diante disso: “As famílias eram muito católicas. As irmãs do Colégio São José desempenharam um importante papel na cidade. [...] educação de meninas. [...] Os padres ensinavam os meninos.” (SOUSA *apud* SORATTO, 2001, p.25). Além dos estabelecimentos maiores, o jornal “A Imprensa” em janeiro de 1958, afirma a existência de 118 grupos escolares, em sua grande maioria, confessional. É perceptível nesse contexto, o dispositivo disciplinar que é frequentemente citado por Foucault (2014). Segundo o autor, a disciplina representada aqui pelo setor educacional, produz nos corpos dos indivíduos a docilidade – esse processo dócil tornaria o “progresso nacional” certamente mais difuso e por fim, a normalidade esperada para o funcionamento de um agir harmonioso, pacífico e frutífero.

De há muito, Tubarão reclamava a criação do bispado do sul e reivindicava, para a sua cidade, a sede deste bispado. Pelo seu acendrado catolicismo, o povo tubaronense é, sem dúvida alguma, o mais católico do Estado. Merecido e justa se anos afigura a escolha da Cidade Azul para a sede. (A IMPRENSA, 1955).

Ao revisar o trabalho de Amadio Vetorreti (1992), é possível constatar que a instalação de uma diocese de Tubarão foi fruto de influentes personalidades municipais, entre elas, famílias tradicionais e empreendedores das estatais em vigência na cidade e todo um leque impossível de enumerar. Quanto a centralidade do dispositivo diocesano ter sido especificamente no município de Tubarão, alguns pontos podem ser relevantes tendo em mente uma quase semelhante condição rural-urbana do “município do carvão”. Criciúma ao revogar a sede do bispado nos anos anteriores à instalação possuía como cenário “[...] a explosão da greve dos mineiros e um atuante sindicato da categoria; a forte presença de integrantes do Partido Comunista;” (SORATTO, 2001, p.59). Sem dúvida esse entorno atrapalharia a segurança do plano nacional-desenvolvimentista voltado a segurança alimentar na região – Esse que era uns dos vértices essenciais dessa territorialização circunscrita através da burocratização do bispado. Afinal, como progredir em um local que fosse ameaçado por grupos socialmente instáveis e de difícil aparelhamento? – Não menos religiosos. Ainda que as cúpulas católicas os

caracterizassem como menos tendenciosos a fé, chamando-os de ateístas ou tantos outros ismos de grupos proibidos aos bancos da instituição. Nesse interim, a cidade tubaronense era ambiente mais propício as práticas e dispositivos.

Claudino Biff (1996), em “Crônicas da Diocese de Tubarão” relembra que no dia 15/08/1955²⁷, foi instalada solenemente a diocese de Tubarão com grande participação do povo, tendo como o primeiro bispo, Dom Anselmo Pietrulla. Um pouco mais saudosista, confirma um dos padres presentes naquela data: “Enfim, o dia 15 de agosto de 1955, dia solene e santificado para toda a igreja católica do sul catarinense [...] Dom Anselmo recebe o cajado de Pastor, símbolo do ministério episcopal.” (GHIZONI, 2005, p.26). A comissão chega exatamente às 14 horas na cabeceira da principal ponte do município tubaronense, prosseguindo o trajeto a pé até a Catedral, ao som de fogos e “Viva Dom Anselmo! Viva o Primeiro Bispo de Tubarão!” Dali teria a carreata receptiva, vinda desde a vila de Armazém (35kilômetros de distância). No trajeto notavam-se as casas tais quais em dias festivos, belas e ornamentadas, além da própria sede diocesana tendo sua rua decorada com os mais diversos arcos. Presentes naquela excepcional “segunda-feira paralisante”, quase quinze mil pessoas de toda a região sul do estado – nas palavras do correspondente ao jornal *Tribuna Criciumense*²⁸ havia um “grande número de fiéis, que se acotovelavam na Praça da Matriz, para ouvi-lo e vê-lo.”

Havia uma espécie de anseio por essa implantação do bispado na região “Temos o nosso bispo que tanto desejávamos” (TRIBUNA CRICIUMENSE, p.5, 1955), afinal aquele povo que dependia de visitas irregulares do arcebispo de Florianópolis, agora estavam confiantes pela resolução de suas problemáticas metafísicas e sociais abarcadas pelo mais alto direcionamento do Vaticano, dessa vez nas proximidades de sua residência. “D. Anselmo cuida muito de obras sociais [...], vem com este propósito para a sua nova diocese, a Igreja não deve e nem pode ficar afastada das obras sociais, que cada vez mais, tomam impulso em nosso meio.” (A IMPRENSA, 1955).

²⁷ No dia 28/12/1954, pela Bula “Viget Ubique Gentium”, Pio XII cria a diocese de Tubarão, nomeando Dom Anselmo seu primeiro bispo, no dia 15/04/1955. (BIFF,1996, p.30).

²⁸ As Grandes Solenidades da Posse do Primeiro Bispo de Tubarão, D. Anselmo Pietrulla. *Tribuna Criciumense*. Criciúma, 22 de agosto de 1955.

Figura 08: 15 de agosto de 1955. Recepção do primeiro bispo de Tubarão. No centro Dom Anselmo Pietrulla, tendo a esquerda o governador Irineu Bornhausen e a direita o prefeito Arnaldo Bittencourt.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

“Disse que tem conhecimento do grave problema social dos mineiros de carvão, para o que a sua diocese ajudará com ardor a resolvê-lo. E, falava com conhecimento próprio, pois também foi mineiro em minas de carvão na Polônia, onde trabalhou por dois anos. Ao pronunciar estas palavras, recebeu estrepitosa e prologada salva de palmas, pois, se encontravam na praça da Matriz, inúmeros mineiros de Criciúma, Urussanga e Lauro Müller. (TRIBUNA CRICIUMENSE, p.5, 1955).

Muito instigante notar desde o discurso de tomada de posse de D. Anselmo, a sua identificação com os problemas sociais referentes a condição produtiva, nesse caso, voltada a questão dos mineiros criciumenses. É uma disputa com os sindicalistas ligados ao PCB pelo campo simbólico, uma corrida pelo cuidado aos vulneráveis, pela produção e imposição intelectual. Ou seja, há o fortalecimento do poder religioso na cidade, visto que o sacerdote que representa a manutenção da ordem, segundo Bourdieu (2011), passa a ser força maior ainda, legitimando saberes definidos com a estrutura hierárquica, burocrática, confiante, centralizadora e respeitável do catolicismo romano. Ia ali, de caminho contrário aos regionalismos ou ações dos líderes locais em suas superstições e sincretismos. É o que pode ser chamado de “Discurso da Oficialidade”, essa oficialidade está carregada de uma macro-episteme, um conhecimento cultural oriundo igualmente da análise em Foucault – é ponte que

acaba ligando esse “local” (Sul de Santa Catarina) a um processo de hierarquia “global” do Vaticano. Entre as razões para a criação da Diocese de Tubarão, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, arcebispo de Florianópolis no período elenca o espaço como um “[...] novo centro propulsor para unir e impulsionar os elementos religiosos e colaborar mais imediatamente para os altos interesses da Igreja e da Religião naquela Zona.” (BIFF, 1996, p.27).

Figura 09: Subindo a rua Coronel Collaço, a Multidão concentrou-se em frente a Antiga Catedral.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Junta-se aqui a necessidade de fomentação e segurança alimentar em uma região produtora alimentícia, possuidora ao mesmo tempo de alto teor produtivo-energético. Precisam-se realocar suas novas populações oriundas do êxodo rural, juntamente ao cuidado dos remanescentes nos campos. Considerar a implantação da diocese no sul do estado de Santa Catarina em 1955 é igualmente considerar um mecanismo de poder meticulosamente estruturado e territorializado. Observa-se uma instituição que na omissão do Estado promove os processos norteadores dessa “ética nacional-desenvolvimentista” e possui a expertise na promoção da vida angariando as populações cercadas de tal demarcação. Conforme Foucault (2008) podemos afirmar que o território episcopal tubaronense é representador de (1) marcação e conquista, (2) disciplinaridade e produção de riquezas, (3) meio de vida, existência e trabalho.

Pensando em estratégias de bem-viver, na práxis de governar para a promoção e desenvolvimento da vida na produção e a segurança alimentar, obtêm-se nessa primeira parte da pesquisa a criação e circunscrição da Diocese de Tubarão por si só, uma estratégia biopolítica. Aqui já é possível perceber os pontos definidos de um direcionamento norteado pelo trio “Segurança, Território e População” (2008). O processo de “Segurança” refere-se ao cuidado na produção de alimentos, na confiança do incentivo agrícola, na estruturação de uma

boa base às populações rurais e proteção de suas vidas. Quanto ao nível do “Território”, temos a delimitação do sul do estado pela instituição episcopal, conferindo autoridade e oficialidade para o melhor desenvolvimento dos dispositivos de poder, além do incentivo a questão fundiária equilibrada aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. No terceiro “População”, é a sistematização do processo de crescimento populacional, o qual deveria realocar, organizar esses grupos conforme suas novas realidades, quer fosse rural, quer fosse urbana, munida de condições sanitárias, educacionais, previdenciárias.

Figura 10: Antiga e atual Catedral Diocesana. Foto do início dos anos de 1970. A simbologia de uma igreja que se encaminha a modernização tendo ao seu lado antigas estruturas.



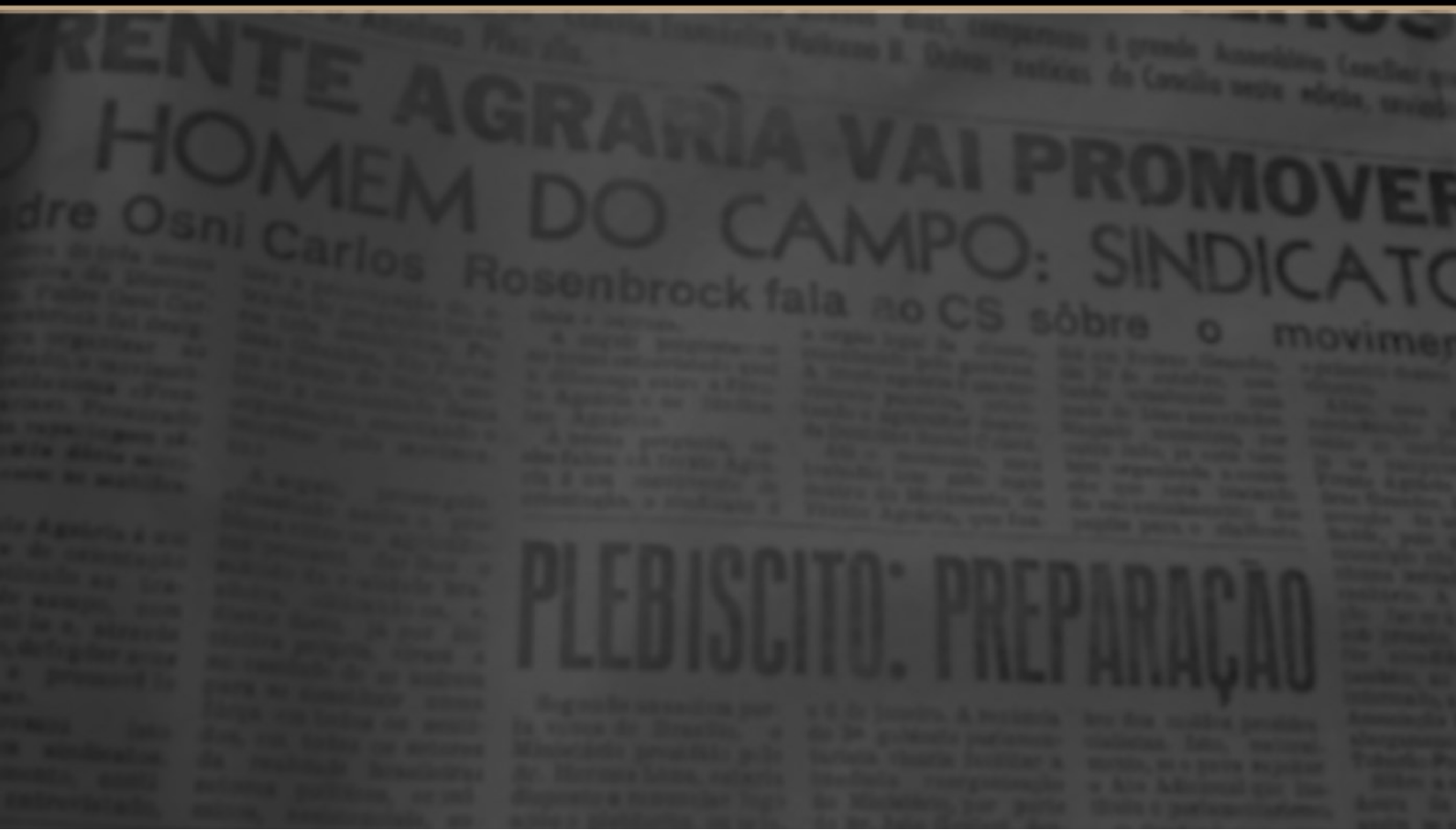
Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

No decorrer das próximas páginas, as práticas e estratégias voltadas ao homem do campo na região sul de Santa Catarina juntamente as suas aplicabilidades e resistências serão analisadas e articuladas. Práticas pensando na condição econômica dessa nascitura diocese aliada ao nacional desenvolvimentismo – não deixando de ocorrer atos de resistência. Sumariamente conseguiremos acompanhar as Semanas Ruralistas da Diocese como esse processo ativo – disciplinar e biopolítico, incrementados a criação da Frente Agrária Catarinense, resultando por fim nos movimentos que se sobressaem a tais atividades.



3

DIOCESE DE TUBARÃO: DISCIPLINA E BIOPOLÍTICA PARA O CAMPO (1955-1965)



3 DIOCESE DE TUBARÃO: DISCIPLINA E BIOPOLÍTICA PARA O CAMPO (1955-1965)

3.1 SEMANAS RURALISTAS DA DIOCESE DE TUBARÃO (1955-1959)

A agricultura (trabalho majoritário) na região da diocese de Tubarão, utilizava meios de produção subsistente e familiar, tanto que maquinário e energia elétrica eram itens disponíveis a uns poucos e poucas nessas áreas de produção alimentar. Durante toda a pesquisa, tem se falado de projetos de desenvolvimento econômico regional voltados as nações que buscavam maiores degraus, porém esses, focados principalmente ao meio urbano, deixavam lacunas resolutivas para as áreas agrícolas. Assim, a fim de um norteamento comum “[...] estava claro, que este desenvolvimento nacional deveria pautar-se sobre uma nova ética do trabalho ou, como querem os marxistas, sobre uma nova forma de exploração do trabalho.” (SOUZA, 2001, p.138). Por fim, havia uma falta de rendimento segundo o viés capitalista, e quando se queria produzir mais, exigia-se tempo extra de trabalho, tanto no campo, como nas recentes indústrias.

Mas como entrar nessa racionalidade ágil do trabalho? Rogério de Souza (2001) defende que o trabalhador rural e urbano precisa se identificar com uma ética que contemple a coletividade, uma nova ética religiosa, pois essencialmente o esforço individualista era inviável para o Brasil, ou seja, uma atitude colaboracionista entre governo e igreja seria a chave para o objetivo final (questões já tratadas na seção anterior). Essa atitude colaboracionista se insere no projeto das governamentalidades, ou seja, da biopolítica que Foucault (2005) descreve, quando o poder busca a utilidade das massas e faz suas políticas e atos pensando no viver, na prática da vida como desenvolvimento. Os discursos de poder em torno do fazer viver, “não chegam a todos, e muito menos chegam da mesma forma. De maneira geral, são endereçados a sujeitos de determinado tipo, com certa visão do mundo” (MENDES, 2006, p.176). Deve-se assim, pensar numa estratégia específica para os sujeitos e corpos serem convencidos dos planos almejados. Para Souza (2001) uma mudança no hábito desse trabalhador só ocorreria através de instituições que se tornariam legitimadas e aproximadas ao cotidiano das pessoas envolvidas. Essa legitimação é o que torna convincente a prática da estratégia biopolítica, mais explicitamente a questão da “Segurança” – segurança alimentar providencia manutenção e abastecimento dos perímetros urbanos, incentivada propriamente pelo nacional-desenvolvimentismo.

As tentativas de legitimação do estado se materializam por meio de secretarias e outros órgãos, porém, no campo eclesiástico e simbólico que isso se tornará mais profundo, pensando assim em Tubarão como um município com maioria de católicos. Conforme Arendt (1993 *apud* SOUZA, 2001), o poder só pode surgir nas estruturas da comunicação não-coercitiva, não pode ser gerado exclusivamente das hierarquias superiores. A partir disso, nota-se que essa mudança de ética promovida pela igreja ocorre de modo a se perder de vista, pela prática institucional, que por uma breve ótica, é despercebida.

A título de exemplificação é esclarecedor o artigo do jornal católico “O Apóstolo” de 15 de janeiro de 1954. Segue o articulista dizendo que “será o sacerdote o elemento indicado para ESTIMULAR a produção agrícola e mais influente para pôr os agricultores em contato com os técnicos, dando-lhes o apoio e assim o prestígio, porque o colono tem alergia por tudo que o leva fora de sua marcha rotineira, nem dá apreço aos engenheiros agrônomos que lhe vêm ao encontro, muitas vezes desconhecendo que o rudimentarismo agrícola tem também alguns valores, aprendidos no decorrer das situações. (SOUZA, 2001, p.61).

Essa materialização na Diocese de Tubarão se dará em muitos sentidos com a colaboração de Dom Anselmo Pietrulla e seu corpo eclesiástico, comprando fielmente a ideia de desenvolvimento e produção racional no campo. Essa efetivação se compõe e legitima-se segundo Souza (2001) na disciplinarização dos corpos. Isso se dá com a regulação do tempo de produção e trabalho, além da higiene e dos cuidados com o corpo. Inclusive ao citar o corpo é necessário compreender que Foucault, sendo descrito por Costa e Camargo (2019) na fase da genealogia do poder, analisa a estrutura dos poderes que incidem e igualmente constituem a corporeidade – os processos de produção de sentido e saber, nesse caso os disciplinares, não estão presentes no corpo, mas o afetam, afinal é o onde as técnicas incidem. Os autores também fazem uma pequena reflexão sobre a conceitualização de corpo segundo o filósofo francês, onde o mesmo tende a ser definido como um lugar, mas esse espaço não é caracterizadamente físico, é ali que se lida com sujeitos que são construídos e subjetivados – Um elemento que está sempre no devir da sua construção. Ao falarmos do meio religioso, no nosso caso a população católica do sul de Santa Catarina, esse devir certamente é fruto das várias nuances dentro de um processo de construção simbólica em disputa no campo institucional-religioso do qual estamos falando aqui, reafirmado por Bourdieu (2011). Esse elemento que é o corpo, é também o leigo onde incidem a adoção ou convergência de diferentes reproduções (conhecimento ou imposição), ainda que esse laicato transite entre vários desses.

os processos disciplinares se tornaram formas eficientes de dominação dos corpos nos meios sociais a partir de meados do século XVIII. Os fatores que ditam esses

processos disciplinares estão ligados à economia, à política, ao âmbito científico, jurídico, religioso, médico, etc. (COSTA; CAMARGO, 2019, p.134).

É comum e conhecida dos contemporâneos de Dom Anselmo, a sua preocupação com o homem do campo na região da sua diocese. Costumeiramente em visitas as paróquias da região, visualizava a infraestrutura que permeava os locais: “[...] visitamos a Capela de Açucena, caminho difícil, mesmo de jeep em dias de chuva. [...] Povo bom, lutando muito pela sobrevivência, devido a oscilação do preço da cana, produto principal desta região²⁹.” Produzir mais, evitar a pobreza, a miséria do agricultor e a conseqüente escassez alimentar era um norteamento intenso. “Tinha compaixão pelo campesinato. Não sei de onde herdou essa ternura criativa e atávica” (BIFF, 1996, p.44). O Padre Raimundo Ghizoni (2005, p.33) também relembra:

Observando e vivenciando as dificuldades que os agricultores enfrentavam na lavoura e nos campos, sem muitos conhecimentos técnicos e, sobretudo, vendo com frequência a emigração para as cidades, organizou, com o Pe. Osni Rosenbrock e os agrônomos da região, a famosa Semana Ruralista.

Dentre as principais técnicas disciplinares para o trabalho agrícola, mediadas por meio de uma instituição na região de Tubarão, estavam as Semanas Ruralistas. “[...] o homem somente progride se estimulado pelo exemplo e orientado pela educação [...] pelas demonstrações de exemplos e orientações educacionais [...]” (A IMPRENSA, 1955). Conscientemente essa colaboração possuía origem dos ditames nacionais já exemplificados na seção anterior, pois o próprio clero estava constantemente instruindo-se afins das orientações para desenvolvimento ao meio rural nas suas comunidades: “Realizou-se de 8-15 de julho uma Semana Ruralista muito proveitosa no Seminário de Viamão, destinada para clero e seminaristas. Estiveram presentes o bispo diocesano, os Pe. [?] Peters, Heriberto Borgert e José Kunz.” (PIETRULLA, 1956, p.7). Ou seja, os mesmos estavam sendo preparados além de suas funções costumeiras no sacerdócio, buscando aplicar essa prática de não-coerção biopolítica da diocese tubaronense com os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Havia a preocupação com o desenvolvimento regional, levando em conta que nesse momento a população rural na região sul de Santa Catarina era numericamente superior. Os eventos de caráter instrutivo, ocorreram pelo menos seis vezes entre 1955 e 1959, não por acaso, o apogeu do desenvolvimentismo segundo Villela (2005). Basta uma breve conferência ao Livro do Tombo da Diocese de

²⁹ PIETRULLA, Anselmo. Visita Pastoral a Paróquia de Braço do Norte (12– 14/06/1958) – Livro do Tombo da Diocese de Tubarão.

Tubarão e a imprensa local, ali serão notáveis as inúmeras palestras que eram transmitidas nos eventos. A cooperação dos religiosos com os engenheiros e técnicos agrícolas vai se tornando mais clara na prática.

A 1ª Semana Ruralista da Diocese de Tubarão denota facilmente o processo dinâmico desse dispositivo de poder, afinal ocorre de 11 a 17 de dezembro, já naquele mesmo fatídico ano de instalação do bispado em 1955, o que não é uma simples ou mera coincidência. Os assuntos das palestras girariam em torno das (1) possibilidades que a região oferece a determinadas espécies de agriculturas; (2) as pragas e os combates as mesmas; (3) métodos modernos na pecuária e lavoura, garantindo produção racional, elevada e compensadora. Torna-se bem claro os direcionamentos que a diocese tubaronense veio circunscrever a partir do seu território delimitado – Era o projeto da CNBB para o homem do campo, agora, colocado em prática no sul de Santa Catarina. De acordo com o jornal “A Imprensa”, ocorrendo nos municípios de Tubarão, Laguna e Braço do Norte com duração de dois dias em cada local:

[...] O evento visa estabelecer um estreito contato entre o Governo e as autoridades eclesásticas, no sentido de uma ação comum em benefício das populações rurais, para que, em decorrência deste entendimento, possa ser levada uma maior assistência ao nosso operário do sertão. Ninguém em sã consciência desconhece a importância do vigário como pai espiritual e orientador das populações do campo. Daí porque esperar-se que desta colaboração, venha a resultar em benefício ao pequeno produtor, trazendo-o mais para a periferia das inovações técnicas e aproveitamentos racionais das suas disponibilidades para melhoramento agrícola da produção e emprego de um padrão de vida mais condizente com a natureza humana e cristã. [...] (A IMPRENSA, 1955).³⁰

Na matéria do semanal, faz-se um lembrete da situação do homem e mulher do campo – isolados em grandes distâncias não estabelecem interações sociais. Situam-se assim conformados, solapando os alicerces necessários ao desenvolvimento e ao progresso, nesse caso, o próprio Nacional-desenvolvimentismo que estava em alta – O trabalhador e a trabalhadora não se sentiriam parte desse plano nacional de segurança e produção, a não ser que uma ética convincente pudesse convidá-los a integrar esse corpo uníssono em disposição pelo Brasil. Ghizoni (2005) informa que os agricultores e criadores de gado se reuniam em um lugar e recebiam instruções dos técnicos sobre a maneira mais econômica de trabalharem a terra, criarem o gado e com isso conseguirem maiores lucros. Mostrava ainda o valor de terem sua liberdade e sua casa. O cronograma comum estabelecido para as atividades era:

Às 7:50 horas – Missa que será celebrada pelo bom êxito da Semana Ruralista.

³⁰ Primeira Semana Ruralista de Santa Catarina. *A Imprensa*. Tubarão, 10 de dezembro de 1955.

Das 8:30 às 11 horas – Reuniões entre agrônomos, veterinários e lavradores, no salão do cinema local. As mesmas horas, serão realizadas reuniões entre médicos especializados e senhoras, assim como entre moças e religiosas especializadas em economia doméstica e ação social.

Das 14 às 17 horas – Demonstrações práticas para os lavradores em uma propriedade previamente escolhida para este fim. Nas mesmas horas, palestras de uma religiosa para moças

As 17:30 horas – Benção do S.S. na matriz respectiva, em ação de graças. (A IMPRENSA, 1955).

Os objetivos frisados pelo próprio jornal e elementos aqui discutidos são a elevação e compensação da produção agrícola. É possível igualmente perceber a diferenciação e função de gênero nas orientações dos cursos, separando aos homens o trabalho com o campo, e a população feminina o cuidado doméstico, do lar. Esse sistema disciplinar conforme Danner (2010), fabrica corpos submissos e dóceis – Se por um lado aumenta as forças do corpo para a maior produção e utilidade econômica, do outro diminui na questão política e de obediência. Importa ainda registrar a fala do próprio bispo Dom Anselmo Pietrulla quanto às semanas ruralistas, frisando a união com a Secretaria de Agricultura e outros órgãos na busca para uma produção mais racional: “Contamos com a colaboração do ETA³¹(Escritório Técnico de Agricultura) Projeto 17 [...] Palestras para as Senhoras e Crianças”³²(PIETRULLA, 1959, p.30). Ou seja, busca-se uma integração maior ainda do setor rural no desenvolvimento estadual. Nas comunidades seria mais viável em vez do técnico ou agrônomo se dirigir aos colonos – Eram vistos com desconfiança e sem a vivência rural ou poder simbólico necessário – a proposta e o diálogo virem diretamente dos próprios padres, afinal:

Muitos sacerdotes eram notáveis conhecedores da vida agrária. Especialistas alguns em Biologia, Veterinária, Geologia, Economia e Agronomia, empenharam-se na divisão de um conhecimento científico cujos objetivos abriam-se para a recondução da população camponesa a uma atividade agrária racionalmente organizada, onde o corpo precisaria ser disciplinado e higienizado e a cosmovisão campesina modificada. (SOUZA, 2001, p.207).

Nos relatos de Anselmo Pietrulla sobre as Semanas Ruralistas é constante a citação de José Sehnem. “[...] O Padre José Sehnem teve papel saliente devido aos profundos e largos conhecimentos sobre agricultura, pecuária, alimentação e criação animal [...]”³³ Ainda “[...]”

³¹ O ETA – projeto 17 foi o décimo sétimo projeto do Escritório Técnico de Agricultura implantado no Brasil. Ele resultou de um acordo firmado entre o Governo do Estado de SC, através da Secretaria de Agricultura, e Federação das Associações Rurais do Estado de SC e o Escritório Técnico de Agricultura. (OLINGER, 1996 apud SOUZA, 2001).

³² PIETRULLA, Anselmo. 5ª Semana Ruralista da Diocese de Tubarão (22 – 26/02/1959) – Livro do Tombo da Diocese de Tubarão.

³³ _____ . 2ª Semana Ruralista da Diocese de Tubarão (setembro de 1956)

contamos desta vez com a indispensável cooperação do Padre José Sehnem, especialista em assuntos rurais e particularmente em alimentação. [...]” (PIETRULLA, 1958, p.30). O Sacerdote possui essa valorização, o que segundo Pierre Bourdieu (2011) sinaliza uma hierarquização como um dos efeitos disciplinares. A sua legitimidade surge pela ação institucionalizadora do viés católico, que em uma região com poucos sistemas disciplinares (hospital, escolas, delegacias), promove assim uma atitude pedagógica. Nesse caso, os cursos e ensinamentos trabalham “diretamente o corpo dos indivíduos, manipulam seus gestos e comportamentos, formam-no, adestram-no. A disciplina capta o corpo humano numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe.” (DANNER, 2010, p.151). Definem não apenas o que querem que seja feito – Igreja e Estado – mas sim, como se quer que seja feito, nesse caso as técnicas voltadas para a eficácia no plantio e no desenvolvimento do trabalhador e trabalhadora rural promovem a segurança alimentar que afasta o temor da escassez, essa que afetaria mais diretamente o meio urbano, holofote dessa sistematização.

Ademais, além da peculiar participação do Padre Sehnem em diversas citações, é possível encontrar no seu currículo a especialização técnica em alimentação, ou seja, materializam-se as forças eclesásticas em campo, voltadas para uma maior produção, racionalidade, quebrando o limiar subsistente. Na rotina alimentar do trabalhador e da trabalhadora rural, seria aquela refeição balanceada e devidamente apropriada para a disciplina e a promoção da vida – novamente dá as caras o dispositivo biopolítico. “Na verdade, o projeto católico estimulava a pedagogização de um corpo saudável apto para o trabalho e que fosse capaz de se sacrificar pelo progresso da pátria.” (SOUZA, 2001, p.199). Essa pedagogização pode até possuir um norteamto central, porém, visualizam-se os micropoderes burocratizados dos sacerdotes e entre os próprios agricultores e agricultoras, afinal, só assim se afirma na realidade dos corpos dos sujeitos. A partir dessas orientações, segundo Costa e Camargo (2019), os dispositivos (Semanas Ruralistas) agem sobre os indivíduos, mostrando-se nas palestras e demonstrações práticas, reafirmando o adestramento constante e modelagem dos seus corpos.

O Padre Eliberto Borges, passava instruções nas homilias, e nas próprias missas, ensinando o preparo de determinados alimentos como: sopa de soja, a farinha de trigo [...] era uma alimentação forte, saudável. E confiávamos nele, pois estava envolvido com a pecuária para a sua sobrevivência.³⁴

³⁴ MIGUEL, Tereza de M. Entrevista realizada em 16 de setembro de 2018. (Arquivo do autor). Tereza passou sua infância em Aiurê, distrito de Grão Pará/SC – pertencente a Diocese de Tubarão. Nascida no ano de 1950, em família agrícola, conviveu diretamente com a prática agrícola.

Aqui, um interessante trecho de um diálogo com Teresa M. Miguel (2018), diretamente atingida pelas ações direcionadas pela Diocese aos agricultores no período. Faz se importante notar que o Padre José Sehnem esteve na comunidade da entrevistada proferindo Palestras Rurais que se diferenciavam certamente pela presença exclusiva do religioso e a ausência de agrônomos extensivistas ou médicos. O bispo diocesano informa:

A convite, chegou a esta diocese o especialista em assuntos rurais, o Pe. José Sehnem J.J., que já havia participado em 2 Semanas Rurais, falar sobretudo sobre alimentação nas paróquias de Pedras Grandes, 2-7 de set; de Aiurê, 8-14 de set; de Orleans 16-21 de set. e de Nova Veneza, 23-28 de setembro. Em cada paróquia o Pe. José Sehnem falou pela manhã e a tarde na sede paroquial e em 2 capelas centrais. As palestras foram geralmente muito bem frequentadas e inteiramente ouvidas. (PIETRULLA, 1958, p.24-25).

Tendo o poder disciplinar na figura do corpo o seu caminho de ação, não se pode esquecer da biopolítica usando a mesma superfície, afinal, são técnicas que se cruzam e se correlacionam. Os discursos sobre a saúde do corpo, tal qual o caso das palestras sobre alimentação do Pe. José Sehnem, são um desses meios das políticas de “fazer viver”. “não fumar; não comer em excesso para não engordar, ou muito pouco para evitar a bulimia; não ingerir bebida alcoólica em altas doses; não exagerar no colesterol; fazer atividades físicas regularmente” (LUPTON, 1995 *apud* MENDES, 2006, p.176). “O indivíduo lhe interessa apenas por sua ressonância no coletivo da qual faz parte.” (NETO, 2007, p.134). Em suma, conforme Foucault (2005), controla-se o indivíduo, pensa-se no corpo, mas apenas com a intenção populacional e governamental, aqui especificamente no sentido de desenvolver a nação perante um ideal de progresso – A igreja toma a ponta disso, agregando o fortalecimento das instituições governamentais, e a sua própria. Essas técnicas bem estruturadas e articuladas podem ser consideradas um negócio de sucesso complementar, no convencimento para a progressão do meio agrícola. Ajuda-nos a frisar o entrecruzamento dessas técnicas no exercício das Semanas Ruralistas.

A 2ª Semana Ruralista da Diocese de Tubarão, aconteceu dos dias 20 a 26 de setembro de 1956. Subdividida em três municípios: Rio Fortuna, Forquilha e Turvo. Novamente Pietrulla (1958), descreve a participação de Pe. José no que condiz as questões alimentares, agropecuária e etc. Conforme informações em “A Imprensa”, matéria de 22 de setembro de 1956 seriam dadas aulas práticas aos trabalhadores e trabalhadoras locais de: (1) adubação verde, orgânica e mineral; (2) cultura de cereais; (3) apicultura, avicultura, fruticultura, suinocultura; (4) Reflorestamento; (5) Combate à doença dos animais e das plantas. Prende a atenção algumas informações relevantes sobre os costumes sociais nas comunidades. Enquanto

em Forquilha e Turvo os encontros foram relevantes, já Rio Fortuna o movimento foi menor – Os agricultores reclamaram das distâncias percorridas a fins de chegar ao local das reuniões. “Ao se reunirem notou-se enfoque interesse dos colonos presentes, mormente em “panelinhas” entre os agricultores mais adiantados no cultivo do solo e no trato dos animais. Está prevista uma 3ª Semana diocesana para o próximo ano.” (PIETRULLA, 1958, p.8). Não bastava apenas os problemas decorrentes da infraestrutura, do atraso produtivo e técnico, havia de se lidar com a prepotência e a falta de interesse unidas a desconfiança de determinadas famílias, o que certamente dificultava todo o processo. O registro de visita pastoral ao interior de Grão-Pará ajuda a afirmar as intempéries “[...] Em Antunes Braga, o povo local vive muito desunido. Forma 2 facções há muito tempo.”³⁵ Essa realidade conhecida pelo país, resulta na organização colaborada dos eventos do Ministério e Secretaria de Agricultura juntamente as Igrejas locais, facilitando e mediando a falta de cooperatividade e aceitação do novo nesse quesito. “A instituição das Semanas Ruralistas, não é experiência nova. O seu êxito já foi comprovado em outros Estados da Federação com a ajuda da Igreja, motivo porque espera-se desta, o mesmo sucesso das realizadas em outros locais do país. (A IMPRENSA, 1955).” É de total conhecimento, que além dos discursos didáticos (disciplinares) aos agricultores e agricultoras, nos eventos os sujeitos eram igualmente incentivados a falar sobre suas realidades em longínquas comunidades – rotina, plantio, métodos, costumes – nisso entram as dificuldades com os imprevistos e os grupos formados, aplicava-se assim uma dificuldade de integração, afinal “Na biopolítica, o corpo do sujeito, além de ainda continuar a sofrer ação de técnicas disciplinares, é estimulado a falar de si mesmo para mais bem se governar ou ser governado.” (MENDES, 2006, p.173). Qual a possibilidade de falar como um grupo, enquanto alguns outros são suprimidos ou coagidos? Certamente há um sobressalto de trajetórias comuns ainda que em supostas diferenças, define-se assim suas identidades como agentes sociais providos de características unitárias...um assunto para retomarmos no próximo capítulo.

As anotações referentes a 3ª Semana Ruralista, são de teor um pouco mais tímido registradas no Livro do Tombo da Diocese de Tubarão – 16ª página. Tendo acontecido entre os dias 16 e 17 de setembro de 1957, teve espaço em Forquilha, Maracajá e Araranguá. “Houve em fato dos lugares grande concorrência e ótimo interesse.”³⁶ É perceptível que o interesse pelas Semanas Ruralistas, plano e projeto do esforço religioso/técnico estava crescendo e

³⁵ PIETRULLA, Anselmo. Visita Pastoral a Paróquia de Grão Pará (21/05/1958) – Livro do Tombo da Diocese de Tubarão.

³⁶ _____ . 3ª Semana Ruralista da Diocese de Tubarão (16 – 17/09/1957) – Livro do Tombo da Diocese de Tubarão.

popularizando-se na região, tal qual o plano de ocupação e delimitação de seu território circunscrito. Com o passar dos anos os eventos foram tomando pontos mais extremos da diocese, como se estivessem estruturando fortes “muros” nas suas fronteiras, desenvolvendo defesas contra sutilezas de “ideias concorrentes” e riscando mais definitivamente sua delimitação e sustentação geográfica.

Aparentemente a 4ª Semana Ruralista ocorreu em moldes diferentes, dos dias 20 a 25 de outubro de 1958. De forma simultânea ocorre nos municípios de Armazém, 13 de maio, Braço do Norte, São Ludgero, Urussanga e Morro da Fumaça. Aqui, demonstra-se o fortalecimento do movimento tanto no modo como se dá, como na participação intensa dos criadores e lavradores, pois temos a reincidência do movimento de extensão rural nesses municípios – Certamente, resultado da fácil acessibilidade aos trabalhadores vizinhos da sede do episcopado, junto a focalização da sua força agrícola e potencial energético do território observado. Iniciam-se igualmente as colaborações com o Escritório Técnico de Agricultura, o ETA, materializadas assim nos eventos com a participação dos seus extensionistas rurais, focados no (1) aproveitamento das técnicas agrícolas e (2) procedimentos veterinários.³⁷ “O movimento mais fraco cristalizou-se em Urussanga, onde os colonos italianos compareceram em número diminuto, demonstrando pouco interesse em melhorar sua situação.” (PIETRULLA, 1958, p.26). Cláudio Lúcio Mendes (2006), assumindo a proposta da biopolítica onde busca-se convencer o sujeito a ser governado e a governar-se, demonstra a análise do filósofo francês quando discorre sobre as verdades hierarquizadas, advindas dos especialistas tais como médicos, veterinários, professores, fisioterapeutas e tantos outros. Nesse caso, aprofundando-se em Foucault (2008), possuímos a figura dos agrônomos e sua construção de conhecimento em diálogo com os trabalhadores do meio rural – deveriam continuar perpetuando e aplicando o que havia sido elucidado nos dias do evento.

Ainda que nas fontes conste a ocorrência de seis (6) Semanas Ruralistas na Diocese de Tubarão. Oficialmente tiveram êxito cinco (5) Semanas, e uma jornada de Palestras Rurais com duração de quase trinta dias em diferentes paróquias³⁸, acontecendo em setembro de 1958.

A quinta (5ª) e possivelmente a última edição do evento, ocorreu em fevereiro de 1959. aconteceu no extremo sul do estado, novamente representando esse reforço delimitativo,

³⁷ atividade que integra profissionais de diferentes áreas, como assistentes sociais, economistas domésticos, médicos veterinários, zootecnistas, engenheiros agrônomos e agrícolas, entre outros, para atuar junto aos agricultores e agricultoras, principalmente os de base familiar, pequenos produtores e pescadores artesanais, na promoção do desenvolvimento rural sustentável. (ASBRAER, 2021).

³⁸ Pedras Grandes, 2-7 de set; de Aiurê, 8-14 de set; de Orleans 16-21 de set. e de Nova Veneza, 23-28 de setembro. Em cada paróquia o Pe. José Sehnem falou pela manhã e a tarde na sede paroquial e em 2 capelas centrais. As palestras foram geralmente muito bem frequentadas e inteiramente ouvidas. (PIETRULLA, 1958, p.24-25).

demonstrando o vasto território de cobertura do episcopado tubaronense nas quatro últimas décadas do século XX – até o desmembramento e criação da diocese de Criciúma³⁹. Segue-se o cronograma básico: celebrações religiosas, cursos teóricos em colaboração com o ETA e órgãos administrativos para o campo, além de demonstrações práticas, realizando-se segundo o bispo “No dia 22 em Meleiro, dia 23 em Turvo, 24 em Jacinto Machado, 25 em Timbé (do Sul), e 26 em Praia Grande.” (PIETRULLA, 1959, p.30). A aceitação por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foi exitosa em ambas paróquias. Sem sombra de dúvidas, entre a grande estratégia para o diálogo com os lavradores e criadores, se encontrava o discurso de apoio cooperativo e o desenvolvimento mútuo, um esforço pelo trabalho em decorrência do progresso necessário ao meio rural – cuidaria assim do meio urbano em pares da dignidade, estruturando-se para a produção.

Precisamos lembrar que para Foucault o poder disciplinar não possui apenas uma função negativa, isto é, o poder não tem apenas a função de punir e reprimir, mas tem a capacidade de despertar o desejo e o nível do saber nas pessoas. Nesse sentido, o poder não impede o saber, mas o seu contrário, ele produz saber, ou seja, só foi possível estabelecer um poder sobre o corpo a partir do momento que este corpo passou a ser conhecido e estudado. Dessa forma, temos um poder que produz também conhecimento e verdade. (COSTA; CAMARGO, 2019, p.136).

Tabela 1 – Semanas Ruralistas da Diocese de Tubarão

Semanas Ruralistas da Diocese de Tubarão				
1955-1959				
Semana	Datas	Locais	Temas tratados	Observações
1 ^a	11 a 17 de dezembro de 1955	Tubarão, Laguna e Braço do Norte	(1) Possibilidades que a região oferece a determinadas espécies de agriculturas; (2) as pragas e os combates as mesmas; (3) métodos modernos na pecuária e lavoura, garantindo produção racional, elevada e compensadora.	Reuniões entre médicos especializados e senhoras, assim como entre moças e religiosas especializadas em economia doméstica e ação social.
2 ^a	20 a 26 de setembro de 1956	Rio Fortuna, Forquilha e Turvo	(1) Adubação verde, orgânica e mineral; (2) cultura de cereais; (3) apicultura, avicultura, fruticultura, suinocultura; (4) Reflorestamento; (5) Combate à doença dos animais e	A participação de Pe. José no que condiz às questões alimentares,

³⁹ A Diocese de Criciúma foi criada no dia 27 de maio de 1998, pelo Papa João Paulo II, através da Bula “Sollicitus de Spirituali Bono” (Solícito pelo Bem Espiritual de Seus Fiéis) e instalada pouco tempo depois na Solenidade da Assunção de Nossa Senhora, em 15 de agosto. (DIOCESE DE CRICIÚMA).

			das plantas.	agropecuária e etc..
3 ^a	16 a 17 de setembro de 1957	Forquilha, Maracajá e Araranguá	-	Grande concorrência e ótimo interesse.
4 ^a	20 a 25 de outubro de 1958	Armazém, 13 de Maio, Braço do Norte, São Ludgero, Urussanga e Morro da Fumaça	(1) Aproveitamento das técnicas agrícolas e (2) procedimentos veterinários.	Iniciam-se as colaborações com o Escritório Técnico de Agricultura, o ETA, materializadas assim nos eventos com a participação dos seus extensionistas rurais.
5 ^a	23 a 26 de fevereiro 1959	Meleiro, Turvo, Jacinto Machado, Timbé (do Sul) e Praia Grande	Segue-se cursos teóricos em colaboração com o ETA e órgãos administrativos para o campo, além de demonstrações práticas.	Possivelmente a última edição do evento na diocese.

O saber aqui, pelo menos objetivamente proposto, parte-se do caminho de sacrifício pela pátria, todos lutariam por um bem comum, principalmente nesse caso norteados por uma biopolítica reafirmada em “Segurança, Território e População” (2008) – pressuposto do qual temos reforçado nessa pesquisa. Reforça-se o ideal nacional-desenvolvimentista, elabora-se que a produção agrária e a saída da produção de subsistência em conjunto são a força primária do abastecimento dos grandes centros urbanos. Rogério Luiz de Souza (2001) descreve que além da produção agrário-exportadora das grandes fazendas monocultoras de café, açúcar e algodão, precisava-se naquele apogeu desenvolvimentista de uma produção agrária diversificada:

Há anos, tanto nas 6 semanas Ruralistas organizadas pela Diocese, como nas minhas palestras com os colonos, bato sempre na mesma tecla, provando que o plantio exclusivo de fumo é antieconômico e que a maneira como plantam, esgota infalivelmente o solo. [...] É necessário que se evite a monocultura que é condenada em toda a parte do mundo como prejudicial ao plantador. [...] Pode-se plantar fumo depois de garantir a manutenção da família com a cultura de outros gêneros como milho, batata e etc. [...].⁴⁰

A preocupação evidenciada pela Igreja Católica toma suas proporções no sul de Santa Catarina. As práticas dos dispositivos biopolíticos/disciplinares através das Semanas Ruralistas apenas confirmam os ditames da CNBB para o meio rural, ideias essas recepcionadas em cada localidade conforme sua peculiaridade. Afinal de contas, o que pode justificar o fim das

⁴⁰ PIETRULLA, Anselmo. Correspondência a Addo Faraco. 23 de outubro de 1959. Tubarão/SC.

Semanas Ruralistas? Seria a implantação de uma nova estratégia biopolítica condizente com os ditames para o meio rural? Seriam manifestos documentais recém-aprovados? Discussões que começavam a se popularizar com mais incidência a fins da propriedade rural? Vejamos...

3.2 FRENTES AGRÁRIAS NO RS, PR e SC

As declarações das lideranças religiosas e dos intelectuais cristãos no início da metade do século XX, marcam a presença do catolicismo romano no pensamento e atuação do meio rural. O interesse que a Igreja Católica começou a ter pela questão agrária “representou de modo particular, a preocupação em relação ao avanço e à ação comunista no campo, representado pelas Ligas camponesas, pelo PCB, e pelos setores mais progressistas do PTB, entre os quais os líderes do MASTER no RS.” (BASSANI, 2018, p.49).

O sindicato que era considerado como uma ameaça a denominada paz agrária dos proprietários, passou a ser visto pelo governo e por setores da Igreja como uma forma de barrar o avanço das Ligas Camponesas. Embora Julião afirmasse que as Ligas e os sindicatos não eram concorrentes, a sindicalização em massa iria contribuir para esvaziar as Ligas. Os sindicatos rurais então fundados estravam sob significativa influência da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro. (MONTENEGRO, 2019 p.32.).

Mas não só isso, parando pra pensar a atuação da igreja em si e seu pensamento, conclui-se que a mesma não é definitivamente conservadora, sua intenção é mais ético-religiosa que estrutural, ou seja, não tomando “as dores” e “feridas abertas” dos conflitos diretos das classes antagônicas, atuando pela institucionalidade capitalista-reformista, pautada na propriedade privada, colaboracionista e do bem-estar social conforme Souza (2001). Os religiosos irão propor mudanças nas questões socioeconômicas dos subalternos do campo. Para Paulo Bassani (2018), os atos homogeneizadores da ação católica rural no Brasil, serão através de programas pedagógicos rurais, desenvolvimento de líderes, apoio à organização sindical e cooperativista. Que fique frisado mais uma vez que a intenção não é exatamente uma luta direta contra o capital, e sim um caminho do meio, uma “guerra” não tão declarada contra determinadas correntes políticas de esquerda e também oposta a um capitalismo abusivo. Clifford A. Welch (2006), reafirma que a ditadura (1964-1985), reprimiu fortemente o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Os sindicatos de caráter político-classista, formados nos meados daquela década foram suprimidos, mantendo-se apenas os de caráter reformista ou anticomunistas, assumidos por sacerdotes e religiosos. Logo, fica notável a influência expandida além do campo espiritual, ela também se coloca sobre as decisões econômicas dos colonos.

Prossegue-se neste capítulo o uso da análise foucaultiana de “Segurança, Território e População” (2009) e as tática de dispositivos disciplinares e principalmente biopolíticos. Aplicados pela Igreja Católica no meio rural do sul de Santa Catarina, a visão progressista,

racional e modernizadora para o desenvolvimento econômico, alia-se a expansão das discussões nacionais e internacionais a fins da Reforma Agrária, materializando-se na criação da (FAC) Frente Agrária Catarinense. Em um primeiro momento obtém-se o referencial das Semanas Ruralistas (1955-1959) como dispositivo, já no segundo, a continuação dessa prática do episcopado tubaronense se volta para a criação do movimento cristão-sindical (1962-1965). É a continuação dessa prática do episcopado tubaronense, porém, dessa vez com um olhar cuidadoso à problemática fundiária e agrária. Para isso convém compreender a formação do “sindicalismo cristão-rural” nos estados vizinhos, afinal, eram ponto de referência para o movimento no território circunscrito.

3.2.1 Frente Agrária Gaúcha (FAG)

Tendo como base a obra de Paulo Bassani, “Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais”, se obtém o conhecimento das atividades da Frente Agrária Gaúcha, (FAG), dentre os anos de 1961 até o fim dos anos de 1970. Fundada a 18 de outubro de 1961 na 13ª Conferência do Episcopado Rio-Grandense, a organização do movimento se dá a partir da verificação de contrapor-se as lideranças de esquerda que se formavam no interior do estado. A Igreja Católica interviria como mediadora nos conflitos de classes, buscando a solução das problemáticas do campo no Evangelho, nas encíclicas papais e nos teóricos católicos diante de um princípio ético-colaborativo. Conforme Souza (2001), essa mediação proposta pela instituição vem igualmente reafirmar o Plano Nacional-Desenvolvimentista, afinal melhor distribuição fundiária contribuiria a produtividade, ao fomento das áreas urbanas e conseqüente industrialização, valor esse, recorrente nas planificações já citadas a década de 1950. Dom Vicente Scherer, líder e mentor intelectual, determinou pesada influência na FAG – pelos norteamentos da Doutrina Social Cristã com a defesa e preservação da propriedade privada sem alterar o sistema capitalista de produção, porém em condições de preparar o microprodutor agrário como condição de sua própria sustentabilidade e iniciativa. Além de sua posição na hierarquia religiosa, seus pensamentos foram divulgados, registrados em programas radiofônicos⁴¹ e transcritos em livro. Entendia-se que:

[...] as causas da luta entre as classes sociais não são geradas por questões estruturais, mas sim por questões essencialmente conjunturais [...] o objetivo que se deve atingir é a convivência harmoniosa entre as classes sociais, não sua superação, procurando-

⁴¹ Segundo Paulo Bassani, o programa ficou conhecido como “A Voz do Pastor”, certamente uma correlação com o radiofônico estatal “A Voz do Brasil. Quanto ao livro, intitula-se “A questão Agrária”.

se minimizar as desigualdades injustas que produzem o conflito em nome da justiça e do amor cristão. (BASSANI, 2018, p.91).

No que condiz a Reforma Agrária, a distribuição envolveria os limites do direito à propriedade e não o seu profundo questionamento. Esse limite do acesso à terra, estaria determinado à produtividade e função social, onde as classes se auxiliam, se complementam e produzem em uma tendência colaborativa próspera para o país, ao abastecimento urbano. A sugestão era a utilização de terras públicas, improdutivas ou mal utilizadas, pela responsabilidade do Poder Legislativo Federal, ou seja, não haveria o confisco da propriedade. As classes dominantes propunham não uma reforma radical, afinal o problema era técnico e não social, assim, encara-se as especificidades via modernização da Agricultura. E será essa práxis modernizante que será tomada na FAG. Quando não modernizante e pedagogizante, conciliadora e biopolítica, defendendo os agricultores dos abusos do capitalismo.

Uma das formas de organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, foram os sete congressos estaduais realizados nos anos de 1962 a 1976, liderados essencialmente pela FAG. Compreendê-los ainda que aqui de modo sucinto, ajuda a perceber as condições e influência ao campesinato gaúcho. Quanto aos trabalhos, ocorriam pela organização de mesas ligadas diretamente a FAG. “As questões de ordem política referiam-se à problemática da Reforma Agrária e da Legislação Trabalhista e Previdenciária” (BASSANI, 2018, p.114). Claramente estavam focadas na questão técnica do campo e não colocavam em suas reflexões a organização da propriedade privada ou sua equitativa distribuição. Ao longo dos outros congressos, pensamentos da Doutrina Social Católica caminham juntos com diálogos voltados aos Sindicatos, ao Cooperativismo, a aposentadoria e taxações que prejudicavam o pequeno agricultor.

O norte da atividade sindical da Frente Agrária Gaúcha, firmava-se em uma premissa mais assistencial que política, e isso fica bem nítido diante de suas propostas conciliatórias nas cartas reivindicatórias e atas dos Congressos Estaduais. Entre 1963 e 1977 a FAG estabeleceu 224 sindicatos rurais no RS, inicialmente em regiões de influência católica com o predomínio da agropecuária colonial.

[...] após o golpe militar, a Igreja passa a agir de uma maneira absoluta, condicionando a criação dos sindicatos sob sua tutela... O combate aberto e declarado aos grupos de esquerda, como já mencionamos, foi uma das características da práxis sindical conservadora da FAG. (BASSANI, 2018, p. 105).

Porém diante disso, pode-se simplesmente afirmar que a Igreja legitima o capitalismo? novamente volta-se ao pensar de Souza (2001), negando essa corroboração. Fica claro que não

há um rompimento desse sistema, mas defende-se uma espécie de reforma ética em seu interior. Ainda que exista um combate aberto a grupos de esquerda e uma guerra “não declarada” ao capital extensivo, a Doutrina Social Católica e suas encíclicas voltam-se ao bem-estar social, a distribuição de lucros e ao cooperativismo, possuem características oriundas de teses comunistas e do movimento operário em forte ebulição nos idos do século XIX e XX.

Como estratégia, o uso do rádio no interior do estado foi de caráter essencial, porém, os maiores norteamentos ficaram definidos no “Programa de Educação Rural da FAG”. “Institutos de Educação Rural” para os jovens do sexo masculino, e as “Escolas de Educação Familiar” atuando juntamente às jovens mulheres do meio rural.

Os Institutos de Educação Rural, tiveram sua implantação em seis municípios do Rio Grande do Sul, alcançando cerca de 1.300 jovens. Bassani (2018), descreve entre as disciplinas propostas pelo programa: Ciências exatas, humanas, linguagens, educação moral e cívica, noções de profilaxia, higiene e saúde, agropecuária, construções técnicas, cooperativismo e sindicalismo. Após receberem as instruções retornavam para casa a fins de colocar em prática os conhecimentos. Os jovens eram indicados em suas localidades por líderes políticos, religiosos e sindicais, frisando seu caráter formativo de agentes de modernização agrícola. Em suma, buscavam [...] descobrir líderes e treiná-los posteriormente em nível diocesano e estadual.” (KUNZ, 1977, p.50 *apud* BASSANI, 2018, p. 86).

As Escolas de Educação Familiar atingiram uma expressão bem maior, fixaram-se em dezoito (18) municípios, com a participação de 3.500 jovens. Tendo em sua base, o preparo de “[...] grandes donas-de-casa e boas de família” e “[...] autênticas lideranças femininas, que colaborem com a comunidade para o seu desenvolvimento cultural, social e econômico.” (KUNZ, 1977, p.51 *apud* BASSANI, 2018, p. 86). Na grade do programa estavam estratégias voltadas para a preparação do casamento e maternidade, corte e costura, jardinagem e horticultura. É uma reprodução conservadora dos costumes sem sombra de dúvidas, diante inclusive dos papéis desiguais de gênero. Boschini e Silva (2019), trazem reflexões pertinentes quanto ao alcance do discurso religioso aos jovens e sua influência. As religiões oferecem espaços de socialização onde há um reconhecimento de suas identidades, atraídos pelo desejo de pertencer a algo. Encontram ali um local de formação que fornece padrões interpretativos do mundo.

Por quais motivos a FAG perdeu a força? Segundo Paulo (2018), a práxis do movimento foi edificada sobre um caminho assistencial e legalista, dificultando sua caracterização sindical como progressista nas mudanças estruturais, conseqüentemente submetendo os camponeses a seu domínio. No fim dos anos de 1970, já com o prelúdio da

redemocratização brasileira, o caráter conservador começa a sair de cena e os trabalhadores e trabalhadoras rurais voltam ao cenário político. São os ventos dirigidos pela Teologia da Libertação e o setor progressista da Igreja Católica que passa a questionar estruturalmente o capitalismo, reivindicando a luta de classes em defesa dos pobres. Nesse quesito, o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1975, tornam-se hegemônicos para o novo pensar que se transpõe.

3.2.2 Frente Agrária Paranaense (FAP)

Fundada em 13 de agosto de 1961, a Frente Agrária Paranaense (FAP), inicia seu breve percurso na cidade de Maringá, articulada pelos bispos da primeira citada, Jacarezinho, Londrina e Campo Mourão. Entre seus objetivos “combater o ideário comunista e competir com o Partido Comunista na estruturação de sindicatos e associações de trabalhadores rurais [...] se utilizou das mesmas estratégias daqueles: a organização institucional” (PRIORI et al, 2012, p.179-180). A Igreja mantinha seu discurso contra a reforma agrária de caráter político ou classista, permeando a manutenção estrutural do capital no meio agrícola, embasada na atenção a algumas das reivindicações sociais no campo. Pregavam a pacificação rural entre patrão e empregado, assim “satisfazendo” a ambos. Segundo os autores que fazem uma síntese do movimento no Paraná, entre seus mais importantes meios estão a criação de associações profissionais, tendo em meta sua transformação em sindicatos. Os movimentos comunistas influenciavam igualmente o estado em meio a todo burburinho da discussão agrícola no país.

A representação significativa da Frente Agrária Paranaense, veio a partir do principal estímulo às mobilizações e organizações via imprensa, entre os principais dispositivos: o rádio e os jornais. É o caso de Londrina, onde Dom Geraldo Fernandes utilizava uma radiodifusora no intuito da expansão do movimento. Também estiveram aliados “[...] os jornais Folha de Londrina e O Estado do Paraná, que publicavam constantes notícias, ressaltando os feitos da FAP e denunciando as atividades de militantes comunistas.” (PRIORI et al, 2012, p.193). O movimento compreende a força e imprescindibilidade dos impressos, propulsores da propagação e influência aos trabalhadores, criando a 27 de setembro de 1962 o próprio jornal: A Folha do Norte do Paraná. Por meio do veículo que se tornou um espaço comum para suas campanhas, concepções, queixas, houve alcance de grandes proporções ao embate do movimento comunista.

Entre os fazendeiros do norte do estado paranaense obteve interessante repercussão, chegando a incentivar monetariamente ou persuadir empregados nas campanhas da FAP, a não

integrarem sindicatos rurais influenciados por “elementos subversivos”. Priori et al (2012), descrevem que por meio dos protestos, das demandas e manifestações, os líderes da FAP apareciam como amigos dos interesses e direitos dos trabalhadores rurais.

A visão reformista da igreja nos anos de 1960 diante da terceira via (não é capitalista, não é comunista), segundo Souza (2001) ela é ético-capitalista. Promove a decisão da Frente em criar associações profissionais, visando desenvolvê-las ao posto de sindicatos, e nisso, por mais conservadores que fossem esses meios no Sul do Brasil, não se pode desconsiderar que estivessem sido influenciados por esse arcabouço, ainda que com uma ideia majoritariamente anticomunista.

Dois anos após a sua fundação, a FAP fazia o primeiro balanço, publicando que já havia organizado, em todo o Norte do Paraná, 30 sindicatos, embora nenhum dos sindicatos organizados tivesse sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho... Não é por menos que a Frente Agrária Paranaense, apoiada pelos empregadores rurais, desenvolvia uma política de hostilidade contra o Governo João Goulart e seu Ministro do Trabalho. (PRIORI et al, 2012, p.184)

Perceptível é a longevidade da Frente Agrária Paranaense, derivada das ideologias adotadas pelo movimento cristão-democrático, afaga os entraves nos primeiros anos do regime militar (1964-1985). Utilizando-se assim da mesma estratégia do Partido Comunista Brasileiro, pela institucionalização, foram fundadas 38 cooperativas só na região de Maringá onde houve maior atividade, com uma média de 150.000 trabalhadores rurais.

Angelo Priori et al (2012), reportam e descrevem de um modo bem didático a luta pela hegemonia do movimento agrícola no estado do Paraná. Em agosto de 1961, foi realizado o II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais na cidade de Maringá. A Frente Agrária estava sendo lançada no município, nos mesmos dias do evento, resultando em conflitos e tumultos. Os trabalhadores ali presentes no II congresso, discutiam prioritariamente a Reforma Agrária, esse, um ponto sensível e criticado pela base da FAP, em seus moldes estruturais, e não reformistas – a Igreja Católica procurou de todas as formas evitar o acontecimento na cidade. Ao exemplo da noite do dia 14 de agosto, o auditório em que se realizava o evento foi invadido, prosseguindo ao dia seguinte no qual mais de 2.000 manifestantes portavam cartazes nas ruas centrais de Maringá, repudiando as ligas camponesas, o “comunismo”. Conforme jornais, boa parte dos manifestantes eram estudantes de escolas católicas da região, com ônibus fretados pelas dioceses. O que evitou o choque entre os presentes no Congresso e os manifestantes da Frente Agrária foi a presença da polícia, garantindo a segurança do representante do Presidente Jânio Quadros.

Com o golpe militar de 1964, ainda que longeva, a Frente Agrária Paranaense tem sua atuação menorizada até seu término em 1969. A disputa travada contra o comunismo já não fazia tanto sentido com a desarticulação do movimento no campo. Sua importância se faz notável no meio de uma disputa nacional entre a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro na organização dos trabalhadores rurais. Essa disputa perde sua intensidade, mas não se finaliza instantaneamente, certamente mantendo sua influência organizacional – ainda que não juridicamente – até o fim dos anos de 1970.

3.2.3 Frente Agrária Catarinense (FAC)

A Frente Agrária Catarinense – FAC, é promovida na Diocese de Tubarão, sul do estado, em meados de setembro de 1962. Dom Vicente Scherer fundou a Frente Agrária Gaúcha (FAG), Dom Anselmo Pietrulla, primeiro bispo tubaronense “Colocou o Padre Osni Carlos Rosenbrock na chefia da FAC e do projeto dos Sindicatos Rurais [...] cercavam armas pelas crianças abandonadas, pelos pobres e pelas mulheres desvalidas.” (BIFF, 1996, p.44). Teoricamente o movimento deveria seguir os mesmos direcionamentos e encaminhamentos dos outros dois estados meridionais e setentrionais – revestido de caráter pacífico, redimindo e desenvolvendo os pequenos proprietários rurais, mediante a criação de sindicatos e cooperativas. O caráter pacifista instaurado pode nos fazer refletir diante de Foucault (2014), analisando a docilidade dos corpos disciplinados para o progresso, para a racionalização e a melhor circulação do fluxo socioeconômico. Afinal, o ato de docilizar não condiz apenas com o explorar ao máximo, mas também atender algumas reivindicações e situações que seriam notoriamente exploradoras do corpo e da mente do trabalhador e trabalhadora rural.

“A seguir, perguntamos ao nosso entrevistado qual a diferença entre a Frente Agrária e os Sindicatos Agrários. À nossa pergunta, assim falou: <<A Frente Agrária é um movimento de orientação, o sindicato é o órgão legal da classe, reconhecido pelo governo. A frente agrária é um movimento paralelo, orientando o agricultor dentro da Doutrina Social Cristã. (CORREIO SULINO, 1962, p.1)⁴².

A atitude estratégica seria institucional e conciliatória, definindo ainda o norteamento perante a Doutrina Social Cristã. Nas palavras do período, com a missão de redimir os lavradores dos seus males e dificuldades, o catolicismo possuía o dever de cuidar não só da alma, mas juntamente do corpo e sua realidade social, além da questão trabalhista. “[...] a Igreja sente com os lavradores as opressões sofridas; as explorações desonestas; o desamparo indigno;

⁴² Frente Agrária vai promover o Homem do Campo: Sindicato. *Correio Sulino*. Tubarão, 8 de dezembro de 1962.

as omissões de justiça. [...] dever de instruir, organizar, promover a classe rural, povo de Deus, nas suas justas reivindicações.” (CORREIO SULINO, 1964, p.3)⁴³.

O caráter pedagógico-prático, permanece intacto no ideal da FAC, visando continuar os trabalhos dos técnicos agrícolas que visitavam as comunidades nos anos anteriores, em prol da racionalização produtiva. Como tratado na sessão anterior, João A. Ramos, em Corso e Souza (2022, p.38) descreve que “[...] entre as principais técnicas de disciplina para o trabalho Agrícola – promovido por meio de uma instituição na região de Tubarão – estavam as semanas ruralistas, que ocorreram pelo menos seis vezes entre 1955 e 1959.” Agricultores e pecuaristas se reuniam a fim de receber instruções de técnicos agrícolas, direcionados pelo próprio governo do Estado (ETA, Projeto 17 que acabou se tornando ACARESC⁴⁴), buscando maior produção em seu meio – ficava a cargo do padre ou do bispo, a mediação para o alcance dos lavradores.

Mas a ACARESC e a FAC não poderiam caminhar separadas. Possuem os mesmos ideais. De um lado a técnica, a ciência, a experiência. De outro lado a integridade, a união evangélica, o destemor na defesa da verdade. [...] E, graças a Deus fundiram-se no trabalho de promoção da classe rural necessitada. (CORREIO SULINO, 1964).
45

A questão pedagógica é um ponto essencial para a manutenção do movimento, que em seus passos iniciais necessitava de solidificação ideológica. Essa consolidação por método educacional insere-se na prática da disciplinarização de corpos, por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2014) – seria por meio dela definida uma normalidade, objetivando a manutenção daquela estrutura rural, ainda que em vias de melhorias “permitidas”, pacíficas e adaptáveis aos novos tempos. O processo de expansão no interior do sul de Santa Catarina não era fácil, vista tamanha extensão territorial e o número de comunidades. Um trabalho árduo inicial encarregado exclusivamente por Padre Osni: “Foi designado a orientar a organização da Frente Agrária Catarinense e [...] executar um trabalho digno de nota. [...] Tornou-se líder indiscutido dos lavradores que aceitavam suas palavras [...]” (PIETRULLA, 1965, p.56). Ao pensarmos em um líder indiscutido, pensamos no indivíduo dotado de confiança social, aquele que facilmente está falando o “dia-a-dia”

Após abandonar minha nomeação como vigário inamovível de Laguna, começa então minha incansável peregrinação pelo território Sulcatarinense, de paróquia em

⁴³ Frente Agrária – Sindicalismo Rural – Notícias: Por que a Igreja? *Correio Sulino*. Tubarão, 3 de outubro de 1964

⁴⁴ ACARESC: Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, fundada em 1956. (OLINGER, 2020).

⁴⁵ Frente Agrária – Sindicalismo Rural – Notícias: ACARESC E FAC. *Correio Sulino*. Tubarão, 31 de outubro de 1964.

paróquia, de capela em capela, orientando e despertando nos pequenos proprietários rurais sua valia e importância no consórcio social. [...] De há muito tempo, eu instruía referidas populações a se organizarem quanto aos proveitos fornecidos pelo rica extensão de terra. (ROSENBROCK, 2022).

Complementando ao fato das orientações de comunidade em comunidade, quanto as reuniões e assembleias, temos as notícias do 1º encontro da Frente Agrária Catarinense. São pronunciamentos, diálogos e boas expectativas para as mesas norteadoras do movimento. Envolvem-se questões legislativas para o trabalhador e trabalhadora do campo: benefícios previdenciários, o cooperativismo, assistência técnica, infraestrutura, saúde básica – Quanto a esse último, pode-se definir no âmbito do que Foucault (2008) chamaria de “medicina social”. A expansão da higiene pública em prol da circulação e manutenção de seus corpos, proverá maiores produtores e “consumidores” de capita material e simbólico, assim nos dizeres de Bourdieu (2011). Um propósito fluente ao ideal de modernização e cuidado nacional.

[...] realizou-se no domingo último, no Cine São José, o 1º Encontro da Frente Agrária Catarinense e dos sindicatos agrários. Absoluto sucesso, eis a frase que pode resumir o que foi aquele encontro. Mais de duas mil pessoas, todos agricultores, vindos da maioria dos municípios sul catarinense [...] não podia escapar o desejo da classe dos agricultores de definitivamente, passar a ocupar outra posição no panorama social brasileiro. (CORREIO SULINO, 1963, p.1)⁴⁶

Referenciado pela biopolítica, Mendes (2006) nos ajuda a entender que o corpo do trabalhador e trabalhadora rural continuam sofrendo resultados das técnicas disciplinares, mas nesse caso, eram cogitados a falar de si mesmo nas assembleias, a fim de melhor governar-se ou serem governados, para o melhor viver, sobreviver e ser – Naquele que é exercido o poder, também o exerce em determinados momentos. Foucault (2005) define que os mecanismos implantados pela biopolítica, serão tratados com previsões e estatísticas, vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade mediante mecanismos globais – Pode-se definir que com o envelhecimento gradual do agricultor, surge a necessidade de refletir sobre a previdência, suas reservas necessárias para a Terceira Idade. Adiciona-se aqui que o direito a própria terra, usufruir da produção dos seus alimentos e beneficiar-se do excedente seria um mínimo esperado, a manter de longe a dinâmica para o “fazer viver” da população rural. Eis o ponto fulcral quando entendemos o poder como produtor de conhecimento:

Ao emancipar-se desse falso atributo e passar a conter em si mesmo o ideal de emancipação, o poder, agora visto como algo positivo, irrompe também como pura e plena produtividade. O poder produz: ele constrói; destrói e reconstrói; ele transforma,

⁴⁶ Agricultores protestam contra discriminação ideológica. *Correio Sulino*. Tubarão, 17 de agosto de 1963.

acrescenta, diminui, modifica a cada momento e em cada lugar a si mesmo e a cada coisa com a qual se relacione em uma rede múltipla, móvel, dinâmica, infinita... o poder é produção em ato, é a imanência da produtividade. (POGREBINSCHI, 2004, p.199).

Uma outra prática expansiva da Frente Agrária Catarinense, eram os discursos na Rádio Tubá - ZY09, emissora da Diocese de Tubarão. Juntamente do Padre Raimundo Ghisoni, Osni foi um dos compradores da rádio, que naquele momento não poderia ter como proprietária uma pessoa jurídica. Rosenbrock (2022), destaca que “[...] durante a FAC, os microfones usados por mim, foram um dos principais veículos de difusão das propostas de sindicalização e cooperativismo dos produtores agrícolas do Sul do Estado.” Inclusive é diante dos microfones e discursos que podemos entender a liderança de Osni a luz da Doutrina Social Católica e a dignidade humana – caracterizando a justiça comunitária, os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural visando o progresso e o desenvolvimento nacional, ambas características presentes nas encíclicas de João XXIII. Dessa forma, o seguinte recorte pode auxiliar na compreensão da germinação de uma espécie de antítese aos dispositivos disciplinares e biopolíticos da diocese de Tubarão:

Está regulamentado, o Estatuto do Trabalhador Rural do Brasil, e com esta regulamentação, dentro de pouco tempo, estaremos vendo funcionar o fundo de Assistência e Previdência [...] dando ao operário da roça do Brasil, o seguro que ele necessita [...] amparando a família do lavrador, dando-lhe todas aquelas reservas imprescindíveis com as quais ele deve contar, para engrandecer o mundo rural de nosso imenso Brasil vivemos num país democrata, num país de liberdade, num país de livre iniciativa [...] Deus Nosso Senhor, vela, para que a Justiça, impere, dentro da sociedade brasileira, impedindo que forças outras ocultas e esdrúxulas, venham a fazer comoção a base de toda a vivência brasileira, base esta que é Justiça, que é direito, que é encômio a dignidade da pessoa humana. [...] Estamos tranquilos. Tranquilos devemos prosseguir, como sobressaltados, não nos sentiremos, na hora em que a Justiça Divina e Humana se decidir pelo bem-estar dos pobres e dos necessitados. (ROSENBROCK, 1963).⁴⁷

Oficialmente foram criadas nos anos de 1963 e 1964 as Cooperativas nas cidades de Turvo, Meleiro e Orleans. Havia ainda a intenção de expandir a Frente Agrária Catarinense para outras regiões: “já no início de 1964, iniciei a expansão da FAC para outras regiões. Saliento que com esse intuito, estive em Guaramirim e em uma comunidade de Joinville.” (ROSENBROCK, 2022). Seriam promovidos dois tipos de sindicatos em cada município: Os Sindicatos de pequenos proprietários e os Sindicatos dos Empregados Rurais, podendo se estender aos Sindicatos dos Empregadores e Pecuaristas⁴⁸. Quanto a abertura das instituições,

⁴⁷ Padre Osni – P/Rádio Tuba – 16/11/1963

⁴⁸ Idem (7)

em anotações no Livro do Tombo da Diocese de Tubarão, a abril de 1964, o bispo Anselmo Pietrulla registrava: “[...], o P. Osni Rosenbrock, organizador da Frente Agrária Catarinense, que por enquanto abrange apenas a região desta diocese e na qual conseguiu organizar 24 sindicatos [...]”. É evidente que o movimento rural-sindical católico estava se desenvolvendo e se consolidando a partir das proximidades da sua célula germinadora⁴⁹, novamente esse dispositivo agia com sucesso, ocupando lacunas perante as dificuldades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A instauração do sindicalismo e cooperativismo incentivados pela FAC pode nos fazer refletir sobre o incentivo disciplinar e o autogoverno na biopolítica, que Foucault (2005) analisa. Ou seja, reuniam-se, descreviam suas rotinas, seus anseios, seguidamente criavam mecanismos para a melhoria de suas realidades – nesse caso seria o desenvolvimento infraestrutural e a distribuição equilibrada das propriedades com um órgão abalizador, desde que no modo dócil e pacifista. Percebe-se com um olhar não necessariamente tão apurado, o entrecruzamento constante dos dois mecanismos:

[...] esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar, o outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Isso lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população são articulados um com o outro. (FOUCAULT, 2005, p. 299).

Curiosamente dos meses de junho a outubro de 1964, as notícias referentes a organização constantes no Correio Sulino tomam um hiato, tornando-se notável mudanças referentes ao direcionamento, e até um pouco menos ativo do movimento. Percebe-se que o trabalho feito até então individualmente por Osni em sua ligação institucional a políticos tais como Darci Ribeiro, passa a ser acompanhado de um técnico agrícola. “[...] Afonso Back, agrônomo [...] foi finalizada a campanha de adesões à cooperativa dos lavradores do município de Orleans, dias 28 e 29 de outubro. Padre Osni e Dr. Afonso Back, percorreram as últimas localidades. [...]” (CORREIO SULINO, 1964). Quanto ao direcionamento, algo estava em transformação – especifica-se a delegação de funções, o que por um lado visualiza-se favorável levando em conta o número de paróquias e localidades da Diocese sul do estado:

Convidado pelo Padre Osni, virá trabalhar na central de Tubarão da FAC, o secretário do sindicato de Pedras Grandes, nosso companheiro Antônio Bento. [...] Será sem dúvida de enorme valia na coordenação da Frente Agrária Catarinense, seus sindicatos e cooperativas. Antônio Bento iniciará suas funções no dia 1º de novembro e terá

⁴⁹ “Conseguiu a fundação de 24 Sindicatos Rurais com mais de 30.000 agricultores e o regimento de 5 Cooperativas” (PIETRULLA, 1965, p.56).

como trabalho primordial a visitação às sedes sindicais e cooperativas. (CORREIO SULINO, 1964).

Em meados de 1965, já não se fazem mais menções ao Pároco nas notícias referentes a FAC – Voz ativa nas matérias relacionadas ao movimento, descritas no Jornal Correio Sulino⁵⁰. Era maio daquele ano, divulga-se a nova liderança: “Em recentes entendimentos foi nomeado diretor do Movimento Cooperativo o Dr. Afonso Back, secretário – Mário Uliano, e assistente eclesiástico – Padre Frei Eusébio Chaves.”⁵¹

Nos idos da segunda metade de 1965, já não haviam mais informações sobre a Frente Agrária Catarinense e suas atividades na publicação semanal. O que se nota na realidade nos anos posteriores ainda é a preocupação de caráter sucinto na Diocese de Tubarão/SC⁵²⁵³ com os jovens agricultores, porém, nada lá muito ativo tal como visto em momentos anteriores.

Eis os célebres *silêncios ensurdecidores*.

Perante as fontes que possuímos, prosseguindo atividade comparativa com as Frentes Agrárias do Rio Grande do Sul (FAG) e Paraná (FAP), sua duração e consistência foram breves. O que envolve essa disparidade? Osni Rosenbrock, em entrevista no ano de 2022, afirma que uma das razões para o baixo número de sindicatos e cooperativas era o grande número de localidades da região, ou seja, muita demanda para o sacerdote em seu Ford-40; seria apenas isso ou a impossibilidade de crescer o movimento para outras partes do estado? Alguma relação com os rumos políticos que o país tomava nos anos de 1962-1965? Finalmente, podemos nos encaminhar ao fio condutor que liga a breve Frente Agrária Catarinense aos movimentos no Campo de Pirituba em Tubarão/SC, proximidades da BR-101, município do sul de Santa Catarina. Há assim a possibilidade de materializar como o plano disciplinador e biopolítico da diocese tubaronense teve êxito desde sua implantação (1955), ele está envolto em um modo centralizado no campo religioso e hierárquico. Porém, há de se pensar que foi um processo meramente pacífico sem resistência do núcleo camponês?

⁵⁰ Definia-se como um Semanário Católico a serviço da coletividade cristã.

⁵¹ Notícias da Frente Agrária. *Correio Sulino*. 22 de maio de 1965.

⁵² JAC Presente em Nossa Diocese e Ação Católica. *Diocese em Foco*. 1966.

⁵³ Seminário de Reforma Agrária. *Diocese em Foco*. 1968.



QUEREMOS DEUS HOMENS INGRATOS: FAC E O “HOLOCAUSTO” DE PADRE OSNI



4 QUEREMOS DEUS HOMENS INGRATOS: FAC E O “HOLOCAUSTO” DE PADRE OSNI

4.1 PIRITUBA: CAMPO DE GUERRA – ABERTURA DE UMA CANCELA

Domingo, 3 de novembro de 1963⁵⁴... O que se esperar nas imediações da Fazenda Revoredo⁵⁵ em Tubarão/SC? Certamente mais um pacato “dia do senhor”, reservado ao descanso do corpo e alma na melhor das concepções neoplatônicas e cristãs. Acordar um pouco mais tarde, vestir a melhor roupa, ir com a família na igreja e por fim, o descanso merecido, aquele tão imaginado após a pesada labuta do trabalho no campo; além do mais, a semana de calor não havia facilitado a árdua e calejada rotina no Campo de Pirituba.

Augustinho de Souza, jovem criciumense de 21 anos, morador da Avenida Metropolitana, é trabalhador nas famosas minas do município do Carvão, cerca de cinquenta quilômetros da cidade de Tubarão. Sua função na guarda da Fazenda Revoredo provavelmente tem objetivo do levantamento de um rendimento extra? Bem, o conhecimento que temos de certeza, vem de encontro ao meio-dia (12 horas) daquele três de novembro. Augustinho, juntamente ao colega que o acompanhava na casa da cancela principal, dormiam provavelmente depois do almoço, aquele que excede a satisfação e põe o metabolismo em intensa função. Porém, a interrupção: notam a chegada de “muita gente”, fato no mínimo atípico para aquele dia. A preocupação torna-se fato com a entrada de muita “dessa gente” na propriedade. O rangido da cancela, parece adquirir sonetos de liberdade.

Deitado no pasto, relaxando próximo a entrada do Campo de Pirituba, o 3º membro da guarda naquele domingo, Pedro Prudêncio, aparentemente buscava ar puro em detrimento do trabalho insalubre nas minas de Criciúma. No auge dos seus 23 anos, sem dúvidas, possuía o conhecimento dos benefícios de dormir em uma boa sombra, ainda mais, ao meio-dia de um domingo. Toma lugar da cena bucólica a chegada de três garotos, essa mesma evidenciada pelo chefe da guarda, Roldão Schumann Ribeiro, 22 anos, morador da Fazenda Revoredo. Os jovens Pedro e Roldão, diante de função e curiosidade humana, questionaram às crianças sua razão de ali se encontrarem, e é bem provável que o pensamento dos vigilantes sobre essa reunião, ainda

⁵⁴ O relato introdutório, baseia-se essencialmente no Sumário de Culpa nº 2185, da Justiça da Comarca de Tubarão contra os réus: Pe. Osni Rosenbrock, Serafim Antônio Machado, Pedro Elias e Lourival Lima de Medeiros à 20 de fevereiro de 1964.

⁵⁵ A propriedade em litígio, é usada e tem sua nomenclatura nas duas formas: Campo de Pirituba e Fazenda Revoredo.

que pequena, fosse negativa. Qual seria a travessura da vez? Alegaram os meninos que estavam a aguardar uma reunião, que esse encontro seria ali mesmo no Campo da Fazenda, liderado pelo Padre Osni Rosenbrock⁵⁶. A total falta de créditos aos testemunhos neófitos não perdura, com a chegada de centenas de pessoas ao local, que até as 15:30 desciam de lotações em caminhões, chegando a ser contabilizados em “mais ou menos” 2 mil pessoas por um jovem bancário de 26 anos – Vitoldo Borges de Oliveira, escutava o jogo de futebol próximo dali, na casa do posto Suinicultura, certamente era a repetição de sinal de uma partida do Campeonato Carioca ou Gaúcho de 1963 já em suas partidas decisivas. Por fim, Schumman alegou a Prudência, que por precaução iria ao Centro da cidade, pedir assistência a polícia, afinal, a qualquer momento poderia ocorrer “encrenca”.

Já os senhores José Tomaz Demétrio (56) e Walter José Demétrio (26), respectivos pai e filho saíam de caminhão por volta das 13hrs daquele domingo. Estavam indo visitar no bairro Caçador, a filha e o neto adoentado de José. Walter assumia o volante do caminhão, a curiosidade comum estabelecida é: José possuía medo, ou estava apenas sendo atingido por preguiça ocasional de dirigir? De passagem por um café no trecho, avistam uma multidão de pessoas que imediatamente os faz parar. O grupo força-os a dar carona até a Fazenda Revoredo, pensam em recusar, mas o melhor para o momento era evitar confusão, afinal, já haviam cerca de 80 pessoas invadido o caminhão. Pai e filho perguntam aos desconhecidos para onde estão indo, a resposta já não é novidade nesse relato até aqui: estavam indo a uma “reunião de padres” liderada pelo Padre Osni.

No dia seguinte, 4 de novembro de 1964, acompanhados de autoridades policiais, os peritos-mecânicos Venício Figueredo e João Belmiro oficializam seu registro no auto de exame do Sumário de Culpa. Chegam ao Campo Pirituba e notam a casa residencial, certamente onde se encontravam a guarda no dia anterior. E bem, cinzas... havia sido totalmente queimada segundo testemunhas, com o auxílio de mato seco e gasolina. O Juiz de direito da 1ª vara, Comarca de Tubarão: Waldyr Pederneiras Taulois, igualmente afirma que dentre as centenas de pessoas, invadiram a fazenda, subjugaram os guardas e além da casa, incendiaram uma draga, confirmada por Venício e João. Os peritos seguindo ao local da divisa da Fazenda Revoredo com o campo de Pirituba, cerca de 2km da casa, notaram que, a draga também foi

⁵⁶ A grafia correta é Osny Rosenbrock. Ao longo da exposição, usa-se “Osni Rosenbrock”, ou com a adição de Carlos. A razão se dá pelas fontes de imprensa, obras e registros que empregam ora a 1ª opção de nome, ora o 2ª “Osni Carlos Rosenbrock.” Conforme entrevista com mesmo, não se emprega Carlos e finaliza com Y. Usamos dessa abordagem como ponte de veracidade e relação na pesquisa.

danificada, tendo algumas peças jogadas no valo denotativo da divisa. Era o que poderia se esperar de uma simples ou banal reunião corriqueira?

Figura 11: Vista da draga. Observa-se troncos dentro e na base do maquinário, sido colocados como alavancas pelos posseiros a fins de quebrar as peças. (1963)



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Figura 12: Pontilhão que atravessa a vala (1963)



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Figura 13: Vista da casa de madeira que fora queimada pelos posseiros (1963)



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Tendo o tumulto dado seus ares por volta das 16 horas daquele domingo, os guardas Pedro, Augustinho, além do seu colega, foram revistados e desarmados, recebendo acusações de o quanto sua função e cumprimento das ordens que recebiam, tinha como intuito o “mal para a pobreza”. A única ordem que deveriam ficar atentos para aquele momento era quanto a sua tranquilidade, caso quisessem sua integridade física intacta. Maria Silveira Nunes, 23 anos, residia na extrema com a Fazenda Revoredo e fica com medo, pois assiste toda aquela gente colocando fogo na casa adentro do Campo, tendo a possibilidade de as chamas alcançarem a sua moradia. Dentre alguns depoimentos, afirmavam a ordem intrínseca de Padre Osni para a queimada da casa e até a nulidade de tal pecado. Entoando, todo aquele povo cantava “Queremos Deus homens ingratos”. Em seguida ao fogo ter consumido a casa, Osni Rosenbrock apareceu, saindo de um jeep azul ao som das palmas da multidão.

O Revdo. Padre Osni Rosenbrock, assumiu como coadjutor na paróquia da Catedral de Tubarão em janeiro de 1959. Jovem, aos seus 34 anos estava no ápice da vontade de mutabilidade social e espiritual. Tendo já convocado os usuários da Frente Agrária Catarinense por duas vezes nas terras, não redundou em reuniões, certamente pelo baixo número de pessoas na organização do movimento. Bem, o domingo três de novembro, havia sido diferente. Chegou tarde dos municípios de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, eram 16:45, observa o tumulto no Campo Pirituba juntamente a casa queimada, alegando que barbaridade havia sido aquela ali feita? seria impossível uma reunião. Rosenbrock afirmou em declaração, que considerou toda

aquela situação uma psicose de massa sofredora que se sentiu forte para reagir. Vitoldo, o bancário, testemunhou a seguinte fala de Osni: “É um sinal porque vocês não estão dormindo”. A multidão já se reunia aos montes nas proximidades da draga, enquanto enfurecidos a dinamitaram, pondo um fim temporário ao instrumento simbólico de sua exclusão e opressão.

Seguindo as palavras inspiradoras de Carlo Ginzburg em “Latitudes, escravos e a Bíblia” (2007): Pode o caso de 3 de novembro de 1963 no Campo Pirituba, se explorado em profundidade, ser teoricamente relevante? a grande verdade é que “Às vezes, uma história de pessoa(s) vem abalar as certezas adquiridas sobre o conjunto dos fenômenos ditos coletivos (FARGE, 2017, p.91). Assim, ao pensarmos nessa condição, o ato de explorar o acontecimento que pode ser considerado meramente banal, auxilia na reflexão de como determinadas trajetórias possuem sua excepcionalidade – ao mesmo tempo que só há interpretação íntegra levando em consideração a interação e a inserção dos mais diferentes grupos sociais, temos assim, uma via de duas pistas no mesmo sentido. Levando em consideração as biografias e fatos, torna-se a investigação individualizada e humanizada.

Como lidamos nesse capítulo com documentações judiciais, há de sempre fixar empiricamente que as versões e testemunhos ali delimitados são provenientes de um propósito, ele é de ordem pública e nomeação de culpados segundo Farge (2017). Por isso, juntamente as fontes judiciais, utilizamos entrevistas, matérias da imprensa, além das anotações no Livro do Tombo diocesano de Tubarão. Ao mesmo tempo que se conta um privilégio possuir inúmeras documentações, temos ali também a responsabilidade de nos basearmos em inúmeras vezes além do âmbito policial. Criamos assim uma rede importantíssima para analisar esse campo simbólico/religioso da diocese e das instituições e grupos em disputa pelo mesmo.

O silêncio de exatos 60 anos dos fatos a serem aqui analisados é o que mais salta aos olhos, visto sua tamanha dimensão em proporções regional, estadual, nacional e porque não mundial? É o processo de resistência ancorado em justiça social e dignidade, é a iniciativa de Padre Osni Rosenbrock junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais diante do dispositivo biopolítico da Segurança, Território e População da diocese Sulcatarinense.

4.2 EBULIÇÃO NA FAZENDA REVOREDO

A região de Tubarão no sul de Santa Catarina em pleno 2024, encontra-se de certo modo “preservada” quanto ao que poderíamos chamar de paisagem atlântica juntamente as pastagens. Saindo do município de São Ludgero, a partir das imediações de Gravatal à Capivari, trajeto este que permeia a rodovia estadual SC-370, percebe-se majoritariamente a cultura extensiva do gado em latifúndios. Característica que não destoia intensamente da realidade regional nos meados dos anos de 1960 no “Campo Pirituba”, e mais especificamente daquele domingo 3 de novembro de 1963, conforme consta no semanal “Correio Sulino⁵⁷” e confirmada como “[...] fértil sesmaria, situada à esquerda de quem, pela BR 101 demanda a Eletrosul.” (BIFF, 1996, p.44).

Historicamente, essa extensão de terras no princípio dos anos de 1800, pertenceu a Lourêngo Demétrio, fidalgo que veio com a família real portuguesa para o Brasil, consequência das Guerras Napoleônicas. Porém, a reveladora verdade é que a posse daquelas terras sempre foi do povo, “[...] pois que seus proprietários, jamais, usaram dos terrenos, o que está comprovado no livro de tombo da Câmara Municipal de Laguna (1885).” (CORREIO SULINO, 1963). Padre Osni Rosenbrock (1963)⁵⁸, nesse viés igualmente, expõe a historicidade pedindo pela secagem das lágrimas das mães de Pirituba e do choro dos homens, usuários que utilizavam a terra, “desde o tempo de João VI.”

No ano de 1919, parte das terras foram compradas pela família Revoredo, área com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados: “A ausência dos Revoredo na área propiciou aos colonos pobres, sem-terra, vizinhos, o uso da gleba. Mais de três mil pessoas apascentavam cinco mil cabeças de gado neste fértil compáscuo.” (BIFF, 1996, p.44).

[...]os drs. Braz e Galeano de Revoredo, requereram do Estado 19 milhões de terras, que iriam de perto da cidade, até quase às margens do Rio Pirituba. A concessão, ao que sabe, foi dada, mas com as condições de os requerentes cultivarem a terra, transformando-as em colônias. No entretanto, nada fizeram aqueles proprietários. Durante algum tempo, fizeram uma pequena plantação de arroz, ocupando pouco mais de 20 hectares de terra. Depois, o sr. Ernesto Lacombe, montou ali uma charqueada, passando depois a uma pequena plantação de arroz. Pretendendo comprar a concessão dos Revoredos, o sr. Ernesto Lacombe, teve que fazer uma justificação, com depoimento de testemunha, provando que o terreno se achava quase todo cultivado, pois do contrário, teria sido considerada nula a venda do Estado para os Revoredos. Estes, depois que ficaram seguros do terreno não mais quiseram vender ao cel. Lacombe, tendo este ingressado em Juízo, contra o procedimento dos vendedores,

⁵⁷ Pirituba: Campo de Guerra. *Correio Sulino*. Tubarão, 9 de novembro de 1963.

⁵⁸ Encerramento do Caso Mandioca. Sumário de Culpa nº 2185, da Justiça da Comarca de Tubarão à 20 de fevereiro de 1964.

querendo cobrar despesas feitas, etc. Não sabemos em que pé ficou, mas o certo é que os Revoredos não tiveram a sua concessão anulada graças ao trabalho do sr. Ernesto Lacombe. (A IMPRENSA, 1957)⁵⁹

A área em discussão e litígio, não se originou essencialmente da compra das astutas ações dos “Irmãos Revoredo”. Conforme o *Correio Sulino* (1963), em 1924 o governo de Raulino Horn, acrescia junto a Fazenda Revoredo, áreas do campo de Pirituba, que pertenciam as famílias Viana, Goulart, e outras terras que continuavam sob posse pública, as mesmas onde estavam as cabeças de gado das tantas famílias. Esta posse nunca foi contestada até o ano de 1955, quando os Srs. Santos Guglielmi, Diomício Freitas⁶⁰ e Avelino Silvestre adquiriram a totalidade dessa propriedade. “Os novos proprietários da Revoredo, implantaram uma nova filosofia no latifúndio, então os bois dos outros foram parar em outros confins.” (BIFF, 1996, p.45). Esses novos proprietários tendo de fazer demarcação e verificação dos 19 milhões de terras comprados, impuseram a linha divisória avançando em terras que há décadas eram ocupadas pelo povo. “O caso é que uma grande faixa de terras dos Revoredos esteve por muitos anos abandonada e o povo as ocupou como pertencendo ao Campo do Pirituba. Os compradores querem e tem direito aos 19 milhões, mas o povo não pensa assim.” (A IMPRENSA, 1957). O informativo ainda conclui expressando urgente intervenção do governo afins de evitar mortes e desastres aos envolvidos.

Com a nova filosofia reinante na propriedade, os tumultos tornaram-se inevitáveis, materializados aparentemente por uma primeira situação ao entardecer de uma quinta-feira, 13 de junho de 1957. Nos informa “A Imprensa” (1957), que um grupo de cerca de 100 pessoas, liderados pelo advogado Walter Francisco da Silva⁶¹ – “em discurso feito na rádio Tubá, desta cidade assumiu a responsabilidade do movimento.[...] a Fazenda Revoredo está dentro do campo do Pirituba [...] o povo tem o direito de reagir da maneira que estiver ao seu alcance” – invadiu a Fazenda Revoredo, protestando diante das cercas e valos implantados no criadouro comunitário, praticamente todo tomado pelos proprietários da Fazenda. Era o cansaço dos criadores e agricultores, refletido em revolta estando a requerer seus direitos constantemente

⁵⁹ O Campo de Pirituba e a Fazenda Revoredo. *A Imprensa*. Tubarão, 22 de junho de 1957.

⁶⁰ Em 1948 Santos Guglielmi e Diomício Freitas registravam sua primeira empresa: a Sociedade Carbonífera Rio Caeté, em Urussanga. No início da década de 50 adquiriram a Carbonífera Cocal, com uma boca de mina em Cocal e outra na Vila Visconde, em Criciúma. Em 1959 fecham a compra da Carbonífera Metropolitana, no Rio de Janeiro, pertencente até então ao empresário Milton Euvaldo Lodi. (CARBONÍFERA METROPOLITANA, HISTÓRICO).

⁶¹ Nasceu em Laguna/SC. [...] Formado em Direito. Foi Delegado Especial de Polícia em Imaruí/SC (nomeado em 1954) e, depois, fixou-se na capital catarinense, Florianópolis/SC, onde exerceu a advocacia. Pelo Partido de Representação Popular (PRP), disputou vaga de Deputado Estadual à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com 1.617 votos, ficou suplente e foi convocado para a 4ª Legislatura (1959-1963). (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022)

postergados.⁶² Naquele dia os proprietários da fazenda telegrafaram a Florianópolis pedindo reforço militar, e ali, antes da chegada do agrupamento o periódico afirma que além das cercas, destruíram casas e ainda confraternizaram com uma “churrascada” (dramatização aparentemente jocosa), com a chegada de duas mil pessoas.

“Nova Invasão da Fazenda Revoredo” estampa a capa do periódico “A Imprensa” de 31 de agosto de 1957. Teria sido a terceira ou quarta vez já naquele ano: “prenderam os capangas da Fazenda, tomaram-lhes as armas de fogo e levaram-nos amarrados até Baixo Capivari. Foi uma verdadeira cena de filme faroeste, onde os bandidos foram presos e amarrados.” Novamente, redige-se reivindicação chamando a atenção do Governo do Estado de Santa Catarina por alguma tratativa da solução urgentemente em detrimento da lentidão judiciária. Percebe-se aquele ano de 1957 como implosivo em suas agitações, afinal é de se fazer minimamente um esforço imaginativo: Quão estupefatos ficaram os habitantes tubaronenses diante de uma região pacata tal qual a da Diocese do sul do estado? Há aqui novamente a questão de relacionar com a implantação do dispositivo biopolítico (episcopado) na região – uma estratégia que estivesse salvaguardando as propriedades da falta de paz pelos conflitos gerados.

Nos meses de março-abril em 1958, conforme consta no “Complemento dos Autos” do Sumário de Culpa nº 2185 (1964), o Sr. Avelino Silvestre, proprietário da Fazenda Revoredo, apresentou queixa original ao suposto roubo de armas de caça:

[...] Tendo o Sr. João Leopoldino de Souza, 2º suplente desta Delegacia Regional, feito a entra a esta autoridade de seis armas de fogo, sendo duas espingardas de caça e quatro armas raidas de calibre 44, tipo rifle, as quais encontrou enterradas no solo da propriedade de Bento Medeiros no momento em que efetuava uma deligência policial [...]. (JUSTIÇA DA COMARCA DE TUBARÃO, 1964, p.41).

Complementando o roubo dessas armas no Sumário de Culpa, Walmor Marcos Romancini (1964), descreve que viu Serafim Antônio Machado, trazendo as costas algumas armas de fogo, sendo confirmado posteriormente, afinal, Serafim (JUSTIÇA DA COMARCA DE TUBARÃO, 1964) “fez a entrega a autoridade de seis armas, sendo duas espingardas de caça, e quatro armas de guerra, isto é, três Winchester e um mosquetão [...] declarou que as armas não foram roubadas, e sim, entregues a ele por Walmor [...]”. Independentemente do testemunho verídico de Serafim ou Walmor, porque estariam agricultores, usuários do Campo

⁶² [...] cometeu depredações nas cercas e soltando grande quantidade de gado. O ato foi praticado sob a alegação de que dita fazenda se encontra em terreno do povo, no chamado Campo de Pirituba. (A IMPRENSA, 1957).

de Pirituba escondendo esse armamento? Uma nova investida? Enfraquecimento da segurança na fazenda? Certo é que após a superação desses episódios, piores viriam nos anos seguintes.

Convém a citação do advogado que liderou a favor dos posseiros nesses primeiros anos dos conflitos, Walter Francisco da Silva. Ligado a política catarinense, deputado suplente no mandato (1959-1963), certamente possuidor de uma cartela de contatos, leva o projeto e a situação do litígio Campo Pirituba x Fazenda Revoredo aos meios legislativos:

O Deputado Olice Caldas, Líder da Bancada do PTB, tem a honra e a satisfação de informar, que em sessão de 28 de março do corrente ano, apresentou a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, projeto de lei que <<Declara de Utilidade Pública>>, para fins sociais, a área aproximadamente de 800 hectares de terras pertencente à <<Fazenda Revoredo>> no município de Tubarão[...] Art. 2º - O imóvel objeto desta lei será aproveitado para criação de gado, sendo parte integrante do campáscuo Pirituba, ficando subordinado ao Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (I.R.A.S.C), obedecendo às suas normas técnicas, estudos e planejamentos [...] (CORREIO SULINO, 1957, p.10).⁶³

O texto de possível autoria do próprio Walter Francisco, vem trazer luzes a esse projeto que estava em trâmite. Esclareceu também alguns anos depois sobre o recém-criado Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) a 9 de dezembro de 1961 – visando reparar os defeitos das concessões de latifúndios, corrigir a estrutura dos minifúndios, extinção de inoperantes departamentos de terra e etc. Diante da relevância do IRASC afirma que a Fazenda Revoredo não pode ser exceção a aplicação dessa nova lei agrária. Conclui com um histórico de solicitação já do ano de 1951 por parte do vereador tubaronense Idalino Fretta, propondo ao Governador Irineu Bornhausen a desapropriação da Fazenda Revoredo, a mesma possuindo área de 17.000.000 m², improdutiva e abandonada por seus proprietários na época.

Era prevista para o dia 20/04/1962, reunião com os posseiros do Campo de Pirituba. Quem direcionou foi o Deputado Olice Caldas, autor do projeto de desapropriação. “A reunião teve caráter pacífico, não se registrando qualquer atentado à ordem dos trabalhos. [...] fizeram uso da palavra, [...] o advogado Walter Francisco da Silva, que já de longa data vem representando os interesses dos posseiros.” (CORREIO SULINO, 1962). É de notar que havia toda uma tentativa pacífica dentro dos ditames legais para a mudança de realidade dos posseiros – Interesses políticos e de barganha estavam em jogo sem dúvidas – a realidade é que certamente o destino final desse projeto foi em uma gaveta tomada de traças com outros escritos escusos. Esmorecia assim mais uma vez a esperança das famílias usuárias daquelas terras. Precisava-se de algo mais, uma movimentação legitimada por uma organização globalizante

⁶³ A Pedidos – Encampação do Campo do Pirituba. *Correio Sulino*. Tubarão, 14 de abril de 1962.

que ao mesmo tempo soubesse a rotina dos necessitados, que estivesse ali com eles, aliados por um ideal metafísico.

Nos anos de 1962/1963 um impacto profundo aos posseiros do Campo de Pirituba, quando aglomerados protestando em frente ao prédio da Delegacia Regional “[...] o chefe dos sem-terra foi sumariamente executado a bala pela polícia. Ato de barbárie que ainda hoje, passados trinta e três anos é amaldiçoado. Fiz parte da missa de corpo presente do líder [...]” (BIFF, 1996, p.45). Conforme as fontes aqui citadas, as reações ao assassinato foram de um silêncio inflamável, resultando na “maldição” e acúmulo das mágoas desse povo que buscava resolução dos seus problemas. Há necessidade de buscar ainda mais informações sobre esse atentado que se coloca oculto nos periódicos e processos. O que se pode afirmar, é que os posseiros continuaram resistindo nos meses seguintes:

Já há anos verificam-se outros choques de grande repercussão, ali culminando na queima e destruição intencional de prédios nela localizados, além da danificação de benfeitorias. Superados, depois, esses episódios, continuou o terreno a ser utilizado por criadores e agricultores desta região, tendo a contrariar-lhes as atividades, unicamente a ação do grupo econômico que se intitula dono das mesmas terras. (CORREIO SULINO, 1963, p.1).

A precipitação na nova crise chega à segunda metade de outubro em 1963. Os posseiros utilizavam uma ponte no imóvel, seu objetivo era o trânsito do gado, essa mesma, com a ordem dos proprietários de ser derrubada. A intenção a princípio foi “[...] barrada por usuários da área, que alegavam não pertencer à <<Fazenda Revoredo>> a parte em que se localizava a citada obra. Mesmo diante esses protestos a ponte foi demolida sob vigilância e garantia [...] da Polícia Militar...” (CORREIO SULINO, 1963, p.1). Eis uma nova crise instalada após curto espaço de silêncio.

O campo de Pirituba em Guerra no fatídico 3 de novembro de 1963, não foi determinado de uma ação incomum, muito pelo contrário era uma resposta, um grito desesperado originado principalmente no ano de 1955, consequência da compra das terras pelo trio capitalista e a espera de ofertas rentáveis por parte dos Irmãos Revoredo. Essa sessão teve o indicativo da investigação e medição dos atos inflamáveis praticados pelos posseiros, que possuem uma significância interessante na luta por Reforma Agrária no sul do Brasil. A partir de agora poderemos esmiuçar a Frente Agrária Catarinense (FAC) e sua ligação com a implosão no Campo de Pirituba pela figura de liderança de Padre Osni, famoso entre os agricultores por sua organização das Semanas Ruralistas da Diocese de Tubarão (1955-1959), dos discursos na Rádio Tubá e organização de eventos em prol dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

4.3 O CALVÁRIO DA FRENTE AGRÁRIA CATARINENSE (1962-1965)

Imaginam os simples de espírito que as grandes dimensões dos fenômenos sociais são uma excelente ocasião de penetrar mais além na alma humana; deveriam antes reconhecer que só descendo em profundidade numa individualidade é que teriam probabilidades de compreender tais fenômenos. (GINZBURG, p.97, 2007).

Um elo conduz diretamente a breve existência da Frente Agrária Catarinense (FAC), com os movimentos “atípicos” no Campo de Pirituba naquele domingo de 1963, anormais para um novembro de primavera. Esse fio que em um primeiro olhar refere-se a uma ocorrência banal, a um “causo”, porém demonstra-se muito mais amplo e cientificamente discutível, ultrapassando os entraves regionais e estaduais. Henrique E. Lima, em Cardoso e Vainfas (2012), traz a decodificação da micro-história, como o conjunto de ferramentas atuantes ao trabalho microscópico. Esse ofício revisa questões não vistas ou esmiuçadas com objetivos no mínimo ambiciosos.

Um aprofundamento do envolvimento de Osni Rosenbrock nas questões sociais em fim dos anos de 1950 e meados de 1960 junto a sua liderança se faz necessária. Não para ocultar a vivências dos lavradores e exclusivamente aludir a trajetória de alguém ligado a produção simbólica-sacerdotal, mas sim, como o caminhar individual eclode em novas percepções de um movimento tido como “homogêneo” e apaziguador na região – sinônimo de sucesso do direcionamento nacional-desenvolvimentista da Diocese. Definitivamente, tenta-se praticar um “reexame da ideia de “contexto” como um modelo geral e um enquadramento predefinido onde cada problema histórico encontra seu lugar natural. (LIMA, 2015, p.13). Conforme método da microanálise utilizado em Vendrame (2016), a trajetória de um indivíduo permite ter alcance do mundo em que atuaram os agricultores e agricultoras do sul do estado de Santa Catarina naqueles anos. Apontam-se aqui as estratégias sucedidas e fracassadas, além das complexidades existentes num pequeno universo que respondem e trazem novas interrogações em uma escala maior, e porque não, global? Nesse sentido, pensa-se a micro-história não como oposição a um grande quadro, mas como meio de contornar uma realidade preestabelecida.

Rosenbrock no ano de 2022, lembrou que em Tubarão no fim dos anos de 1950 e início de 1960 circulava com um burrinho recolhendo alimentos aos necessitados. Sempre se aplicou a ações de assistência social, dirigindo a STAN (Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados) e a Casa Menina Abandonada. Vale lembrar que a igreja latino-americana irá optar mais ativamente pelo desenvolvimento dos pobres no início dos anos de 1970, logo, estaria Osni antecipando alguns passos do que seria a normalidade na instituição católica nos

próximos anos? “propuseram um novo modelo: o padre como militante social [...] A oposição política, a luta por justiça social e a reforma das estruturas eclesiais interligaram-se.” (SERBIN, 2008, p.32).

Referente ao Campo de Pirituba, Rosenbrock (2022) afirma “Meu envolvimento com os problemas referentes à posse e ao usufruto da referida gleba, cedo foi uma das principais preocupações minhas.” Realçava o padre em discursos sua incredulidade ao pensar que Santa Catarina ainda mantivesse no seu corpo a mancha dos conflitos pela propriedade em Tubarão. O também sacerdote Claudino Biff (1996, p.45,), relembra sobre Osni. [...] Com seu amigo, Ministro Darci Ribeiro, traçou os planos para que a sesmaria Revoredo fosse desapropriada e dada “in totum” como compásco a quase três mil famílias, antigas usuárias da gleba. Parecia que tudo ia dar certo.”

Santa Catarina pode servir de modelo para o Brasil e para o mundo, é só correr o vale do Itajaí. É só correr regiões, como está aí de Forquilha, em que a maior propriedade tem dez hectares, contados pelos dedos, dez hectares, e todos vivem felizes, vivem prósperos [...] aqui já se faz Reforma Agrária... (ROSENBROCK, 1963).⁶⁴

O plano de Reforma Agrária Clássica incluído nas reformas de base, anunciadas em março de 1964 – escrito por Darcy Ribeiro, influenciado pelas ideias de Celso Furtado e liderado por João Goulart – possuía em si toda uma legitimação para a situação no campo público de Pirituba, que inclusive ficava nas extremas da BR-101, município de Tubarão. Essa modulação clássica de reforma, exemplo que funcionou em outras nações, embasava-se em um corpo desenvolvimentista, munido de um olhar para a indústria e o urbano. Visava a expansão do mercado interno ao consumo de manufaturas, ou seja, abarcava os ideais estratégicos na Doutrina Social Cristã das encíclicas de João XXIII, justificadas na busca de um capitalismo ético, novamente, aqui se observa os dispositivos da diocese em funcionamento:

Não era simplesmente dar terra para o camponês, o modelo fazia parte de um projeto desenvolvimentista mais amplo. Se tivesse dado certo, a reforma agrária de 1964 teria desenvolvido a indústria [...] essa desapropriação, no entanto, seria somente 10 km de cada lado das rodovias BRs, das ferrovias e dos lagos. [...] se o objetivo era incorporar essa grande massa camponesa pobre no mercado, eles tinham que estar perto do mercado”. Isto é, perto do mercado eram os 10 km até o asfalto ou até a linha do trem. Então, se o camponês recebesse terra a 10 km ficaria muito perto para poder vir de carroça, poder ajeitar com quem quiser e já está no asfalto, trazer os seus produtos. Furtado ainda falou: “nós vamos botar em todas as linhas dos 10 km, que não é muito, luz elétrica para todos”. A luz elétrica que sairia do asfalto e chegaria até o assentamento, ao lote do camponês, para sua família, atrás do fio elétrico, o que iria atrás? Os bens de consumo da indústria nacional, os eletrodomésticos. A família dos camponeses então iria comprar televisão, geladeira, máquina de lavar, o primeiro

⁶⁴ Encerramento do Caso Mandioca. Sumário de Culpa nº 2185, da Justiça da Comarca de Tubarão à 20 de fevereiro de 1964.

que compraria era o ferro de passar roupa elétrico porque ninguém iria aguentar mais passar roupa com carvão, entenderam? E isso seria um impulso para a indústria nacional e para o desenvolvimento econômico. (MORAES; FERREIRA, p.226-227, 2023).

Diante da asserção é de se validar que tal projeto sem sombra de dúvidas mudaria a situação dos posseiros do Pirituba, da cidade de Tubarão, quiçá da própria região da Diocese Sul de Santa Catarina. Uma reflexão interessante que João Pedro Stédile traz igualmente na entrevista com Moraes e Ferreira (2023), é o exercício de pensar a BR-116 que sai de Pelotas/RS e vai até Fortaleza/CE, imaginando que ao longo dela tivessem 10km de cada lado cheio de terrenos com agricultura camponesa – seria uma verdadeira revolução, claro que, contando com o incentivo da agroindústria estatal e as organizações em cooperativas. Certamente essa ligação de Osni Rosenbrock com Darcy Ribeiro, possui forte influência no direcionamento do litígio Pirituba x Revoredo, tanto em contexto desenvolvimentista, quanto em uma prática de mudança estrutural na figura de Ribeiro.

Contextualizando Vendrame (2016), a legitimidade do pároco Osni, vinha da ponte que o mesmo conseguia realizar entre esferas políticas, econômicas e sociais diferentes, auxiliando no processo de alcance dos objetivos da comunidade, nesse caso, a justiça agrária às famílias que utilizavam e protestavam o referido campo. Sem dúvidas a sua proximidade parecia ser de maior animosidade aos trabalhadores do campo, do que do advogado Walter Francisco da Silva, certamente em decorrência do fator do campo religioso. Aqui podemos analisar Rosenbrock com essa maleabilidade simbólica em Bourdieu (2011), visto que ao mesmo tempo que traz a legitimação institucional na figura do sacerdote, aplicando assim a segurança pela circunscrição do bispado tubaronense, ele também se alinha na função do profeta que adquire aceitação social, resistindo ao processo biopolítico diocesano. Observamos notavelmente a possibilidade de um mesmo indivíduo ocupar vários campos ao mesmo tempo.

“PIRITUBA: Campo de Guerra”, é a capa em caixa alta no Correio Sulino daquele sábado, 9 de novembro de 1963. A matéria que ocupa metade da folha inicial ainda introduz “Posseiros em desespero, incendiam casa e draga, exigindo desapropriação daquele extenso lougradouro público”. Não há dúvidas, a notícia abalou a pacata cidade de Tubarão e seus entornos, trazendo a localidade uma resposta da verdadeira realidade. Realidade essa, resultando das encíclicas de João XXIII, das discussões embasadas na Reforma Agrária e da própria injustiça sentida na pele dos lavradores, respectivo a subtração de suas terras – O projeto biopolítico da diocese de tubarão obteve a sua resistência materializado ali – A informação do Jornal descreve: cerca de 1000 integrantes das famílias usuárias do Campo de Pirituba, concentraram-se na divisa da propriedade do último domingo 3 de novembro. Atendiam o

convite de Padre Osni Rosenbrock, dirigente da Frente Agrária Catarinense (FAC), que há meses buscavam a conciliação da tensão no local, o que define em si a ideologia imperante da Doutrina Social Cristã no corpo do movimento, mas também da incorporação do pensamento social-libertário que tomaria lugar nas discussões teológicas dos anos que ali viriam.

Aguardava-se a chegada do sacerdote da FAC ao local, quando se registrou o primeiro tumulto. Padre Osni se encontrava em Rio Fortuna, na tarde fatídica. Dirigia-se em direção a Tubarão. Antes de atingir esta cidade, porém, levas de posseiros, mostrando-se de ânimo alterado e criticando em fortes brados a atuação dos capitalistas que ali haviam colocado elementos para guardar as entradas do imóvel. Encaminharam-se, em bandos numerosos, a uma das casas edificadas no Campo para a residência desses guardas, e atearam-lhe fogo, carbonizando-a inteiramente. (CORREIO SULINO, 1963, p.1).

Figura 14: Cinzas e restos da casa que fora queimada (1963)



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Claudino Biff (1996) descreve que Osni não consegue acreditar naquilo que seus olhos presenciavam ao chegar naquele domingo fim de tarde. Aludindo ao 3 de novembro de 1963, relembra dos fatos o líder da Frente Agrária Catarinense (FAC):

Num domingo, depois que celebrara missa em Santa Rosa de Lima⁶⁵, orientando os lavradores, retornei a Tubarão. No trajeto, passando à margem do Pirituba, deparei-me com grande número de pessoas. Parei o carro e imediatamente fui abraçado pelos líderes do movimento e ingressamos no campo.

⁶⁵ Cidade limítrofe ao município de Rio Fortuna/SC

Eles ali se encontravam para protestar contra o governo, que decidira vender a gleba a dois ricos proprietários de minas de carvão de Criciúma: Diomício Freitas e Santos Guglielmi. Tais senhores, inclusive, já haviam instalado dragas no campo, que impedissem acessos dos pobres explorados.

A represália foi uma só: dinamitaram as dragas e incendiaram a casa do administrador. (ROSENBROCK, 2022).

Figura 15: Guindaste colocado dentro da vala pelos posseiros da FAC.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

Foi imputada ao Padre Osni toda a culpa, voltando-se ao mesmo a responsabilidade da invasão. Segundo o ex-sacerdote após as ocorrências do 03 de novembro, “inicia-se o seu calvário”, ou nas palavras de Claudino Biff (1996), o diabo e os seus se meteram no jogo, e ali começou o holocausto de Osni e os excluídos.

Porque que aqueles senhores ricos proprietários não organizem uma cooperativa de produtores, transformem aqueles produtores. Juntamente com eles, façam a medição da vaga em que cada um trabalha, e lhes deem o título de propriedade, e eles também vão comungar com vocês na solução dos problemas e no progresso daquela região, e não isso, botar draga para cortar a entrada dos lavradores, botar os animais para fora, e quero, queira Deus, que não venha por aí, o maldito fogo também. (ROSENBROCK, 1963).⁶⁶

⁶⁶ Encerramento do Caso Mandioca. Sumário de Culpa nº 2185, da Justiça da Comarca de Tubarão à 20 de fevereiro de 1964.

O Sacerdote passa a usar por debaixo da sua batina um revólver, seguidas ameaças dos dois compradores Criciumenses. Convém aqui, a relação do sofrimento do Cristo com o sofrimento do sacerdote, líder máximo da Frente Agrária estando entre os 3 sacerdotes presos no estado de Santa Catarina na Ditadura Militar: “Osni Carlos Rosenbrock, vigário de Tubarão, preso em 1964 por ajudar na organização do Sindicato Rural” (AGÊNCIAL AL, 2015). Em anotações no Livro do Tombo da Diocese de Tubarão pode-se encontrar:

[...], mas o seu temperamento descontrolado levou-o sempre de novo a excessos, imprudências e a situações perigosas. Foi responsabilizado pela invasão da Fazenda “Revoredo”, muitos revoltosos incendiaram uma casa e uma draga. O processo instaurado contra ele não chegou ao julgamento, graças à intervenção do Vigário Peters, tendo sido de novo protelado.

Sua [...] disfarçada aproximação aos esquerdistas e imitação da linguagem destes, a fim de obter aceites da Revolução e registro dos Sindicatos Rurais fundados por ele – além do caso acima referido – fizeram com que fosse denominado de “perigoso” [...]. (PIETRULLA, 1965, p.55).

Com o golpe militar de 1964, o aparelho estatal e seus agentes foram transpassados pelo medo comunista, e é perceptível que isso atinge o sul de Santa Catarina, incidindo diretamente ao clero católico na figura sacerdotal líder do movimento rural. Pode-se perceber que havia um entendimento por um lado, do qual Osni não seria um “elemento esquerdista”, e sim, utilizava figuras de linguagem relacionada aos movimentos de mudança estrutural a fins de convencimento ideológico e convocatório para a Frente Agrária. Já por outro lado, sua aproximação com o Ministro Darcy Ribeiro, tal qual citado pelo seu amigo Claudino Biff (1996), abre espaços para pensar na influência do pensamento marxista e um discurso agrário com viés esquerdista em sua prática, afinal, conforme Faria e Santos (2020), Ribeiro buscava uma síntese entre socialismo e a experiência do trabalhismo brasileiro, incorporando especificamente o campesinato nas lutas pela Reforma Agrária, destino que selaria uma profunda revolução social. Para Darcy, o relator das reformas de base deveria ser um comunista ferrenho afins de enfrentar intensamente os latifundiários, diretriz que também estava em disputa com os democratas cristãos, mostrando essa convergência entre as tendências.

O líder do clero diocesano tubaronense (1965), declara que nenhum sacerdote havia causado naqueles anos tantas controvérsias e preocupação como P. Osni Rosenbrock, possuidor de tamanha inteligência, porém desequilibrado e ausente de bom senso, repercutia negativamente na opinião pública. Aparentemente essa denotação de “desequilíbrio” por parte do bispo ao seu padre, denota que equilíbrio afinal de contas seria ajudar os mais oprimidos com “prudência” e limites. Para muitos padres, serem taxados como comunistas pelo simples fato de “[...] se mostrarem solidários contra as injustiças sociais e as práticas religiosas que

privilegiam os interesses das camadas mais abastadas da população e justificam o *status quo* de exploração e miséria.” (MONTENEGRO, 2019, p. 48) era algo muito inusitado. Eis aqui o núcleo do fio condutor: Como um padre ligado a uma Frente conciliadora, acaba sendo preso, acusado de incentivar terrorismo na Região Sul do estado de Santa Catarina?

Um dia, à meia-noite dez soldados bateram à porta da quitinete onde Padre Osni e eu morávamos e o prenderam. Fui proibido de imediato revelar a Dom Anselmo da prisão de seu Padre e que sob custódia de soldados viveu dias, prisioneiro na casa do Padre Estanislau, na Matriz de Criciúma. (BIFF, 1996, p.48).

Padre Osni possuía majoritária influência na Rádio Tubá, do município de Tubarão, projetava-se assim, ali, muito das suas ideias quanto ao norteamento para Frente Agrária Catarinense. Torna-se um agravante perante um momento inicial de caça às bruxas, tendo uma base de investigações do exército instalada no município de Criciúma. “As minhas prédicas radiofônicas foram todas gravadas pelo exército, uma das razões de minha prisão na ditadura.” (ROSENBROCK, 2022). Em discurso pela Tubá, durante o coincidente novembro de 1963, Osni afirma seu pensamento de justiça social:

Todos os lavradores do Sul de Santa Catarina, sabem de minha ortodoxia, sabem de meu comportamento correto com relação a crise do Campo do Pirituba. [...] pesando devidamente a grande envergadura do problema, sabendo que facilmente estaria atraindo para sobre os meus ombros, um ônus dos mais pesados. [...] que ela a constituição nos servisse, porta, para promoções em favor das classes necessitadas do Brasil. E por isso, iniciamos, o grande movimento da desapropriação daquelas terras. E este movimento por ninguém pode ser combatido, a não ser que sejam anticonstitucionais. Este movimento da desapropriação, por ninguém pode ser negado ou vedado [...]. Meus amigos lavradores do Sul de Santa Catarina, eu vos faço comovido verdadeiramente, sensibilizado neste momento, porque soube, por uma participação fidedigna, de que o Supremo Tribunal Federal, reformou sua sentença sobre a crise do Campo do Pirituba. [...] meus amigos lavradores quem entra para o campo de luta, quem entra para a pugna acirrada, naturalmente sofre sobre si os tiros, as inventivas, os ataques, as calúnias de todas os quadrantes, pessoas e formas. (ROSENBROCK, 1963).

Certamente, muitas dessas palavras (encontradas no sumário de culpa) narradas, pesaram sobre a figura do líder da Frente Agrária Catarinense, que já de antemão estava sendo vigiado por seu potencial subversivo, inclusive com a ligação no conflito do Campo Pirituba, as coisas tomam um rumo divergentemente maior e nebuloso. Sua eloquência ácida era conhecida dos colegas de trabalho e rejeitada pelas autoridades municipais acostumadas a mídia inflando seus grandes feitos. O bispo diocesano relembra: “Depois de passar alguns anos na qualidade de diretor na Rádio Tubá, onde não obstante criou uma situação internamente insustentável. [...] críticas e reclamações por parte de pessoas e até autoridades pelos ataques veiculados contra elas. O único meio de amenizar a situação foi retirá-lo do posto.”

(PIETRULLA, 1965, p.55). Na mesma entrevista do ano de 2022, o ex-sacerdote relembra ainda que foi inquirido pelo major e capitão do exército em Criciúma, sendo moralmente humilhado ao aludirem seus pronunciamentos radiofônicos.

Teriam os militares concluído a fim de prisão de Padre Osni, o incentivo a desapropriação das terras? Isso bastou? A simples sede de uma justiça social? As citações aos meios legais – constitucionais para a desapropriação e oficialidade – ao Supremo Tribunal Federal são notáveis. Vai ficando claro que a excepcionalidade dessa situação toda é o embate com os proprietários da Fazenda Revoredo e a sua possível ligação ideológica com o governo João Goulart na figura do Ministro Darcy Ribeiro, nesses tempos politicamente nebulosos:

Tratava-se de levar à frente a Revolução de 1930, criando um governo nacionalista, capaz de enfrentar o estrangulamento imperialista. Um governo vinculado aos sindicatos, capaz de mobilizá-los para grandes atos de massa. Um governo socialmente responsável ante as populações pobres da cidade e do campo. [...] Um governo predisposto a realizar a reforma urbana, que garantisse aos trabalhadores pobres a propriedade de sua moradia, chamando ao poder público as relações com os proprietários da terra que ocupavam (RIBEIRO, 1997, p.292-293 *apud* FARIA, SANTOS, 2020, p.113).

Essa atitude instabiliza a organicidade do movimento conciliatório, das práticas biopolíticas de segurança, território e população por parte da Diocese. Afinal, dali se esperavam ações disciplinadas e orgânicas voltadas ao nacional-desenvolvimentismo e o contexto do abastecimento urbano. Obviamente, todo esse contexto não depende unicamente de Osni, mas da pesada insatisfação dos lavradores e lavradoras que se arrastava há anos. Marcando que “Não estavam dormindo.” Rosenbrock possui seu pensamento na Doutrina Social Cristã, conteúdo esse que é passado aos agricultores na FAC e nas Semanas Ruralistas, mas também é esse líder com influência à esquerda ao pensamento de Ribeiro na defesa dos pobres, necessitados da cidade e do campo, tendo sua maleabilidade ao caminhar em diferentes campos simbólicos. É uma antecipação de “O santo moderno é um santo social”, expressão escritas por seminaristas em busca da modernização eclesial anos depois.⁶⁷

Ainda sobre a prisão, Dom Anselmo Pietrulla (1964) registra:

Passaram as semanas, com a base de investigações instalada em Criciúma, quando, por ordem do general de Curitiba, o P. Osni foi intimado a apresentar-se aos militares em Criciúma [...] ficar residindo na Casa Paroquial. Após depoimentos prestados pelo bispo diocesano, P. Claudino Biff, P. Ludgero Waterkemper e P. Ambrosio Herdt, além da secretária do Pe. Osni, foi conduzido, junto com outros elementos

⁶⁷ O passo seguinte, para muitos, foi a militância política. Seminaristas escreviam “Viva o engajamento” e “Abaixo a alienação” nos quadros negros e paredes de Viamão. Na porta da capela, grafaram: “Aqui é um lugar de alienação”. “O santo moderno é um santo social”. (SERBIN, 2008, p.184).

esquerdistas para Curitiba [...] foi permitido ao P. Osni residir no seminário da arquidiocese, sem, no entanto, poder movimentar-se livremente na cidade.

Padre Osni Carlos Rosenbrock é responsabilizado pelas agitações e não só encaminhado à base de investigações em Criciúma, como para a Penitenciária do Ahu, e o quartel general da 5ª Região Militar em Curitiba com outros 21 prisioneiros, tendo ainda privilégios devido ao sacerdócio.

[...] sendo eu prisioneiro a comparecer na sala do comando, onde o General Geisel cumprimentou-me, tratando-me como “padreco”. Enquanto os demais presos eram levados para a penitenciária, eu, por intercessão de um coronel, fiquei detido no Seminário Central de Curitiba. (ROSENBROCK, 2022).

Diante da detenção de Padre Osni no Seminário Central, cidade de Curitiba entre os meses de abril/junho de 1964, algumas considerações se fazem perante sua soltura e a própria continuação da Frente Agrária Catarinense nos meses seguintes. O Bispo da Diocese no sul de Santa Catarina (1964), afirma que ainda que tenha falado pessoalmente com os militares na cidade de Florianópolis e com o próprio comandante na capital do Paraná, Osni foi solto apenas em meados de junho. O mesmo volta para Tubarão deixando gradativamente o cargo que liderava junto aos lavradores, algo já constatado por meio das notícias no periódico Correio Sulino. Rosenbrock informa a proibição da permanência no estado e seu encaminhamento para São Paulo – segundo Anselmo Pietrulla (1965) O padre se prontificaria em um hospital estadual como capelão e ministraria aulas de Filosofia em uma Faculdade “Queira Deus que no novo ambiente ele se reabilite e se dedique ao ministério sacerdotal”. Novamente é possível observar essa maleabilidade de campos simbólicos do qual Padre Osni transita, afinal, ao mesmo tempo que o líder do dispositivo biopolítico diocesano renega-o e o coloca como passível de reabilitação, também o auxilia com sua influência suavizando os certames judiciais.

Ocorridos alguns dias de minha prisão, Dom Anselmo foi convocado, para decidir meu destino final. Ficou decidido que eu não perderia meus direitos como cidadão, se prontamente eu me ausentasse do Estado de Santa Catarina. Em tratativa com o Cardeal de São Paulo Agnelo Rossi, mudei-me após algum tempo, ficando asilado no Hospital do Servidor, onde desempenhava as funções de capelão. Vindos a São Paulo, foram inúteis as solicitações de líderes da FAC, para que eu retornasse ao Estado. (ROSENBROCK, 2022).

Nota-se a preocupação da espiritualidade voltada para o povo e não mais a serviço exclusivamente da instituição, uma defesa dos oprimidos tendo em vista se fossem necessários o sofrimento e a perseguição, resultando em uma espécie de martírio. Assim, por mais que os líderes leigos da Frente Agrária tivessem requerido em longa viagem com mais de 800km

(vemos aqui a importância do seu norteamo ao movimento), tornam-se notáveis todos os modos possíveis de silenciar ou retificar a voz do padre, que acaba batendo de frente, ainda que inicialmente por meios institucionais com capitalistas da cidade de Criciúma e região. Como muitos outros sacerdotes no restante do país com práticas comuns dos anos seguintes, Osni antecipadamente é detido pelo governo militar, tendo em vista suas “[...] (2) atividades relacionadas a pobreza e a luta de classes e (3) abandono das práticas católicas valorizadas pelos militares e civis conservadores.” (SERBIN, 2008, p.184).” Tudo isso exclui o direcionar religioso do potencialmente aceito e disciplinar.

Relatos que não coincidem em documentos oficiais, falsificações e afastamentos são uma prática comum após o seu afastamento da Diocese. Há dois exemplos nítidos definindo-os: Durante os meses de abril/maio de 1964, padre Osni estava sob jurisdição do exército brasileiro, inicialmente em Criciúma, e por fim, Curitiba/PR. Seu silenciamento precisava de uma justificativa plausível diante dos anseios dos trabalhadores e trabalhadoras agrícolas – Ela veio pelo jornal *Correio Sulino* a 23 de maio daquele mesmo ano⁶⁸. A matéria descreve que estavam cientes do seu retorno do Rio de Janeiro, onde o líder da FAC havia ido tratar de questões referentes aos sindicatos rurais. Contavam com a sua presença na reestruturação da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), que havia sido tomada anteriormente por elementos da linha comunista. No mesmo informativo, Rosenbrock ainda, comenta sobre o ressurgimento de um autêntico sindicalismo embasado na Democracia Cristã, e, traz palavras de apoio a recém “revolução” instalada, no caso, o golpe militar de abril naquele ano: “[...] tive a impressão de que o Brasil possui, afinal, o governo de que precisava, preocupado somente em bem administrar, com seriedade e Justiça, banindo os favoritismos e os gastos improdutivos.” (CORREIO SULINO, 1964, p.10). Ao conversar com Osni quanto a citada matéria, do qual inclusive era desconhecida por ele, afirma “O registro no *Correio Sulino* de meu aplauso ao governo militar é inverídico. Jamais compactuei com a posição de minha igreja, aplaudindo a ditadura.” (ROSENBROCK, 2022). Essa falsa declaração parece tomar espaço no jornal como um “*mea culpa*”, uma espécie de redenção aos acontecimentos dos últimos meses. Não bastando declarações inexistentes na imprensa regional, anos mais tarde soubera já em terras paulistanas, da falsificação de sua rubrica, objetivando a destituição das funções de proprietário e gerente da Rádio Tubá. Exatamente a mesma emissora por meio da qual Osni veiculava suas prédicas e convocações aos trabalhadores do campo. A diocese já não queria mais ter o seu nome vinculado ao “santo social de Tubarão”.

⁶⁸ Frente Agrária indicará Interventores nos Sindicatos. *Correio Sulino*. Tubarão, 23 de maio de 1964

Diante dos desligamentos graduais de suas funções no segundo semestre daquele pesado 1964, oficialmente a transferência – para assim não dizer expulsão – de Osni à São Paulo acontece na data de 16 de março de 1965:

Deixou neste dia o P. Osni Rosenbrock por tempo indeterminado a diocese de Tubarão. Trata-se de um Padre que evidentemente nunca deveria ter sido admitido ao sacerdócio. Aliás, o então Reitor do Colégio Pontifício Pio Brasileiro em Roma, manifestou-se neste sentido [...] ao Exmo. S. Arcebispo de Florianópolis. [...] (PIETRULLA, 1965, p. 55).

Aparentemente, Rosenbrock desde o período como seminarista fazia parte de um seletos grupo que não se encaixava naquela disciplina ascética e separatismo social dos estudantes candidatos ao clero, nunca seria um mero autômato da instituição. Notável no diário da Diocese de Tubarão são os comentários e até “factualidades” quanto as condutas desviadas de Padre Osni, responsabilizando-as por sua “transferência”, tornando insustentável ali sua permanência. Diria que esses exemplos aparecem para coibir a verdadeira razão da expulsão do sacerdote do estado – ainda que possam ser verídicos – que foram os embates com latifundiários e autoridades no decorrer da radicalização política, vigente no país aos meados dos anos de 1960. Os exemplos registrados pelo bispo (1965), declaram suspeitas da observação celibatária por parte do sacerdote: Teria chegado ao conhecimento público as relações “escabrosas” com uma mulher divorciada – Já naquele momento, haviam discussões vigentes nos meios mais progressistas da instituição católica dispendo sobre o tema da obrigatoriedade do celibato⁶⁹ e a possibilidade da construção familiar caminhando junto à vocação sacerdotal. Pietrulla (1965), também descreve irresponsabilidade no uso do dinheiro diocesano, tendo seu temperamento impulsivo obrigado o pagamento de inúmeras dívidas em seu nome⁷⁰ ou ainda, lembrando até condutas anteriores a sua chegada no centro religioso regional. Ali lembra costumeiras ausências sem razão aparente em detrimento de visitas nas comunidades vizinhas, tudo isso ainda quando sacerdote no município de Laguna. Afinal, um líder eloquente com dificuldades de autocontrole? Um sacerdote fora dos padrões esperados para a instituição católica no sul de Santa Catarina?

A grande verdade é que a tarde daquele 3 de novembro de 1963 e a consequente prisão de Osni, refletiu na sua própria trajetória dos anos seguintes, resultado de um país mergulhado

⁶⁹ SERBIN, Kenneth P.. **Padres, Celibatos e Conflito Social**: uma história da igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Laura Teixeira.

⁷⁰ É certo que aqui, o Bispo da Diocese de Tubarão estivesse falando do pagamento de dívidas referentes ao conserto do maquinário e da casa queimada no Campo de Pirituba, conforme consta no Sumário de Culpa nº 2185, da Justiça da Comarca de Tubarão à 20 de fevereiro de 1964.

no regime militar (1964-1985). Rosenbrock (2022), relembra que em razão de sua amizade com o Governador de São Paulo à época, Ademar de Barros (1963-1966) – quando internado no Hospital do Servidor – foi nomeado a capelão adjunto da Força Pública de São Paulo, porém ao tomarem conhecimento das suas ações em Santa Catarina, foi destituído do cargo. Por fim assumiu como pároco auxiliar no Bairro Pinheiros, em capela provida pelo Governador Paulista.

Jogado às traças, sem eira nem beira, afinal assumi como professor no colégio estadual de Pinheiros e de outros dois colégios dirigidos por irmãs de caridade. [...] Não esmoreci. Entre tais profissões de magistério, acabei me licenciando, com os jesuítas na Língua Vernácula. Residindo e dormindo no mais absoluto abandono, em terra distante e sem o reconhecimento da cúpula de uma igreja que eu servira durante 20 anos e três meses, adveio a inspiração, da qual não me arrependo. Abandonei o sacerdócio, mas não minha igreja, e, afinal, tranquilizei-me, optando pelo matrimônio. Casei-me, também na Igreja, com uma minha aluna, com a qual até hoje convivo com a Graça de Deus, que não me abandonou. (ROSENBROCK, 2022).

Não há dúvidas que a Frente Agrária Catarinense (1962 – 1965), em sua breve existência, demonstra a excepcionalidade dos movimentos agrários católicos no Brasil e de uma atitude de resistência perante o dispositivo biopolítico aplicado pela Diocese do sul de Santa Catarina nos seus primeiros anos. O interesse da exceção micro-histórica no caso do Campo de Pirituba conflui com a trajetória dos lavradores e do próprio Padre Osni Rosenbrock naqueles anos. Não é o mero interesse individualista ou do fato banal. É a diferença, comparada com os mesmos movimentos no Paraná e Rio Grande do Sul, quiçá, da própria Doutrina Social da Igreja Católica no país. Dentro dessa disparidade, é possível reafirmar com Jacques Revel (1998) a variação de lentes, pois, inclui-se aqui a tensão da riqueza de uma, ou algumas biografias ou factuais singulares, “colidindo” com as estruturais sociais que as cercam. Ainda, contribui para que grandes modelos explicativos possam ser repensados, corrigidos e até desafiados conforme Lima (2015). Essa trajetória atípica do Padre detido, dos conflitos com armas de fogo, invasões e incêndios, falsificações, e os mais diversos silêncios – trazem brilho aos olhos do historiador mais apurado.

*Queremos Deus!... Homens ingratos
Ao Pai supremo, ao Redentor.
Zombam da Fé os insensatos;
Erguem-se em vão contra o Senhor.*

Da nossa fé, ó Virgem, o brado abençoi;

*Queremos Deus, que é nosso Rei,
Queremos Deus, que é nosso Pai.*
(MANUAL, 1941 n.283 *apud* OLIVEIRA; COSTA, 2014, p.122)

As palavras entoadas em cânticos pelos agricultores e agricultoras – posseiros do Campo Pirituba – durante a invasão da Fazenda Revoredo naquela tarde de novembro, podem nos elucidar algumas questões além do mero ato de insurgência. O uso da canção não foi e não é isolado. Abrimos aqui breve espaço de análise ao pensarmos a mesma obra se repetindo em outros movimentos – neles a existência de um viés comum voltado à mudança no meio católico, sejam de caráter legislativo, social ou litúrgico. Em maio de 1968, enquanto estudantes parisienses protestavam em barricadas, tomava espaço no seminário maior de Viamão próximo a Porto Alegre, uma materialização insatisfatória finalizada em destruição material.

[...] numerosos seminaristas coléricos e confusos decidiram contestar a autoridade dos bispos pondo abaixo a cozinha. Cantando em latim “Queremos Deus”, marcharam em direção ao seu objetivo e só pararam ao topar com as freiras que por anos haviam cuidado afetosamente do seminário. Pouco tempo depois, cem seminaristas abandonaram Viamão. (SERBIN, 2008, p.155).

O hino “Queremos Deus” do original francês “Non voulons Dieu” data do fim do século XIX, composição creditada a François-Xavier Moreau (1827-1905). Remete ao contexto da Revolução Francesa, fortemente consolidada pelo anticlericalismo e o sentimento antirreligioso, logo, os católicos mais vivazes não compreendendo a laicidade estatal, descreditaram tais pensamentos. “[...] sobrepor a razão à fé, subtraindo da última qualquer possibilidade de expressão, deixando-a de lado a qualquer custo. Diante disso, protestou-se por meio desse hino que foi traduzido do francês para diversos idiomas, [...]” (MORAES, 2023).

Havia se tornado bem popular no Brasil, com grande aceitação entre os católicos. Oliveira e Costa (2014) informam a possibilidade da canção religiosa que havia sido introduzida na década anterior⁷¹, ter sido cantada a plenos pulmões durante procissão solene pela capital da república representando a força simbólica da Igreja católica. – Foi o Congresso Eucarístico de 1922 organizado pela cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. Ocorrendo na celebração do centenário da Independência, entre suas principais bandeiras de luta estavam a relocação do cristianismo como sustentáculo da ordem moral e pública, juntamente a sua

⁷¹ Registra-se num livro de memórias que, em 1918, o Pe. Sidrac Vilarino, secretário de Dom Antonio Malan (bispo da prelazia salesiana em Mato Grosso e depois bispo titular de Petrolina) “reunia, à noite, as crianças, as moças e o pessoal que podia para a reza e, em seguida, para o ensaio de cânticos. Entre estes figurava o *Queremos Deus*, completamente novo e sendo logo muito apreciado”. (OLIVEIRA, 1956, p. 6 *apud* OLIVEIRA; COSTA, 2014, p.131).

restauração política, visto que havia sido substituído pelo ideal liberal/positivista na proclamação da República Brasileira ao ano de 1889 – Era o querer Deus em meio a desordem dessa sistematização laica conforme visão dos mais inflamados e do clero. Toda essa representação simbólica “só se converterá em força política na década seguinte, quando a vitória da Aliança Liberal derruba a Primeira República e o Presidente Vargas busca em D. Leme um aliado para o novo regime.” (OLIVEIRA; COSTA, 2014, p.123).

Pode-se interpretar a popularidade desse hino além da prática litúrgica. Ativado para tempos no qual o corpo religioso estivesse abalado – ter fé nesse quesito não se enquadra apenas em minúcias espirituais. Levando em consideração a utilização de “Queremos Deus” pelos agricultores e agricultoras acobertados pela liderança da FAC – na figura de Padre Osni – Seria a perda de espaço das terras comunitárias, grande afronta decisiva a sua cristandade e a integralidade de si como humanos e cidadãos. Perante uma igreja que deveria colocar seu holofote sobre os pobres e oprimidos, as mãos dos fieis estavam postas a trabalhar por sua auto-redenção. Cantar juntamente aos seus seria a reserva da força necessária ao enfrentar essas intempéries, tornando viva a espera pelo melhor. Essa espera, dessa vez com a burocratização e oficialidade de um sacerdote na linha de frente, ao mesmo tempo munido da identificação de profeta social, não parecia estar mais em um horizonte distante. Equiparava-se assim, um alcance palpável, mesmo que com as mãos calejadas perdido a sensibilidade do trabalho no campo.

“Muitas vezes eu dizia: Osni, foi você que mandou meter fogo...

Seu sigilo de padre não era o sigilo do incendiário? Não sei....

Só sei que na hora do fogo o povo cantava:

“Queremos Deus homens ingratos”.” (BIFF, 1996, p.48)

4.4 FAG, FAP E FAC - UM EXERCÍCIO COMPARATIVO

O que nos propomos neste breve exercício, não é uma individualização de cada caso, muito menos uma contextualização sistêmica. De algum modo, tentamos deixar a nossa abordagem, “menos provinciana”, nos moldes de uma História Transnacional (Global), ainda que não deixemos de usar lentes regionais, ou nacionais. José D’Assunção Barros (2019), permeia isso como um desafio de tornar a categoria nacional menos predominante. Até onde podemos considerar o “contexto” da história? É possível afirmarmos continuamente a totalidade integral e contínua do relato histórico? Elas são pontos indispensáveis pro fazer historiográfico e aqui as utilizamos. Porém, Kocka (2014) responde que não totalmente, afinal de certo modo o fazer historiográfico acabará sempre sendo seletivo, conforme as fontes e alcances da investigação e ofício do pesquisador.

As “[...] interpelações, deveriam tornar-se parte do quadro comparativo, analisando-os como fatores que levaram a similaridades ou diferenças, convergências ou diferenças entre os casos comparados.” (KOCKA, 2014, p.284). Assim há um notável arcabouço, no mínimo interessante, levando ao cruzamento das três frentes agrárias aqui descritas, conectando suas instaurações: FAG – Frente Agrária Gaúcha (1961); FAP – Frente Agrária Paranaense (1961); FAC – Frente Agrária Catarinense (1962). O reflexo direto da mudança estrutural pelas quais passavam os trabalhadores e trabalhadoras do campo nos anos de 1950 e 1960 no Brasil, é um estalo para essa facticidade. O capitalismo adentrando-se no meio rural, torna a mão-de-obra assalariada e uma consequente, ainda que não majoritária, tomada de consciência política e classista com as Ligas Camponesas, o PCB, o Master no Rio Grande do Sul entre outras. Noutro lado, há a resposta advinda da Doutrina Social Cristã – Supressão do capitalismo liberal, do comunismo ateuista. A preocupação com o lavrador e lavradora no pontificado de João XXIII, junto a suas encíclicas “Mater Et Magistra (1961) e Pacem In Terris (1963). Pois bem, a discussão do direito a terra toma proporções da Reforma Agrária.

Além da comparação, é notável perceber os processos que de algum modo entram em assimetria e cruzamento perante as três frentes agrárias do sul do país. Um caso perceptível, a citação da FAG como um norte ao movimento em Santa Catarina – Influências citadas por Dom Anselmo Pietrulla no Livro do Tombo da Diocese de Tubarão (1963), na bela escrita das “Crônicas da Diocese de Tubarão” de Padre Claudino Biff (1996), juntamente a entrevistas de Padre Osni Rosenbrock no Correio Sulino (1962) e ao autor (2022). Igualmente, há uma

simultaneidade próxima nas instaurações e fundação dos movimentos no Paraná e Rio Grande do Sul ⁷².

Cruzar é também entrecruzar, entrelaçar, ou seja, cruzar diversas vezes, segundo temporalidades eventualmente distanciadas. [...] combinações que podem ora resultar do cruzamento, ora nele se desdobrar. Tais transformações, aliás, não se limitam necessariamente aos elementos postos em contato; elas podem ainda tocar seu entorno próximo ou distante e manifestar-se segundo temporalidades distintas (ZIMMERMAR; WERNER, 2003, p.96 *apud* BARROS, 2019, p.22).

As três frentes utilizaram o viés institucional, visando desenvolvimento de seus movimentos, ora pela criação de sindicatos rurais, ora pela formação de cooperativas. Estratégicas intenções perante a ocupação de espaços igualmente objetivados pelas frentes de cunho, ou do Partido comunista. A FAP, chega a formalizar cerca de 30 sindicatos, 38 cooperativas, alcançando aproximadamente 150.000 trabalhadores. Já a Frente Gaúcha, tendo sido a mais longeva, 224 sindicatos. Por fim, a Catarinense, mais breve, formalizou de 3 a 4 cooperativas e cerca de 24 sindicatos, cobrindo 30.000 trabalhadores. Convém a citação dos Congressos, reuniões constantes de líderes das Frentes com os lavradores, lavradoras e pecuaristas na busca do consenso e oficializações documentais, podendo assim citar os Congressos Estaduais por parte da FAP e da FAG, os Regionais e assembleias municipais por parte da FAC.

Utilizando os dispositivos comunicativos e seus meios, tais como o Rádio e os Jornais – busca-se uma maior expansão das frentes, afirmavam-se por estes direcionamentos, norteamentos, convocações e notícias. No caso da FAP, a utilização da radiodifusora em Londrina por Dom Geraldo Fernandes. Frisa-se o apoio das mídias: A Folha de Londrina e o Estado do Paraná, podendo-se dizer que ambiciosamente é formalizado um impresso, voltado exclusivamente as notícias do movimento de agricultores e a Igreja Católica, denominado “Folha do Norte do Paraná”. Quanto à Frente Agrária Gaúcha, Dom Vicente Scherer expande o alcance dos seus pensamentos por meio do Rádio com “A Voz do Pastor”, tendo suas preleções transcritas e convertidas em Livro, usadas como uma espécie de Doutrina Geral nos Congressos Estaduais. Finalizando, a Rádio Tubá em Tubarão/SC possuía como um de seus proprietários o Padre Osni Rosenbrock, líder da FAC que em suas prédicas semanais afirmava o valor e a inserção do agricultor e da agricultora como cidadãos, objetivando a conscientização coletiva diante das explorações sistêmicas e graduais. Nesse quesito, o Jornal Correio Sulino foi o principal propagador impresso do movimento no sul de Santa Catarina, sendo aqui,

⁷² FAP oficialmente fundada em 13 de agosto de 1961. FAG estabelecida em 18 de outubro de 1961.

utilizada como fonte primordial da versão nesse estado da conciliação de classes de caráter cristão.

Miriades de estratégias institucionais, norteadoras e disseminadoras... as Frentes Agrárias estavam munidas de abordagens pedagogizantes, voltadas especificamente aos jovens da comunidade, afinal a influência cultural permanece entre as mais fortes e permanentes. O Programa de Educação Rural da FAG, subdividido entre os “Institutos de Educação Rural” para os rapazes atingiu 1300 pessoas, e as “Escolas de Educação Familiar” 3500 moças, sem dúvidas o método de maior êxito do estado deixando fortes sementes estruturais para as gerações que ali mantiveram contato. No Paraná até o momento, não obtivemos notícia de alguma ação específica educacional, porém é oportuno lembrar a influência diocesana nos jovens estudantes de escolas católicas da região, que protestaram contra os ditames “comunistas” do II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais na cidade de Maringá. Ainda, a FAC aparentemente não possuía um programa específico voltado aos jovens, mas observa-se no fim do movimento, o retorno do pároco e do técnico agrícola nas comunidades – abordagem essa, que se dava no fim dos anos de 1950, nas denominadas “Semanas Ruralistas”.

Ao refletir o enfraquecimento do movimento no sul do Brasil, novamente convergências e contrastes manifestam-se. Com o golpe militar de 1964, essencialmente a luta anticomunista toma proporções majoritárias e estatais, anulando em suma grande parte dos sindicatos e organizações de caráter estrutural-classista vinculadas ao PCB. No estado do Paraná, a Frente Agrária vai diminuindo suas atividades até o ano de 1969 com o seu fechamento, afinal o núcleo de suas ações já não fazia tanto sentido. Soma-se a essa condição nacional, os gritos de liberdade que começam a ecoar com a Teologia da Libertação, alcançando a massa do catolicismo na América Latina, refletidos assim na hegemonia do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e a Comissão da Pastoral da Terra. Essas ondas ecoam diretamente no Rio Grande do Sul, que dentre as três frentes possui o movimento mais longo (fim dos anos de 1970), caso esse, como reflexo de sua ação mais disciplinadora e pedagogizante, estabelecidos assim no seu “Programa de Educação Rural” da FAG.

Conforme Kocka (2014, p.280):

[...] as comparações históricas ajudam a esclarecer os perfis de casos singulares, frequentemente apenas de um caso, pelo(s) seu(s) contraste com outros. Muitos exemplos vêm à mente: por exemplo, todas as caracterizações do fenômeno histórico como “inicial” ou “tardio”; ou afirmações de particularidade [...].

A afirmação de particularidade aqui nesse exercício, se traduz na versão catarinense do movimento. A FAC (1962-1965) é o movimento mais breve, quando comparado aos vizinhos

do norte e sul. Tendo sua aparente dissolução logo no 4º ano de existência, demonstra possuir existência singular, e tal brevidade permite igualmente questionar as Frentes Agrárias como movimentos uníssonos. A situação do campo comunitário de Pirituba, o conflito com os proprietários capitalistas ligando-se a trajetória de justiça social de Padre Osni Rosenbrock, revelam esse diferencial que promove pensar sua prática divergente da teoria e do dispositivo biopolítico para a produção no campo. Seu líder essencial, detido em Curitiba, posteriormente transferido para o estado de São Paulo, nos revela que afastando-se das frentes conciliadoras, possui um enfraquecimento mais direto de sua ação com a instalação do regime militar daqueles primeiros anos. A Frente Agrária Catarinense é gradualmente no período de 1964-1965, suprimida e silenciada – permanecem algumas notícias no “Diocese em Foco”, periódico da diocese, quanto ao movimento de Jovens Agricultores, porém, nada além desses encontros pedagógicos ou direcionadores, limitados ao meio religioso-simbólico. E desse modo marca-se a finalização aqui do quadro cronológico de nossa pesquisa, entendendo que essa intervenção se torna mais tímida como reflexo da radicalização política no Brasil e da sensibilidade entre as relações da Igreja e estado a partir da assunção da Teologia da Libertação.



5

CONCLUSÃO



5 CONCLUSÃO

Figura 16: Dom Anselmo Pietrulla assina ata de instalação diocesana, 15/08/1955.



Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti – Tubarão/SC

“Eu desejaria, como sacerdote que não está afeito apenas a sacristia, que não está apenas na Igreja.

Um sacerdote que está nas ruas, as vezes caluniado.

Mas um sacerdote que quer ter a convivência de perder a vida palpitante de necessidade, com homens que choram as vezes desnecessariamente, à mercê da ganância de uns poucos, que fazem tarimba, do liberalismo econômico para sufocar as reivindicações necessárias”

Padre Osny Rosenbrock, novembro de 1963.

Duas fontes históricas, fixadas ao corpo das considerações finais de maneira cronológica, anos de 1955 e 1963 respectivamente. Dentre um intervalo de quase um decênio, o passado, presente e futuro se confluem, entrelaçam-se em um fluxo único. Seus barbantes e filamentos são produzidos de uma tênue consistência, composta de um campo religioso, simbólico e social. Dois atos, são eles de normatização e consequência, oficial e popular, hierárquico e profético, de vencedores e derrotados, oficialidade e clandestinidade, glória e ofuscamento. Muitas das descrições e análises ao longo da pesquisa, refletem majoritariamente

uma dualidade, principalmente de um dispositivo de segurança populacional-disciplinar ativo e proficiente, resultando finalmente em resistência popular.

Dom Anselmo, o 1º bispo da Diocese de Tubarão, assina a ata de instalação canônica. Preencher com assinatura uma documentação, decreta entre tantas características um ato comprobatório de veracidade e importância, nesse caso, do episcopado e seu território circunscrito – tal ato denota a oficialização de um processo aqui exemplificado diversas vezes conforme o prosseguimento de nossa narrativa. Definiu-se em uma tática legitimada pela hierarquização do Vaticano e sua produção simbólica aos fiéis de uma população fervorosamente católica. Assim, a tática biopolítica desde a criação do bispado tubaronense pode ser subdividida em “Segurança, Território e População”, estando perante o momento do nacional-desenvolvimentismo em alta no país. As três definições se entrelaçam – preza-se pela segurança alimentar que manteria o abastecimento do meio urbano - como norteamento: o incentivo a modernização de maquinário, de tecnologias juntamente ao cuidado profilático populacional, incluindo o ensino familiar – a pedagogização tem lugar nas cinco edições das Semanas Ruralistas de 1955 a 1959. Acreditamos que a 2ª etapa do projeto, define-se na criação da Frente Agrária Catarinense (1962-1965), movimento pacificador de incentivo a infraestrutura e reforma fundiária, afinal com terras se possui subsistência e também o excedente que abastece as cidades.

Padre Osni Rosenbrock em meio a palmas, discursa na conferência final do Congresso de Agricultores em Tubarão, certamente a novembro de 1963. Ao se colocar como um padre das ruas, em defesa do indivíduo explorado pelos gananciosos, em oposição ao liberalismo que sufocava as reivindicações, frisa a sua figura de “santo social”, do profeta que atinge o meio simbólico popular. Sua fala em defesa do trabalhador e trabalhadora, havia ganhado destaque conforme seus direcionamentos da Frente Agrária Catarinense (FAC) nos meses anteriores. Osni, que anteriormente organizou as semanas ruralistas na diocese, tinha total conhecimento da realidade do homem e mulher do campo, facilitando sua legitimação ao dirigir-se a eles, e bem, isso auxilia na reflexão do alcance do campo religioso do qual foi detentor e da própria aplicação da biopolítica no Sul do Estado. Na realidade resulta-se em uma liderança híbrida, afinal sua ligação se mantinha firmada com o Vaticano como um sacerdote, fazendo parte de uma minoria que antecede a Igreja dos Pobres tomando espaço no catolicismo daqueles próximos anos. Os acontecimentos no Campo de Pirituba denotam que o projeto diocesano de “Segurança, Território e População” obteve resistência – Sua biopolítica se fragiliza diante dos discursos de dignidade e justiça social.

No processo de pesquisa, costuma-se encontrar uma diversidade de fontes, sendo necessário o aproveitamento de algumas em detrimento de outras. O ato de findar com o silêncio de determinados acontecimentos ou fatos, por si só já promove a grande satisfação do historiador que se debruça no renascimento dos esquecidos. São dos mais diversos os questionamentos e pesquisas que acabam selecionados para um aprofundamento em outras ocasiões, quer sejam em uma tese, quer seja em um livro ou novos artigos científicos. Entendemos que estamos inaugurando um amplo campo de estudos que envolvem a Diocese de Tubarão, a relação com sua criação e circunscrição, um dispositivo de segurança populacional; os conflitos e resistências no interior desse território; além de abordagens que possam esmiuçar a conexão histórica das cidades polo do sul do estado juntamente aos municípios limítrofes.

Em primeiro lugar, há a necessidade de um aprofundamento detalhado das atividades da FAC (Frente Agrária Catarinense), investigando em cada município a ocorrência das reuniões e a abertura das cooperativas naquela breve existência (1962-1965), busca-se assim compreender a magnitude do movimento no cotidiano dos agricultores e agricultoras. As trajetórias individuais, relatos e entrevista de trabalhadores do período tornam-se de grande valia. Em segundo plano, a construção de uma biografia detalhada de Osny Rosenbrock, o padre, o “santo social” que antecipa a igreja dos pobres no sul do Brasil. Objetiva-se a sua formação intelectual, seus anos como seminarista e aprofundamento nos anos de lutas e por fim, sua consequentemente expulsão e exclusão para o estado de São Paulo, chegando até seus anos mais pacatos - não de menor atividade intelectual.

Por fim, a utilização da canção “Queremos Deus” em diferentes movimentos insurgentes do meio católico, nos leva a reflexões de uma possível produção comparada a fins de análise em diferentes pontos e cronologias do país, pesquisando o seu uso como fator de produção e incentivo simbólico para momentos de resistência. A grande verdade é que essa poesia ainda ecoa nos corações ansiosos por libertação social e metafísica. Seus acordes são lembrados no momento que a simples aceitação harmônica quer dar lugar a uma tensão dissonante de redenção.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

OSNY ROSENBROCK em entrevista a João Augusto Ramos à 18 de maio de 2022. In.: Arquivo do Autor

TEREZA DE MEDEIROS MIGUEL em entrevista a João Augusto Ramos em 16 de setembro de 2018. In.: Arquivo do Autor

Imagens

Capa da Introdução

Imagem (acima): Igreja do povoado de São Ludgero, anos de 1920. Ao fundo, principal colégio da cidade fundado em 1912, está em vigência até os dias atuais. Fonte: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Imagem (abaixo):

https://www.faser.org.br/uploads/files/2020/41319_aspectos_historicos_da_extensao_rural_n_o_brasil_e_santa_catarina.pdf

Capa capítulo 1

Imagem (acima): Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Imagem (abaixo):

<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/27870704398/in/dateposted/>

Capa capítulo 2

Imagem (acima): O cultivador de tração animal veio amenizar o duro trabalho das famílias rurais produtoras. Imagem de fim dos anos de 1950. Fonte:

https://www.faser.org.br/uploads/files/2020/41319_aspectos_historicos_da_extensao_rural_n_o_brasil_e_santa_catarina.pdf

Imagem (abaixo): Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Capa capítulo 3

Imagem (acima): Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Imagem (abaixo): Produzida em Inteligência artificial pelo autor no software online “Canva”.

Capa da Conclusão

Imagem (acima): Grupo de agricultores e agricultoras em curso extensivo, final dos anos de 1960. Fonte:

https://www.faser.org.br/uploads/files/2020/41319_aspectos_historicos_da_extensao_rural_n_o_brasil_e_santa_catarina.pdf

Imagem (abaixo): Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Justiça da Comarca de Tubarão. nº 2185. Reús: Pe. Osni Rosenbrock; Serafim Antônio Machado; Pedro Elias; Lourival Lima de Medeiros. 1964. In: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Publicações Periódicas – Jornais

A Imprensa: Tubarão. Periódico semanal, fundado no ano de 1913. Distribuição essencialmente nas cidades vizinhas do município, abarcando notícias regionais, rotinas, avisos, entrevistas, esportes e opiniões. In: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Correio Sulino: Tubarão. Periódico semanal, fundado no ano de 1961. Distribuição essencialmente nas cidades vizinhas do município, abarcando notícias da Igreja, crimes, avisos, entrevistas, esportes. In: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

Diocese em Foco: Tubarão. Fundado no ano de 1966. Mantinha a par os fiés da Diocese quanto a notícias de eventos, reuniões, festividades das comunidades, opiniões e etc. In: Cúria Diocesana.

Relatórios da Igreja

Correspondência de Dom Anselmo Pietrulla a Addo Faraco. 23 de outubro de 1959. Tubarão/SC. In: Cúria Diocesana.

Livro do Tombo da Diocese: Tubarão. 1º volume, iniciado no 2º semestre de 1955 por Dom Anselmo Pietrulla. Registros dos bispos diocesanos quanto as factualidades, opiniões. In: Cúria Diocesana.

Sumário de Culpa

JUSTIÇA DA COMARCA DE TUBARÃO. nº 2185. Reús: Pe. Osni Rosenbrock; Serafim Antônio Machado; Pedro Elias; Lourival Lima de Medeiros. 1964. In: Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. **Uma Introdução ao Estudo da Operação Pan-Americana.** Biblos, Rio Grande, p. 163-173, 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/404>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ASBRAER. **Extensionista Rural:** agente de transformação e desenvolvimento social. agente

de transformação e desenvolvimento social. 2021. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/9262-extensionista-rural-agente-de-transformacao-e-desenvolvimento-social>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BARROS, José D'Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras história. *Secuencia*, 2019 e-1528.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais**. Londrina: Eduel, 2018. 164 p. Disponível em: <https://www.eduel.com.br/?product=ebook-frente-agraria-gaucha-e-sindicalismo-de-trabalhadores-rurais-epub>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Morro da Fumaça: Independente, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CABRAL, Bruna Marques. **“Do clero e para todo o clero”**: **Revista Eclesiástica Brasileira e a Reforma Agrária (1950-1964)**. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História (Pphr), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/3106>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. . **Evolução Urbana e Ciclos Econômicos**. 2015. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/evolucao-urbana-e-ciclos-economicos>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CARBONÍFERA METROPOLITANA (Criciúma). Carbonífera Metropolitana S.A.. **HISTÓRICO**. Disponível em: <https://www.carboniferametropolitana.com.br/empresa/historico>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CITINO, Adriana Gilioli. **Contribuições da Doutrina Social Católica ao Mundo do Trabalho: brasil 1937-1967**. 2012. 376 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Econômica, História, Usp, São Paulo, 2012.

CRICIÚMA, Diocese de. **Conheça a nossa história**. Disponível em: <https://www.diocesecriciuma.com.br/pagina/historia>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

COSTA, Leandro Sousa; CAMARGO, Leonardo Nunes. **Disciplina e poder: breves considerações sobre a questão do corpo na filosofia de Michel Foucault**. *Griot : Revista de Filosofia, Amargosa – BA*, v.19, n.1, p.127-138, fevereiro, 2019.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del-Rei / Mg, n. 4, p. 143-157, abr. 2010. Semestral. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>. Acesso em: 30 maio 2023.

FRANZEN, Douglas Orestes. **Ajustando as Peças do Trabalho: a cooperação da misereor em comunidades agrícolas do sul do Brasil (1959-1979)**. 2018. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de; SANTOS, Lincoln de Araújo. Um Projeto Republicano para o Povo Brasileiro: A Utopia Possível no Pensamento Social e Educacional de Celso Furtado e Darcy Ribeiro. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 105-128, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/53942>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 1ª Reimpressão.

FARHI NETO, Leon. **Biopolítica em Foucault**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

_____. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2000. Tradução de Roberto Machado.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Tradução de Raquel Ramalheite.

_____. **Segurança, Território e População: curso dado do Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fonte, 2008. 572 p. Eduardo Brandão. Disponível em: <https://projctophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-seguranca-territorio-populacao-curso-no-college-de-france.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

GELINSKI, Lucas José Naibert; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Desenvolvimentismo e a Consolidação da Agricultura no Brasil**. Revista Agropampa, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 35-48, jan. 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Desenvolvimentismo-e-Consolida%C3%A7%C3%A3o-da-Agricultura-no-Gelinski-Filippi/a8ede8af21b4151f2ccdc3d536767a940c12b8c8>. Acesso em: 19 ago. 2021.

GHIZONI, Pe. Raimundo. **Espargindo Luzes: 50 anos da diocese de Tubarão - SC**. Tubarão: Diocese de Tubarão, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Latitudes, escravos e a Bíblia: um experimento em micro-história**, *Art Cultura*, v. 9, n. 15, p. 85-98, jul.-dez. 2007. Tradução: Henrique Espada Lima.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. Usina Termoelétrica em Santa Catarina: da concepção da sotelca à privatização da Jorge Lacerda. **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**, Criciúma, p. 1-17, 2003.

JESUS, Fernando Soares de. Setor Cerâmico na Formação Socioespacial Catarinense. **Cerâmica Industrial**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 24-32, 2018. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/cerind.2018.008>.

KOCKA, Jürgen. PARA ALÉM DA COMPARAÇÃO. **Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286, ago. 2014. Tradução de Maurício Pereira Gomes e Cristina Scheibe Wolff. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p279>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LAORDEN, Patrick. **Encíclicas sociais: lentes católicas sobre as questões sociais do mundo**. 2022. Disponível em: <https://laudatosimovement.org/pt/news/enciclicas-sociais-lentes-catolicas-sobre-as-questoes-sociais-do-mundo/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo: : a aliança para o progresso no nordeste do Brasil, 1961-1964**. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Uem, Maringá, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5575>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LIMA, Henrique Espada, “Micro-história”, In CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Elsevier, 2012: 207-223.

_____. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x016031009>.

LOCH, Ruth Emília Nogueira. **Influência da Exploração Carbonífera nas Atividades Agrícolas e no Desenvolvimento Global de Criciúma-SC**. 1991. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

LOSADA, Vânia Maria. **Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural** In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano (Volume 03)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157-194.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARDEGAN, Gláucia Elisa. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória/Es. **Segurança Alimentar, Sua Origem e as Medidas de Prevenção do Brasil e Argentina**. Vitória/Es: Agb, 2014.

MEDEIROS, Rodrigo Althoff. **A Formação do Espaço Urbano de Tubarão e a Ferrovia Tereza Cristina**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Walter Francisco da Silva**. 2022. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/918-Walter_Francisco_da_Silva>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

MENDES, Cláudio Lúcio. **O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, ano 39, p. 167-181. abr. 2006.

MENDES, Junior; GUARACY, Bolivar Araújo. **Uma Arqueologia das Ciências Humanas: As Palavras e as Coisas.** Sapere Aude, [S.L.], v. 7, n. 13, p. 45, 21 jun. 2016. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.21776342.2016v7n13p45>

MESSIAS, Elvis Rezende. Redescobrir a Doutrina Social da Igreja hoje: inspirações fundamentais a partir da *pax in terris*. **Revista Encontros Teológicos**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 31-67, 12 abr. 2021. Semestral. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1651>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990).** Recife: Cepe, 2019. 422 p. Ebook.

MORAES, Isaías Albertin de; FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. Caminhos e desafios do MST para reforma agrária e a produção de alimentos saudáveis: entrevista com João Pedro Stédile. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 222-236, 12 maio 2023. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIIMONTES). <http://dx.doi.org/10.46551/issn.2527-2551v20n1p.222-236>.

MORAES, Pe. Luiz Antônio. **"Zombam da Fé os Insensatos.** 2023. Disponível em: <https://revistaavemaria.com.br/zombam-da-fe-os-insensatos.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: História e Historiografia.** Curitiba, Appris, 2020.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p. 1-16, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300587321_ARQUIVO_TextoANPUH2011Melissa.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

OLINGER, G. **Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina.** Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 84p. (Epagri. Documentos, 306).

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; COSTA, José William Barbosa. Congressos Eucarísticos e ordem cristã no Brasil: o papel de Dom Leme. **Plura: Revista de Estudos da Religião**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 113-131, 2014. Semestral. Disponível em: https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/774/pdf_92. Acesso em: 22 jun. 2023.

PRIORI, Angelo *et al.* A Igreja Católica e a Frente Agrária Paranaense (FAP). In: PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012. p. 179-198. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/k4vrh/pdf/priori-9788576285878.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 63, p. 179-201, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/p735HN4hVHwqvYYhZZQS4Pw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2023.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”, In REVEL, Jacques (ed.) **Jogos de Escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998: 15-38.

RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, p.463-488, 2002.

SÃO LUDGERO. PREFEITURA DE SÃO LUDGERO. **História**. Disponível em: <https://www.saoludgero.sc.gov.br/historia>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SERBIN, Kenneth P.. **Padres, Celibatos e Conflito Social: uma história da igreja católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Laura Teixeira.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas A Castelo Branco (1930-1964)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas.

ROHDEN, Huberto. **O Sermão da Montanha**. São Paulo: Martin Claret, 2019. 257 p. Segundo volume da coleção: Filosofia do Evangelho.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SOUZA, Ramon Felipe. **As Semanas Ruralistas do Brasil: igreja católica e desenvolvimento**. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [S.L.], v. 17, n. 30, p. 244-267, 13 out. 2020. Universidade Estadual do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i30.809>.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)**. 2001. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

_____. **A Construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)**. 1996. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112194>

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil (volume 4). História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SORATTO, Delotilde Cristina Flores. **Imaginário e Cultura Política na Implantação da Diocese de Tubarão**. 2001. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

TUBARÃO, Diocese de. **São Ludgero - Paróquia São Ludgero**. Disponível em: <https://diocesetb.org.br/entidade/paroquiassaoludgero>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, 2016. 400 p.

VEIGAS, Joana Rita Ferreira. **A Recepção do Concílio Vaticano II em Portugal: no caso da acção católica rural (acr)**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado

Integrado em Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014

VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: Das Origens ao Século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992.

VILLELA, André (Org.). **Dos "Anos Dourados" de JK à Crise Não Resolvida: (1956 - 1963)**. In: GIAMBIAGI, Fabio et al (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 45-68.

_____. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século xx. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, set. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr60-75.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

WELCH, Clifford Andrew. **A Semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 480 p. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/19801>. Acesso em: 19 abr. 2023.